



Prestação de Contas 2023

Plano de Liquidação de Acordos

Plano de Liquidação dos acordos de pagamento no âmbito da Lei n.º 8/2012, 21 de fevereiro e do DL n.º 127/2012 de 21 de junho e 2016 a data de 2021-12-31

Identificador Dívida	Ano Constituição Dívida	Classificação Económica	Fornecedor	NIF	NIF Estrangeiro	Pessoa Singular	Descrição	Montante	Implicações Atraso Pagamento	Ano Liquidação	Mes Liquidação	Montante Parcial	Fonte Financiamento	Existência Acordo com Credor
2	2000	020201	EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A	511010435			Fornecimento de eletricidade	13 200,48 €	Dificuldade de Tesouraria	2023	Janeiro	13 200,48 €	Receitas Próprias	Sim
2	2000	020201	EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A	511010435			Fornecimento de eletricidade	13 200,48 €	Dificuldade de Tesouraria	2024	Janeiro	13 200,48 €	Receitas Próprias	Sim
2	2000	020201	EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A	511010435			Fornecimento de eletricidade	13 200,48 €	Dificuldade de Tesouraria	2025	Janeiro	13 200,48 €	Receitas Próprias	Sim
2	2000	020201	EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A	511010435			Fornecimento de eletricidade	13 200,48 €	Dificuldade de Tesouraria	2026	Janeiro	13 200,48 €	Receitas Próprias	Sim
2	2000	020201	EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A	511010435			Fornecimento de eletricidade	13 200,48 €	Dificuldade de Tesouraria	2027	Janeiro	13 200,48 €	Receitas Próprias	Sim
2	2000	020201	EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A	511010435			Fornecimento de eletricidade	13 200,48 €	Dificuldade de Tesouraria	2028	Janeiro	13 200,48 €	Receitas Próprias	Sim

João Sub




Prestação de Contas 2023

Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos

Período : 2023/01/01 2023/12/31 Visualizar Contas s/ Mov. ? S

(Periodicidade Mensal / Período Mensal Após Apuramento dos Resultados)

Euros

Designação	Passivo	Divida Vincenda		Intervalos de Antiquidade da divida vencida (em dias) [C]				Exceções [D]	Pagamentos em atraso [E]=[2+3+4]-[D]	Total divida por natureza da despesa		
		Curto prazo [A]	Médio/Longo prazo [B]	<90 [1]	[90-180[[2]	[180-365] [3]	>365 [4]			Curto prazo [F]=[A]+[C]	Médio/longo prazo [G]=[B]	SOMA [H]=[F]+[G]
Despesas correntes	28.562,09	28.559,42		2,67						28.562,09		28.562,09
Despesas de pessoal	28.562,09	28.559,42		2,67						28.562,09		28.562,09
Remunerações certas e permanentes	28.490,60	28.487,93		2,67						28.490,60		28.490,60
Abonos variáveis ou eventuais	71,49	71,49								71,49		71,49
SS - Encargos com saúde												
ADSE e outros da AP												
Outros sectores fora da AP												
SS - Contribuições de segurança social												
CGA												
Segurança social - Regime geral												
Outras												
SS - Outras												
SS - Outras												
Aquisições de bens e serviços												
Aquisições de bens e serviços												
Juros e outros encargos												
Juros e outros encargos												
Transferências correntes												
Administrações públicas												
Outras transferências correntes												
Subsídios												
Subsídios												
Outras despesas correntes												
Outras despesas correntes												
Despesas de capital												
Aquisições de bens de capital												
Aquisições de bens de capital												
Transferências de capital												
Administrações Públicas												
Outras transferências de capital												
Aquisição de ativos financeiros												
Aquisição de ativos financeiros												
Reembolsos de passivos financeiros												
Reembolsos de passivos financeiros												
Outras despesas de capital												
Outras despesas de capital												
Total :	28.562,09	28.559,42		2,67						28.562,09		28.562,09

João Sal
VMB



Prestação de Contas 2023

Mapa de Empréstimos

MÉTODO DE CÁLCULO PARA A DÍVIDA NO INÍCIO / FIM DO PERÍODO PELOS VALORES AMORTIZADOS NAS LINHAS DO EMPRÉSTIMO

Tipo de empréstimo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Verso do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Remanescentes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital Empréstimos contratados		Fundamento legal (c)			
	Número Contrato	Número Instituição				Nº registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01/01		Em 31/12	até 31/12/2023 (b)	após 01/01/2024
											Até N	Ano N	Prev. após N	Até N	Ano N	Prev. após N	Até N	Ano N	Prev. após N								
Curto Prazo																											
Total CP																											
Médio e Longo Prazo																											
Não isentos	10	3049	2020/09/04	15	2	129/2020	2020/11/05	Investimento (financiamento projectos não participados por fundos comunitários) (N - OBRAS PUBLICAS)	1.209.250,00	1.114.679,16	85.744,92	1.328.934,24	9.490,97	41.630,05													
	9	3045	2020/11/11	15	2	2/PE/2021	2021/01/14	Outros (N - AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO PARA AS INSTALAÇÕES DOS SERVIÇOS)	1.500.000,00	1.500.000,00	176.966,37	101.123,64	1.221.909,99	23.804,52	46.559,39												
	11	3010	2022/11/25	20		0/2023	2023/02/06	Investimento (financiamento projectos participados por fundos comunitários) (N - REGENERAÇÃO DA RUA GAGO COUTINHO E SACADURA CABRAL E O PAVILHÃO DESPORTIVO DA RIBEIRA BRAVA)	3.405.569,51	2.977.863,43			2.977.863,43		35.215,72												
Sub Total									6.114.819,51	5.592.542,59	176.966,37	186.868,56	5.228.707,66	33.294,59	123.405,15												
Médio e Longo Prazo Isentos																											
Sub Total																											
Total MLP									6.114.819,51	5.592.542,59	176.966,37	186.868,56	5.228.707,66	33.294,59	123.405,15												
TOTAL GERAL									6.114.819,51	5.592.542,59	176.966,37	186.868,56	5.228.707,66	33.294,59	123.405,15												

a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar
 b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas
 c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total

João Silva
KUTAZ



Nome: MUNICÍPIO DE RIBEIRA BRAVA

País da Entidade: Portugal

Tipo de Identificação: NIF/NIPC

Nº de Identificação: 511236417

Legal Entity Identifier (LEI):

Resumo das Responsabilidades de Crédito relativas a 31 de dezembro de 2023

Tipo de Responsabilidade: Devedor

Individual

	Montante em dívida			N.º Produtos	Produtos c/ garantia
	Total	Em incumprimento	Montante Potencial		
Financiamento à atividade empresarial	4 006 797,67 €	0,00 €	522 276,92 €	2	2
Outros créditos	1 221 909,99 €	0,00 €	0,00 €	1	0
	5 228 707,66 €	0,00 €	522 276,92 €	3	2

Instituições e produtos financeiros

Nº de instituições que comunicaram informação:	2
Nº de instituições que comunicaram incumprimento:	0
Nº total de produtos financeiros comunicados:	3

Fim de relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro).

Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.



Nome: MUNICÍPIO DE RIBEIRA BRAVA

País da Entidade: Portugal

Tipo de Identificação: NIF/NIPC

Nº de Identificação: 511236417

Legal Entity Identifier (LEI):

Informação comunicada pela instituição: BANCO BPI S.A. (0010)

Responsabilidades de crédito relativas a 31 de dezembro de 2023

Tipo de responsabilidade	Devedor		
Produto financeiro	Financiamento à atividade empresarial		
Tipo de negociação	Totalmente nova	Em litígio judicial	Não
Início	2020-11-05	Fim	2035-11-05
Nº devedores no contrato	1		
Montantes			
Total em dívida	1 028 934,24 €		
do qual, em incumprimento	0,00 €	Entrada incumpr.	Não Aplicável
Vencido	0,00 €		
Abatido ao ativo	0,00 €		
Potencial	94 570,84 €		
Prestação	34 457,40 €	Periodicidade	Outros

Garantias		
Tipo	Valor	Número
1700	1 209 250,00 €	1

Tipo de responsabilidade	Devedor		
Produto financeiro	Financiamento à atividade empresarial		
Tipo de negociação	Totalmente nova	Em litígio judicial	Não
Início	2023-02-06	Fim	2043-02-06
Nº devedores no contrato	1		
Montantes			
Total em dívida	2 977 863,43 €		
do qual, em incumprimento	0,00 €	Entrada incumpr.	Não Aplicável
Vencido	0,00 €		
Abatido ao ativo	0,00 €		
Potencial	427 706,08 €		
Prestação	12 018,74 €	Periodicidade	Outros

Garantias		
Tipo	Valor	Número
1700	3 405 569,51 €	1

Imp. Sel.
MTS



Nome: MUNICÍPIO DE RIBEIRA BRAVA

País da Entidade: Portugal

Tipo de Identificação: NIF/NIPC

Nº de Identificação: 511236417

Legal Entity Identifier (LEI):

Informação cc municada pela instituição: CAIXA CENTRAL - CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, CRL (9000)

Responsabilidades de crédito relativas a 31 de dezembro de 2023

Tipo de responsabilidade	Devedor					
Produto financeirc	Outros créditos					
Tipo de negociação	Totalmente nova	Em litígio judicial	Não			
Início	2021-03-26	Fim	2036-01-14			
Nº devedores no contrato	1					
Montantes				Garantias		
Total em dívida	1 221 909,99 €			Tipo	Valor	Número
do qual, em incumprimento	0,00 €	Entrada incumpr.	Não Aplicável			
Vencido	0,00 €					
Abatido ao ativo	0,00 €					
Potencial	0,00 €					
Prestação	13 471,22 €	Periodicidade	Mensal			

Legenda

Tipos de Garantia:

1700 Outra proteção

Fim de relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro).

Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.



Prestação de Contas 2023

Inventários

MUNICIPIO DA RIBEIRA BRAVA

Período de 2023/01/01 a 2023/12/31

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	42 949,51 €	20 173,59 €	19 992,81 €	0,00 €	23 489,57 €	164,79 €	5 121,22 €	3 575,91 €	18 260,20 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	-0,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,16 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	42 949,51 €	20 173,43 €	19 992,81 €	0,00 €	23 489,57 €	164,79 €	5 121,22 €	3 576,07 €	18 260,20 €

Amg Sub
[Assinatura]

MUNICIPIO DA RIBEIRA BRAVA

Período de 2023/01/01 a 2023/12/31

Rubricas (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41 749,77 €	23 489,57 €	18 260,20 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	41 749,77 €	23 489,57 €	18 260,20 €

João Silva
FRANZ

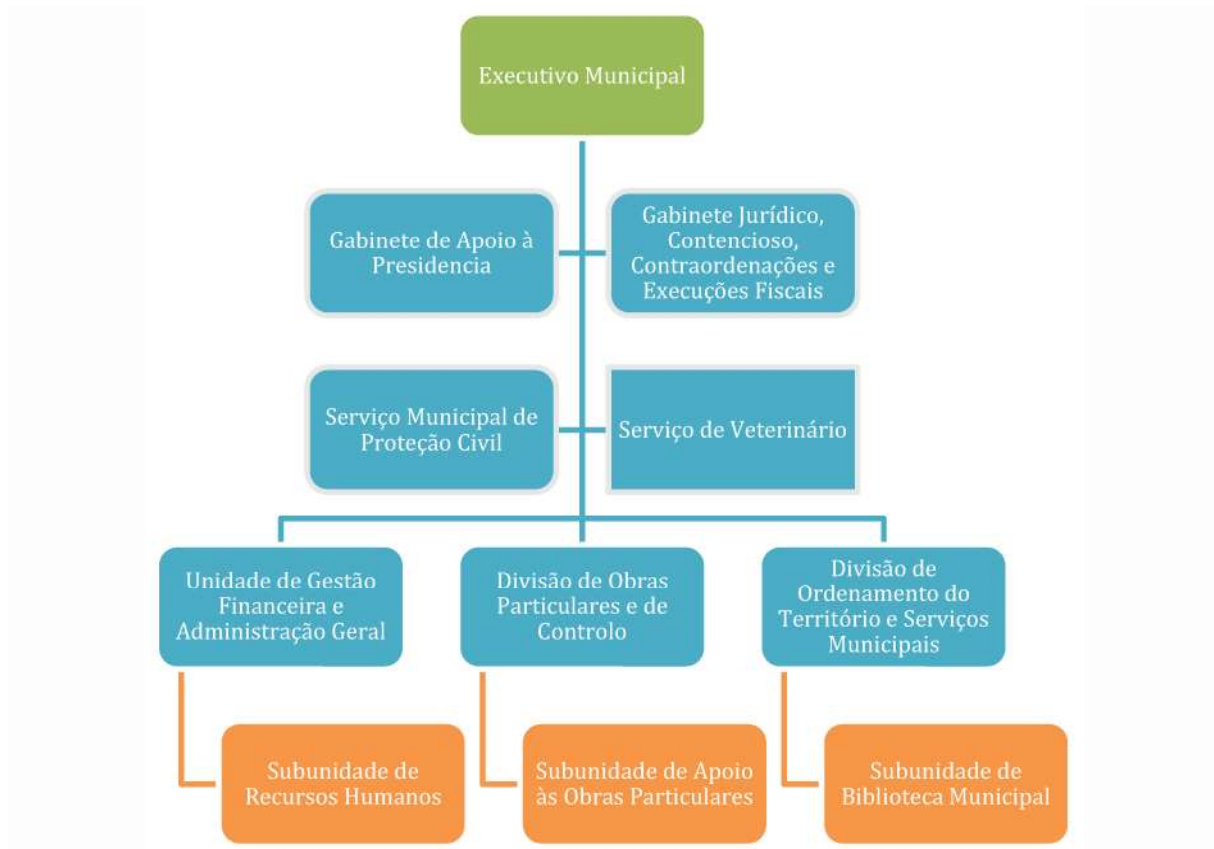


Prestação de Contas 2023

Organograma

PARTE IV

Organograma



315018423



Prestação de Contas 2023

Caracterização da Entidade



Período de relato: 01/01/2023 a 31/12/2023

Identificação		
1	Denominação	Município de Ribeira Brava
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	511236417
3	Natureza	Pessoa Coletiva De Direito Público
4	Endereço postal - arruamento	Rua do Visconde, nº 56
5	Endereço postal - código postal	9350-213 Ribeira Brava
6	Telefone	291952548
7	Endereço de correio eletrónico	geral@cm-ribeirabrava.pt
8	Sítio da internet	https://cm-ribeirabrava.pt/
9	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim
Legislação		
1	Regime Financeiro	Lei 73/2013, de 3 de setembro
2	Regime Jurídico	Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro
Participações da entidade		
1	Serviços Municipalizados	Não
2	Serviços Intermunicipalizados	Não
3	Entidades Intermunicipais	Não
4	Entidades Associativas Municipais	Sim
5	Empresas Locais	Não
6	Empresas participadas	Sim
7	Cooperativas	Não
8	Fundações	Não
9	Outras entidades de outra natureza	Sim
Descrição sumária das atividades		
1	Atividade	Pessoas Coletivas Territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a concretização das atribuições que lhes estão legalmente conferidas pela Lei 159/99 de 14 de setembro (alterada pela Lei n.º 67-A/2007 de 31 de dezembro, e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), através do exercício das competências descritivas na Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, pela lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e pela lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março.
Identificação dos membros do Órgão Executivo / Conselho de Administração (I)		
1	Cargo/Órgão	Presidente
1	Cargo/Órgão	Presidente
1	Cargo/Órgão	Presidente
1	Cargo/Órgão	Vice-Presidente
1	Cargo/Órgão	Vice-Presidente
1	Cargo/Órgão	Vereador/Permanência
1	Cargo/Órgão	Vereador/Permanência



Caracterização da Entidade

1	Cargo/Orgão	Vereadora/Não Permanência
1	Cargo/Orgão	Vereadora/Não Permanência
1	Cargo/Orgão	Vereador/Não Permanência
1	Cargo/Orgão	Vereador/Não Permanência
2	Nome	Hélder Manuel Gouveia Gomes
2	Nome	Sérgio Miguel Ramos da Silva
2	Nome	Sandra José Abreu Vilanova
2	Nome	Flor Angélica Abreu Silva
2	Nome	José Paulo Santos Andrade
2	Nome	Rafael João Figueira Sousa
2	Nome	Jorge Manuel Faria Santos
2	Nome	Jorge Manuel Faria Santos
2	Nome	Jorge Manuel Faria Santos
2	Nome	Ricardo António Nascimento
2	Nome	Ricardo António Nascimento
3	Início	2023-01-01
3	Início	2023-01-01
3	Início	2023-08-09
3	Início	2023-09-25
3	Início	2023-01-01
3	Início	2023-01-01
3	Início	2023-01-01
3	Início	2023-01-01
3	Início	2023-09-25
3	Início	2023-08-09
3	Início	2023-01-01
4	Fim	2023-08-08
4	Fim	2023-09-24
4	Fim	2023-12-31
4	Fim	2023-08-08
4	Fim	2023-12-31
4	Fim	2023-12-31
4	Fim	2023-12-31
4	Fim	2023-12-31
4	Fim	2023-12-31
4	Fim	2023-09-24
4	Fim	2023-12-31
4	Fim	2023-12-31
5	Observações	



5	Observações	
5	Observações	
5	Observações	
5	Observações	
5	Observações	
5	Observações	
5	Observações	
5	Observações	
5	Observações	
5	Observações	
5	Morada	Estrada se São João, N°122 9350-145 Ribeira Brava
5	Morada	Estrada se São João, N°122 9350-145 Ribeira Brava
5	Morada	Rua Dos Dragoeiros, Edº Eurobrava, 1º Andar, Fra.U, N°59
5	Morada	Rua Dos Dragoeiros, Edº Eurobrava, 1º Andar, Fra.U, N°59
5	Morada	Rua Dos Dragoeiros, Edº Eurobrava, 1º Andar, Fra.U, N°59
5	Morada	Estrada Da Roda N.º 33 (St.Vale)
5	Morada	Rua De S.Pedro, 1º Andar N°7 H Edifício Belo Vale
5	Morada	Caminho Da Madágua Cci-401
5	Morada	Rua Comandante C. De Freitas, N°5, Edf. Bores 2ºnorte
5	Morada	Rua Cmdt. Camacho De Freitas N.Cci-102
5	Morada	Estrada Da Meia Légua N.º 56
Outra informação - Ações de fiscalização		
1	Entidade fiscalizadora	
2	Data da ação	
3	Período abrangido	
4	Identificação da ação	
Outra informação		
1	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Norma de controlo e eventuais alterações	2020-04-30
2	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Norma de controlo e eventuais alterações	2020-06-26
3	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Regulamentos	
4	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Regulamentos	
5	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	2023-12-12
6	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	2023-12-16
7	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	

Handwritten signature and initials



8	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	2022-12-11
9	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Inscrição do saldo do período de relato do ano anterior	2024-04-21
10	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Inscrição do saldo do período de relato do ano anterior	2024-04-29
11	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Revisão Orçamental	
12	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Revisão Orçamental	
13	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Alteração Orçamental	
14	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Alteração Orçamental	
15	Transferência de competência de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	Não
16	Transferência de competência de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	Não
17	Delegação de competências - dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	Não
18	Delegação de competências - dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	Não
19	Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, os mesmos foram observados	Não
20	Número de trabalhadores a 31 de dezembro	113
21	Prazo médio de pagamento - início do exercício	11.00
22	Prazo médio de pagamento - fim do exercício	5.00
23	(Caso se trate de entidade de natureza associativa) Data da constituição	
24	(Caso se trate de entidade de natureza associativa) Entidades associadas existentes no fim do exercício	
25	(Caso se trate de entidade de natureza associativa) Informações sobre a existência de atividade / movimentos financeiros no período de relato	
26	Concessões de serviços públicos / obras públicas	Sim
27	Mecanismos de recuperação financeira e outros programas de regularização de dívidas a fornecedores	Não
28	Em caso afirmativo, especifique	
Participações da entidade - influência dominante		
1	Denominação	ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A
1	Denominação	FAM - Fundo de Apoio Municipal
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	513319182
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	509574513
3	Influência dominante	Não
3	Influência dominante	Não
Identificação dos membros do Órgão Executivo / Conselho de Administração (II)		
1	Número de vereadores - regime de permanência	3
2	Número de vereadores - a meio tempo	0



Caracterização da Entidade

3	Número de vereadores - restantes vereadores	3
4	Número de eleitores	Mais de 10.000 e menos de 40.000
Identificação das entidades que compõem o grupo público		
1	Denominação	
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	
Concessões de serviço públicos / obras públicas		
1	Concessionário	ARM - ÁGUAS RESIDUAIS DA MADEIRA, S.A.
2	Objeto da concessão	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de distribuição de água saneamento básico em baixa da RAM, e a exploração e gestão do sistema multimunicipal de recolha de resíduos da RAM
3	Data da celebração do contrato	2011-03-01
4	Período da concessão	30 anos
5	Natureza da concessão	Concessão de serviço públicos

Top CI
KURZ



Prestação de Contas 2023

Acumulação de Funções e Relação Nominal

Modelo 10 - MAPA DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

ENTIDADE

Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023

1. Trabalhadores da entidade autorizados a exercer funções noutros serviços

Nome	Cargo ou função	Data de provimento	Forma de provimento	Vencimento ilíquido anual	Observações	CARGOS ACUMULADOS FUNÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS					
						Entidade	Cargo ou Função	Data despacho de autorização	Regime de acumulação	Remuneração (a)	
										Valor ilíquido	Período a que reporta
José Luís Faria Abreu	Assistente Operacional	2001.09.03	RCTFP	12 313,24 €		Instalações Elétricas	2008.07.22	Privado	0,00 €	2023.01.01/2023.12.31	
José Paulo Rodrigues Fernandes	Técnico Superior	2003.07.01	RCTFP	43 072,03 €		Advocacia	2004.08.03	Conta Própria	17 439,61 €	2023.01.01/2023.12.31	
Paulo David Jesus Canha Jardim	Técnico Superior	2004.08.04	RCTFP	40 666,59 €		Arquitectura	2002.06.20	Conta Própria	0,00 €	2023.01.01/2023.12.31	
Herberto Brazão Figueira da Silva	Técnico de Informática Grau 1 - Nível I	1990.02.01	RCTFP	22 174,82 €		Análise de Sistemas e Formação	2013.07.04	Conta Própria	7 431,87 €	2023.01.01/2023.12.31	
José Ilídio Faria Nascimento	Assistente Operacional	2000.07.03	RCTFP	13 650,89 €		Agricultura	2015.01.21	Conta Própria	2 000,00 €	2023.01.01/2023.12.31	
Fátima Maria Andrade Ferreira	Coordenadora Técnica	1984.06.15	RCTFP	19 441,86 €		Membro de Orgão Estatutário	2019.01.24	Conta Própria	0,00 €	2023.01.01/2023.12.31	
Ana Sofia Freitas Nunes	Técnico Superior	2017.11.01	RCTFP	18 791,63 €	O valor indicado corresponde ao valor das vendas conforme anexo B da declaração de IRS	Comércio a retalho de flores, plantas, sementes e fertilizantes	2018.05.23	Conta Própria	56 937,45 €	2023.01.01/2023.12.31	
Rufino Fernandes Teles	Assistente Operacional	2019.04.01	RCTFP	13 195,67 €		Motorista de Táxi	2015.01.21	Conta Própria	420,57 €	2023.01.01/2023.12.31	
Susana Figueiredo Figueira da Silva	Técnico Superior	2021.03.01	RCTFP	18 791,63 €		Engenharia Civil e de Alojamento Local	2021.06.07	Conta Própria	0,00 €	2023.01.01/2023.12.31	
Petra Joana Henriques Figueira	Técnico Superior	2019.04.01	RCTFP	18 883,93 €		Entrevistadora do INE	2023.03.23	Conta Própria	1 840,95 €	2023.01.01/2023.12.31	

2. Trabalhadores de outros serviços autorizados a exercer funções na entidade

Nome	SERVIÇO DE ORIGEM					CARGOS ACUMULADO NA ENTIDADE FUNÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS					
	Designação	Cargo ou função	Data de provimento	Forma de provimento	Vencimento ilíquido anual	Observações	Cargo ou Função	Data do despacho de	Regime de acumulação	Remuneração (a)	
										Valor ilíquido	Período a que reporta

Ass. Sub
[Assinatura]

MODELO 2 - Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

ENTIDADE			
Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023			
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)	Morada b)
Ricardo António Nascimento	Presidente	2023.01.01 até 08.08.2023	Estrada de São João, Nº 122 9350-145 Ribeira Brava
Ricardo António Nascimento	Presidente	2023.09.25 até 31.12.2023	Estrada de São João, Nº 122 9350-145 Ribeira Brava
Jorge Manuel Faria Santos	Vice-Presidente	2023.01.01 até 08.08.2023	Rua dos Dragoeiros, Edifº EUROBRAVA, 1º Andar, Fração U Nº59, 9350-215 Ribeira Brava
Jorge Manuel Faria Santos	Presidente	2023.08.09 até 2023.09.24	Rua dos Dragoeiros, Edifº EUROBRAVA, 1º Andar, Fração U Nº59, 9350-215 Ribeira Brava
Jorge Manuel Faria Santos	Vice-Presidente	2023.09.25 até 31.12.2023	Rua dos Dragoeiros, Edifº EUROBRAVA, 1º Andar, Fração U Nº59, 9350-215 Ribeira Brava
José Paulo Santos Andrade	Vereador/Permanência	2023.01.01/2023.12.31	Rua de São Pedro, Nº 7 1º H (Edifº Belo Vale) 9350-212 Ribeira Brava
Rafael João Figueira Sousa	Vereador/Permanência	2023.01.01/2023.12.31	Estrada da Roda, Nº 33 (Sítio do Vale) 9350-145 Ribeira Brava
Sandra José Abreu Vilanova	Vereador/Não Permanência	2023.01.01/2023.12.31	Rua Comandante Camacho de Freitas, CCI Nº 102, 9350-075 Campanário
Flor Angélica Abreu Silva	Vereador/Não Permanência	2023.01.01/2023.12.31	Caminho da Madágua, CCI 401, 9350-413 Tabua
Sérgio Miguel Ramos da Silva	Vereador/Não Permanência	2023.01.01/2023.12.31	Estrada da Meia Léguas n.º 56, 9350-148 Ribeira Brava
Hélder Manuel Gouveia Gomes	Vereador/Não Permanência	2023.08.09 até 2023.09.24	Rua Comandante Camacho de Freitas, n.º 5, Edifício Bores, 2º Norte, 9350-209 Ribeira Brava

a) No caso de se verificarem alterações de responsáveis durante o período de relato, deverá indicar-se o período em que exerceram funções
 b) Morada completa e atualizada, incluindo código postal





Prestação de Contas 2023

Balanço Previsional

BLC - BALANÇO PREVISIONAL

PERÍODO

2023/01/01 - 2023/12/31

ANO

2023

C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS

S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO

Rubricas	Notas	Datas		
		2023	Previsto 2023/12/31	Previsto 2024/12/31
		(do período)	0,00%	2,40%
ATIVO				
Ativo não corrente		94 004 897,92 €	94 004 897,92 €	96 261 015,47 €
Ativos fixos tangíveis	5	93 667 434,59 €	93 667 434,59 €	95 915 453,02 €
Ativos intangíveis	3	9 546,83 €	9 546,83 €	9 775,95 €
Participações financeiras	14	327 916,50 €	327 916,50 €	335 786,50 €
Ativo corrente		2 497 965,83 €	2 497 965,83 €	2 557 917,01 €
Inventários	10	18 260,20 €	18 260,20 €	18 698,44 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis				
Clientes, contruintes e utentes	18	10 537,83 €	10 537,83 €	10 790,74 €
Outras contas a receber	18	1 140 280,41 €	1 140 280,41 €	1 167 647,14 €
Diferimentos	18	3 618,18 €	3 618,18 €	3 705,02 €
Caixa e depósitos	1,3	1 325 269,21 €	1 325 269,21 €	1 357 075,67 €
Total Ativo		96 502 863,75 €	96 502 863,75 €	98 818 932,48 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património Líquido		87 122 848,56 €	87 122 848,56 €	89 213 796,93 €
Património/Capital	30	90 475 866,55 €	90 475 866,55 €	92 647 287,35 €
Reservas	30	263 812,08 €	263 812,08 €	270 143,57 €
Resultados transitados	30	-22 078 381,35 €	-22 078 381,35 €	-22 608 262,50 €
Outras variações no património líquido	30	19 003 989,34 €	19 003 989,34 €	19 460 085,08 €
Resultado líquido do período	30	-542 438,06 €	-542 438,06 €	-555 456,57 €
Total Património Líquido		87 122 848,56 €	87 122 848,56 €	89 213 796,93 €
PASSIVO				
Passivo não corrente		8 250 976,71 €	8 250 976,71 €	8 449 000,15 €
Provisões	15	78 124,18 €	78 124,18 €	79 999,16 €
Financiamentos obtidos	7	5 041 839,50 €	5 041 839,50 €	5 162 843,65 €
Diferimentos	18	2 971 029,43 €	2 971 029,43 €	3 042 334,14 €
Outras contas a pagar	18	159 983,60 €	159 983,60 €	163 823,21 €
Passivo corrente		1 129 038,48 €	1 129 038,48 €	1 156 135,40 €
Estado e outros entes públicos	19	45 964,39 €	45 964,39 €	47 067,54 €
Financiamentos obtidos	7	186 868,16 €	186 868,16 €	191 353,00 €
Fornecedores e investimentos	16	50 738,73 €	50 738,73 €	51 956,46 €
Outras contas a pagar	16	793 452,57 €	793 452,57 €	812 495,43 €
Diferimentos	18	52 014,63 €	52 014,63 €	53 262,98 €
Total Passivo		9 380 015,19 €	9 380 015,19 €	9 605 135,55 €
Total Património Líquido e Passivo		96 502 863,75 €	96 502 863,75 €	98 818 932,48 €

*João Sub
NUNZ*



Prestação de Contas 2023

**Demonstração de
Resultados por Natureza
Previsional**

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PREVISIONAL

PERÍODO

2023/01/01 - 2023/12/31

ANO

2023

C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS

S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO

Rubricas	Notas	Datas		
		2023 (do período)	Previsto 2023/12/31	Previsto 2024/12/31
Impostos, contribuições e taxas	14	2 991 972,84 €	2 991 972,84 €	3 063 780,19 €
Prestações de serviços e concessões	13	496 792,95 €	496 792,95 €	508 715,98 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	6 034 164,88 €	6 034 164,88 €	6 178 984,84 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e	30	-19 992,81 €	-19 992,81 €	-20 472,64 €
Fornecimentos e serviços externos	30	-2 899 528,85 €	-2 899 528,85 €	-2 969 117,54 €
Gastos com pessoal	30	-2 763 171,31 €	-2 763 171,31 €	-2 829 487,42 €
Transferências e subsídios concedidos	30	-1 371 354,27 €	-1 371 354,27 €	-1 404 266,77 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos	10	-23 380,12 €	-23 380,12 €	-23 941,24 €
Imparidade de créditos a receber (perdas/reversões)	9	-68 180,90 €	-68 180,90 €	-69 817,24 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	-78 124,18 €	-78 124,18 €	-79 999,16 €
Outros rendimentos	30	2 704 957,25 €	2 704 957,25 €	2 769 876,22 €
Outros gastos	30	-264 650,46 €	-264 650,46 €	-271 002,07 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 739 505,02 €	4 739 505,02 €	4 853 253,14 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	30	-5 161 161,94 €	-5 161 161,94 €	-5 285 029,83 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-421 656,92 €	-421 656,92 €	-431 776,69 €
Juros e rendimentos similares obtidos		3 256,32 €	3 256,32 €	3 334,47 €
Juros e gastos similares suportados	30	-124 037,46 €	-124 037,46 €	-127 014,36 €
Resultado antes de impostos		-542 438,06 €	-542 438,06 €	-555 456,57 €
Resultado líquido do período		-542 438,06 €	-542 438,06 €	-555 456,57 €

João Silva




Prestação de Contas 2023

Demonstração de Fluxos de Caixa Previsionais

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

PERÍODO
2023/01/01 - 2023/12/31

ANO
2023

C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS
S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO

Rubricas	Notas	Datas		
		2023	Previsto 2023/12/31	Previsto 2024/12/31
		(do período)	0,00%	2,40%
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes		468 833,93 €	468 833,93 €	480 085,94 €
Recebimentos de contribuintes		2 628 997,40 €	2 628 997,40 €	2 692 093,34 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 038 041,11 €	6 038 041,11 €	6 182 954,10 €
Recebimentos de utentes		372 269,41 €	372 269,41 €	381 203,88 €
Pagamentos a fornecedores		-2 840 750,42 €	-2 840 750,42 €	-2 908 928,43 €
Pagamentos ao pessoal		-2 705 041,83 €	-2 705 041,83 €	-2 769 962,83 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 307 771,92 €	-1 307 771,92 €	-1 339 158,45 €
Caixa gerada pelas operações		2 654 577,68 €	2 654 577,68 €	2 718 287,54 €
Outros recebimentos/pagamentos		6 423,76 €	6 423,76 €	6 577,93 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 661 001,44 €	2 661 001,44 €	2 724 865,47 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-7 625 197,96 €	-7 625 197,96 €	-7 808 202,71 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-4 116,88 €	-4 116,88 €	-4 215,69 €
Pagamentos - Investimentos financeiros				
Recebimentos provenientes de:				
Recebimentos - Transferências de capital		2 967 796,20 €	2 967 796,20 €	3 039 023,31 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-4 661 518,64 €	-4 661 518,64 €	-4 773 395,09 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Recebimentos - Financiamentos obtidos		2 977 863,43 €	2 977 863,43 €	3 049 332,15 €
Pagamentos respeitantes a:				
Pagamentos - Financiamentos obtidos	7	-186 868,56 €	-186 868,56 €	-191 353,41 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-124 037,46 €	-124 037,46 €	-127 014,36 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		2 666 957,41 €	2 666 957,41 €	2 730 964,39 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		666 440,21 €	666 440,21 €	682 434,78 €
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1,2	658 829,00 €	658 829,00 €	674 640,90 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1,2	1 325 269,21 €	1 325 269,21 €	1 357 075,67 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS				
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1,2	658 829,00 €	658 829,00 €	674 640,90 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		658 829,00 €	658 829,00 €	674 640,90 €
SGA - De execução orçamental		658 376,06 €	658 376,06 €	674 177,09 €
SGA - De operações de tesouraria		452,94 €	452,94 €	463,81 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1,2	1 325 269,21 €	1 325 269,21 €	1 357 075,67 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		1 325 269,21 €	1 325 269,21 €	1 357 075,67 €
SGS - De execução orçamental		1 252 881,69 €	1 252 881,69 €	1 282 950,85 €
SGS - De operações de tesouraria		72 387,52 €	72 387,52 €	74 124,82 €

10/12/23
KULOR



Prestação de Contas 2023

Participação de Sociedades e Não Sociedades

Anexo I	Mapa das Participações da Entidade		
Designação da entidade	Município de Ribeira Brava		

Situação em 31/12/2023

Mapa das Participações da Entidade

A - Participações em Entidades Societárias

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no Final do Exercício (31/12/22)			Forma da Realização do Capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)	Em Espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
ARM	509574513	Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos	36002	19 705 500,00	60 000,00	0,31%	60 000,00	60 000,00	0,00	
Fundo de Apoio Municipal	513319162		84114	417 857 175,00	267 916,50	0,06%	0,00	0,00	0,00	

B - Participações em Entidades Não Societárias

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Obs.
Denominação	N.I.P.C				Em N	Forma da Realização		
						Meios Monetários	Em Espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
AMRAM - Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	511027303	AMFE - Associação de Municípios de Fins Específicos	91333	585 629,76	9 758,33	9 758,33		Valor da quota anual
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AMFE - Associação de Municípios de Fins Específicos	94110	0,00	5 450,34	5 450,34		Valor da quota anual
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS	513864202	AMFE - Associação de Municípios de Fins Específicos	94991	0,00	1 425,00	1 425,00		Valor da quota anual

C - Unidades de Participação Devidas em Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliários

Fundo de Investimento		Tipologia	Data de Criação	Denominação e Sede da Sociedade Gestora	Valor Global do Fundo de Investimento	Denominação e Sede da Sociedade Depositária	Situação Líquida do Fundo		Unidades de Participação Devidas no Fundo de Investimento				Obs.
Denominação	N.I.P.C						01.01	31.12	Início da Período de Relato		Final do Período de Relato		
		Valor	%	Valor	%								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Não aplicável													

Imp. Sul
[Assinatura]

Designação da entidade	Município de Ribeira Brava	
Gerência	2023-01-01 a 2023-12-31	

Mapa da Alienação da Totalidade ou de Parte do Capital Social de Empresas Locais e de outras Sociedades Comerciais

Capital Social Detido				Situação Financeira da Empresa à data da Alienação		Saldos pendentes com Entidades com Entidades Públicas participantes à data da Alienação		Valor Contabilístico da Participação Financeira à data da Alienação	Alienação do Capital Social					Proventos Líquidos (b)	Encargos Financeiros (c)	Mais ou menos Valor (d)	Obs.
À Data da Alienação		Após a Alienação		Passivo	Ativo	Saldos devedores	Saldos Credores		Valor (a)	%	Data	Entidade Adquirente					
Valor	%	Valor	%									Denominação	NIPC				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
																	não aplicável

João Sá


Designação da entidade	Município de Ribeira Brava
Gerência	2023-01-01 a 2023-12-31

Situação em 31/12/23

Mapa das Participações da Entidade

Informação relativa a Soc. Comerciais participadas (alínea b) do n.º 4 do ponto II das Instruções n.º 1/2001 - 2ª S)

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no Final do Exercício			Forma da Realização do Capital		Glos
Denominação	N.I.F.C.				Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)	Em Espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
										Não aplicável

Documentos a enviar:

Relatório e contas das sociedades comerciais
 Ata da deliberação de aprovação do relatório e contas;
 Cópia da certificação legal de contas, se emitida;
 Relação nominal dos responsáveis

Não aplicável
 Não aplicável
 Não aplicável
 Não aplicável



Designação da entidade	Município de Ribeira Brava	
Gerência	2023-01-01 a 2023-12-31	

Situação em 31/12/2023

Mapa das Participações da Entidade

Deliberações e documentação identificada na alínea c) do n.º 4 do ponto II das Instruções n.º 1/2001 - 2.º S

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no Final do Exercício (31/12/2022)			Forma da Realização do Capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)	Em Espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
										Não aplicável

Documentos a enviar:

Deliberações

Estudos técnicos, económicos e jurídicos

Não aplicável

Não aplicável

[Handwritten signature]

Designação da entidade	Município de Ribeira Brava		
Gerência	2023-01-01 a 2023-12-31		

Situação em 31/12/2023

Mapa das Participações da Entidade

Planos de integração e Internalização (alínea d) do n.º 4 do ponto II das Instruções)

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no Final do Exercício (31/12/2022)			Forma da Realização do Capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)	Em Espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
										Não aplicável

João S


Designação da entidade	Município de Ribeira Brava	
Gerência	2023-01-01 a 2023-12-31	

Situação em 31/12/2023

Mapa das Participações da Entidade

Identificação de medidas adotadas (alínea f) do n.º 4 do ponto II das Instruções)

Entidades Participadas		Tipo de Entidade	C.A.E.	Capital	Participação no final do Exercício (31/12/2022)			Forma da Realização de Capital		Obs.
Denominação	N.L.P.C.				Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)	Em Espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
										Não aplicável

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prestação de Contas 2023

**AFT – Ativos Fixos
Tangíveis**

Período : 2023/01/01 2023/12/31 Visualizar Contas s/ Mov. ? (Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Apu

Euros

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		Diminuições
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	80.349.952,34	1.726.914,91					-4.682.548,06			77.394.319,19
Terrenos e recursos naturais	44.284.413,75									44.284.413,75
Edifícios e outras construções	9.109.978,59	1.014.809,97					-742.725,66			9.382.062,90
Infraestruturas	26.948.877,90	712.104,94					-3.939.822,40			23.721.160,44
Patrimônio histórico, artístico e cultural	6.682,10									6.682,10
Ativos fixos em concessão										
Outros ativos fixos tangíveis	10.867.715,62	7.445.923,03	-1.434.753,24				-458.372,67		-147.397,34	16.273.115,40
Terrenos e recursos naturais	6.526.059,19	197.400,00								6.723.459,19
Edifícios e outras construções	2.818.711,15	339.612,38					-184.424,01		-107.331,93	2.866.567,59
Equipamento básico	67.886,80	56.023,33					-26.591,12		-955,70	96.363,31
Equipamento de transporte	224.663,00	53.554,32					-121.679,44			156.537,88
Equipamento administrativo	128.803,81	9.044,40					-46.957,33		-259,32	90.631,56
Outros	273.863,18	24.250,32					-78.720,77		-27.174,99	192.217,74
Ativos fixos tangíveis em curso	827.728,49	6.766.038,28	-1.434.753,24						-11.675,40	6.147.338,13
Total :	91.217.667,96	9.172.837,94	-1.434.753,24				-5.140.920,73		-147.397,34	93.667.434,59

João Sal
RUBZ



Prestação de Contas 2023

**Anexo às Demonstrações
Financeiras**

2023



ÍNDICE

Nota 1. Caracterização da Entidade, período de relato e referencial contabilístico	1
Nota 2. Principais Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	10
Nota 3. Ativos Intangíveis	22
Nota 4. Acordos de concessão de serviços: concedente	24
Nota 5. Ativos Fixos Tangíveis	25
Nota 6. Locações	28
Nota 7. Custos de empréstimos obtidos	28
Nota 8. Propriedades de Investimento	29
Nota 9. Imparidade de ativos financeiros	29
Nota 10. Inventários	30
Nota 11. Agricultura	30
Nota 12. Contratos de Construção	30
Nota 13. Rendimentos de transação com contraprestação	31
Nota 14. Rendimento de transação sem contraprestação	31
Nota 15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	32
Nota 16. Efeitos de Alterações em taxas de Câmbio	33
Nota 17. Acontecimentos após a data de Balanço	33
Nota 18. Instrumentos Financeiros	33
Nota 19. Benefícios dos Trabalhadores	36
Nota 20. Divulgações de partes relacionadas	37
Nota 21. Relato por Segmentos	37
Nota 22. Interesses em Outras Entidades	37
Nota 30. Outras informações relevantes para compreensão financeira e do desempenho financeiro	39



INTRODUÇÃO

As notas explicativas têm por objetivo esclarecer os princípios e regras em que se baseiam os registos Contabilísticos refletidos nas demonstrações financeiras. Deve ser entendido como um complemento aos mapas das demonstrações financeiras que apresenta a situação económico-financeira do Município da Ribeira Brava a 31 de dezembro de 2023.

A contabilidade patrimonial para as autarquias Locais é baseada na estrutura concetual da informação financeira pública aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, regida pelas Normas de Contabilidade Pública NCP 1 a 25, permitindo apresentação verdadeira e adequada da posição financeira, suas mudanças, resultados e fluxos de caixa e métricas de acesso recursos económicos e financeiros das entidades públicas. A Arquitetura Conceitual do Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas SNC-AP define o desenvolver padrões de contabilidade pública (NCP) para preparação e apresentação das Demonstrações financeiras e outros relatórios financeiros de entidades públicas. A NCP 1 — Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras destina-se a servir de base para a apresentação das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas). Os principais componentes são o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações do património líquido e o anexo. Neste documento serão apresentadas as regras relativas à aplicação das NCP e o efeito das respetivas na demonstração financeira.

Na área da fiscalização, reconhecimento contabilístico e controlo da aplicação das normas contabilísticas, deve-se desenvolver as ações necessárias à efetiva e correta aplicação das normas contabilísticas pela entidade, ou seja, no caso do Município da Ribeira Brava aplica-se as NCP. Estas normas visam a normalização entre contabilidades e os seus relatos financeiros, modernizando a comparabilidade e transparência financeira que no atual contexto de mudança, e o reflexo da globalização da economia, impõe-se como desafio para o Município a procura de maior economia, eficácia e eficiência necessária na realização dos objetivos e aproveitamento na utilização de recursos escassos, o que exige aos órgãos um conhecimento crescente no desempenho das suas atividades e maior controlo. O anexo às demonstrações financeiras foi preparado com base nas características qualitativas previstas na estrutura concetual das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Balanço CMRB – 31/12/2023

Rubricas	Notas	2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente		94 004 897,92 €	91 562 775,20 €
Ativos fixos tangíveis	5	93 667 434,59 €	91 217 667,96 €
Ativos intangíveis	3	9 546,83 €	17 190,74 €
Participações financeiras	14	327 916,50 €	327 916,50 €
Ativo corrente			
Inventários	10	18 260,20 €	42 949,51 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			3 460,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	10 537,83 €	89 219,22 €
Outras contas a receber	18	1 140 280,41 €	1 168 586,34 €
Diferimentos	18	3 618,18 €	13 254,25 €
Caixa e depósitos	1,3	1 325 269,21 €	658 829,00 €
Total Ativo		96 502 863,75 €	93 539 073,52 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		87 122 848,56 €	89 432 486,35 €
Património/Capital	30	90 475 866,55 €	90 475 866,55 €
Reservas	30	263 812,08 €	204 259,24 €
Resultados transitados	30	-22 078 381,35 €	-23 209 835,28 €
Outras variações no património líquido	30	19 003 989,34 €	20 771 189,07 €
Resultado líquido do período		-542 438,06 €	1 191 056,77 €
Total Património Líquido		87 122 848,56 €	89 432 486,35 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		8 250 976,71 €	3 205 460,05 €
Provisões	15	78 124,18 €	
Financiamentos obtidos	7	5 041 839,50 €	2 250 843,03 €
Diferimentos	18	2 971 029,43 €	866 401,07 €
Outras contas a pagar	18	159 983,60 €	88 215,95 €
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	19	45 964,39 €	48 640,37 €
Financiamentos obtidos	7	186 868,16 €	186 869,76 €
Fornecedores de investimentos	16	50 738,73 €	
Outras contas a pagar	16	793 452,57 €	614 900,83 €
Diferimentos	18	52 014,63 €	50 716,16 €
Total Passivo		9 380 015,19 €	4 106 587,17 €
Total Património Líquido e Passivo		96 502 863,75 €	93 539 073,52 €



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração de Resultados CMRB – 31/12/2023

RUBRICAS	Notas	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14	2 991 972,84	3 018 034,04
Prestações de serviços e concessões	13	496 792,95	494 601,14
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	6 034 164,88	5 964 765,14
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	30	-19 992,81	-36 626,68
Fornecimentos e serviços externos	30	-2 899 528,85	-2 417 130,66
Gastos com pessoal	30	-2 763 171,31	-2 303 104,93
Transferências e subsídios concedidos	30	-1 371 354,27	-1 312 885,51
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	10	-23 380,12	29 124,42
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-68 180,90	70 959,32
Provisões (aumentos/reduções)	15	-78 124,18	
Outros rendimentos	30	2 704 957,25	3 102 343,11
Outros gastos	30	-264 650,46	-112 722,71
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 739 505,02	6 497 356,68
Gastos/reversões de depreciação e amortização	30	-5 161 161,94	-5 288 330,04
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-421 656,92	1 209 026,64
Juros e rendimentos similares obtidos		3 256,32	6 650,32
Juros e gastos similares suportados	30	-124 037,46	-24 620,19
Resultado antes de impostos		-542 438,06	1 191 056,77
Resultado líquido do período		-542 438,06	1 191 056,77

Demonstração das Alteração do Património Líquido em 31/12/2023

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido		
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		90 475 866,55				204 259,24	-23 209 885,28				20 771 189,07	1 191 056,77	89 432 486,35		89 432 486,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)						59 552,84	1 131 503,93				666 424,23	-1 191 056,77	666 424,23		666 424,23
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respetivas variações															
Transferências e subsídios de capital	1.3/10										666 424,23		666 424,23		666 424,23
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						59 552,84	1 131 503,93					-1 191 056,77			
30															
Correção de erros materiais															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												-542 438,06	-542 438,06		-542 438,06
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												-1 733 494,83	123 986,17		123 986,17
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)													-2 433 623,96	-2 433 623,96	-2 433 623,96
Subscrições de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações													-2 433 623,96	-2 433 623,96	-2 433 623,96
Subscrições de prémios de emissão															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		90 475 866,55				263 812,08	-22 078 381,35				19 003 989,34	-542 438,06	87 122 848,56		87 122 848,56

Demonstração de Fluxos de Caixa – 31/12/2023

RUBRICAS	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		468 833,93	440 610,28
Recebimentos de contribuintes		2 628 997,40	2 785 755,64
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 038 041,11	5 755 786,64
Recebimentos de utentes		372 269,41	212 593,72
Pagamentos a fornecedores		-2 840 750,42	-2 863 471,92
Pagamentos ao pessoal		-2 705 041,83	-2 383 463,96
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 307 771,92	-1 210 027,79
Caixa gerada pelas operações		2 654 577,68	2 737 782,61
Outros recebimentos/pagamentos		6 423,76	65 619,98
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 661 001,44	2 803 402,59
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-7 625 197,96	-2 604 965,33
Pagamentos - Ativos intangíveis		-4 116,88	-61 258,79
Pagamentos - Investimentos financeiros			-7 442,11
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Transferências de capital		2 967 796,20	687 490,25
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-4 661 518,64	-1 986 175,98
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		2 977 863,43	225 627,97
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-186 868,56	-523 761,64
Pagamentos - Juros e gastos similares		-124 037,46	-24 620,19
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		2 666 957,41	-322 753,86
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		666 440,21	494 472,75
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1.2	658 829,00	246 057,47
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1.2	1 325 269,21	658 829,00
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1.2	658 829,00	246 057,47
Saldo da gerência anterior (SGA)		658 829,00	246 057,47
SGA De execução orçamental		658 376,06	206 239,08
SGA De operações de tesouraria		452,94	39 818,39
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1.2	1 325 269,21	658 829,00
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		1 325 269,21	658 829,00
SGS De execução orçamental		1 252 881,69	658 376,06
SGS De operações de tesouraria		72 387,52	452,94



NOTA 1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

- **Designação:** Município da Ribeira Brava
- **NIPC:** 511 236 417
- **Natureza/CAE:** Pessoa Coletiva de Direito Público
- **Endereço postal:** Rua do Visconde n.º 56, 9350-213 Ribeira Brava
- **Telefone/Fax:** 291 952 548
- **Endereço de correio eletrónico:** geral@cm-ribeirabrava.pt
- **Sítio da internet:** <http://www.cm-ribeirabrava.pt/cmrb1/>
- **Entidade com serviços de fiscalização:** Auditor externo nos termos do art.º 76 da Lei 73/2013, de 3 de setembro.
- **Período de relato:** 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023

- **Organograma**





Notas explicativas às demonstrações financeiras

Estrutura Orgânica segundo despacho n.º 2651/2023, de 8 de fevereiro
<ul style="list-style-type: none">• Unidade sem tipologia definida
<ol style="list-style-type: none">1. Gabinete de Apoio à Presidência2. Serviço Municipal de Proteção Civil3. Serviço Veterinário4. Gabinete Jurídico, Contencioso, Contraordenação e Execuções Fiscais
<ul style="list-style-type: none">• Subunidades Orgânicas do Município
<ol style="list-style-type: none">1. Unidade de Gestão Financeira e Administração Local<ol style="list-style-type: none">1.1. Subunidade de Recursos Humanos<ol style="list-style-type: none">2 - Divisão de Obras Particulares de Controlo2.1. Subunidade de Apoio às Obras Particulares<ol style="list-style-type: none">3 – Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais3.1. Subunidade Social, Educação, Cultura, Desporto e Juventude

- **Descrição sumariada das atividades**

1. Prestar serviços públicos de qualidade ao conselho da Ribera Brava, cidadãos e interessados, garantindo:
 - Responder de forma eficaz e eficiente aos seus requisitos e expectativas para garantir que as suas necessidades sejam atendidas.
 - Cumprir as leis e regulamentos que se aplicam às atividades realizadas pelo conselho.
 - Acompanhar e desenvolver o desempenho do Município em diversas atividades.
 - Melhorar continuamente do sistema de gestão estratégica e focar na modernização de processos.
 - Investir no desenvolvimento de práticas de gestão de recursos humanos visando o alinhamento das atividades dos seus colaboradores com a continuidade dos objetivos estratégicos do Município.
 - Incentivar os funcionários a participar ativamente do trabalho em equipa dinâmico que inspira um senso de propósito, criatividade e inovação.
 - Normas simplificadas de segurança e saúde ocupacional.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

• Identificação dos membros do Órgão Executivo

Cargo	Nome	Regime de permanência	Pelouros /sem pelouros	Descrição dos Pelouros	Período de responsabilidade 2023	Partido/ Coligação / Independente
Presidente	Ricardo Ant3nio Nascimento	Em Perman3ncia	Com Pelouros	(1)	2023/01/01-2023/08/08 E 2023/09/25-2023/12/31	Indepepentente-RB1
Presidente	Jorge Manuel Faria dos Santos	Em Perman3ncia	Com Pelouro	(2)	2023-08-09-2023-09-24	Indepepentente-RB1
Vice-Presidente	Jorge Manuel Faria dos Santos	Em Perman3ncia	Com Pelouros	(2)	2023/01/01-2023/08/08 E 2023/09/25-2023/12/31	Indepepentente-RB1
Vereador	Rafael Jo3o Figueira de Sousa	Em Perman3ncia	Com Pelouros	(3)	2023/01/01-2023/12/31	Indepepentente-RB1
Vereador	Jos3 Paulo Santos Andrade	Em Perman3ncia	Com Pelouros	(4)	2023/01/01-2023/12/31	Indepepentente-RB1
Vereadora	Sandra Jos3 Vila Nova	Sem Perman3ncia	Sem Pelouros	-	2023/01/01-2023/12/31	Indepepentente-RB1
Vereadora	Flor Ang3lica Abreu Silva	Sem Perman3ncia	Sem Pelouros	-	2023/01/01-2023/12/31	Indepepentente-RB1
Vereador	S3rgio Miguel Ramos da Silva	Sem Perman3ncia	Sem Pelouros	-	2023/01/01-2023/12/31	PS



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Vereador	Hélder Manuel Gouveia Gomes	Sem Permanência	Sem Pelouros	-	2023-08-09- 2023-09-24	Indepeentente- RB1
----------	--------------------------------------	--------------------	-----------------	---	---------------------------	-----------------------

(1) Gestão Financeira; Contratação Pública; Desenvolvimento económico e Turismo; Internacionalização e comunidades; Ordenamento do território; Reabilitação urbana e eficiência energética; Coordenação política; Coordenação com as Juntas de freguesia; Cooperação externa e comunicação; Aprovisionamento e património municipal.

(2) Ação Social; Saúde; Habilitação Social; Obras Particulares; Cultura e Artesanato; Natalidade e Infância; Comércio, mercados e feiras.

(3) Transportes; Trânsito e prevenção rodoviária; Educação e juventude; Desporto; Associativismo; Cemitérios; Bem-estar animal.

(4) Obras públicas; Manutenção, limpeza e conservação do espaço público; Proteção Civil; Agricultura; Ambiente, praias e espaços verdes; Recursos Humanos.

• Participações detidas

Entidades participadas	Tipo	% de participação	Influência dominante (sim/não)
ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	Empresas Participadas	0,31%	Não
FAM – Fundo de Apoio Municipal	Empresas Participadas	0.06%	Não

• Número de Vereadores

Regime	Número de vereadores
Em regime de permanência	3
A meio tempo	0
Restantes vereadores	3
Total	6



- **Número de eleitores**

Mais de 10.000 e menos de 40.000 (cerca de 13.976 eleitores)

- **Organização contabilística**

No nosso sistema de informática existe um servidor de base de Dados “M-Service”, onde residem os dados operacionais da aplicação Medidata que compõe vários módulos: SNC-AP, Armazém/Aprovisionamento, Obras públicas, Licenciamento, Património, Gestão de Pessoal, e de Atendimento. Além do programa Medidata, também possuímos um programa de gestão da Faturação dos Parques (IGEST), um programa de gestão documental (IDOK), uma plataforma de gestão do ajuste direto simplificado (SIA online), uma plataforma de gestão de procedimentos online (ACIN-Gov), entre outros.

Os softwares cumprem o disposto no Decreto Lei 54ª/99, designadamente quanto à integração consistente da contabilidade orçamental e patrimonial; permitindo o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos; o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da autarquia local. Faculta ainda, através de um sistema de permissões, acessos diferenciados dos diversos utilizadores aos diferentes módulos, consoante os níveis de responsabilidades que lhes forem atribuídos. Este software cumpre também os requisitos necessários à aplicação prática da Lei dos Compromissos, e disponibiliza todas as funcionalidades no que concerne à prestação oficial de contas aos diversos organismos estatais que se exigem, nomeadamente: Tribunal de Contas, AT, DGAL e DGO, e DREM.


A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente rotinas de análise e controlo, em conformidade com o previsto na sua Norma de Controlo Interno.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para efeitos de reporte de Órgãos, são preparados resumos de informação financeira com carácter trimestral, relativos aos indicadores financeiros considerados relevantes.

- Aprovação de documentos importantes**

APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações	25/07/2013, Alteração NCI- 30 de abril 2020	Alteração NCI-26 de junho 2020
Regulamentos	http://www.cm-ribeirabrava.pt/cmrb1/municipio/camara-municipal/portugues-regulamentos/	
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	12/12/2023	16/12/2023
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	12/12/2023	16/12/2023

- Inscrição do Saldo da Gerência Anterior**

INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR (2022)	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental	20/04/2023	27/04/2023
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)	N.A.	N.A.

- **Descentralização**

	Sim/ Não
(Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	sim
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	Não
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	N.A.
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	Não
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	N.A.

- **Trabalhadores**

O número total de funcionários da autarquia a 31 de dezembro de 2023 era de 113.

- **Prazo médio de pagamento**

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
	11	5

$$P.M.P = \frac{\text{Dívidas a fornecedores (sem IVA)}}{\text{COMPRAS DO ANO}} \times 365$$



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Após o apuramento do prazo médio de pagamento a fornecedores, iniciamos o ano de 2023 com uma média de 11 dias. No entanto, no fim do exercício contabilístico, a CMRB chega a uma média de 5 dias, não tendo nenhuma dívida a fornecedores. Isso foi possível apurar graças à razão entre as dívidas a fornecedores deduzidas do IVA e as compras efetuadas no exercício, multiplicadas por 365 dias.

- **Concessão de serviços públicos/obras públicas**

As concessões de serviços públicos ou obras públicas para a autarquia são acordos formais para a realização de trabalhos de construção, manutenção, equipamento e/ou exploração de serviços públicos, tais como saneamento, transportes, infraestruturas sociais e outras obras públicas. Estes contratos com a autarquia oferecem às empresas privadas a possibilidade de realizar projetos de investimento e obras públicas que contribuem para o desenvolvimento económico e social da região, assim como a criação de emprego e o aumento da produtividade.

Para o ano de relato a Câmara Municipal da Ribeira Brava apresentava o seguinte contrato de concessão de serviços públicos:

Designação do concessionário	NIPC do concessionário	Objeto da concessão	Data de celebração do contrato	Período da concessão	Natureza da concessão
ARM- Águas e Residuais da Madeira S.A.	509574513	Concessão do Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento Básico e recolha de Resíduos Sólidos	01/03/2011, formalizado à 22/02/2011. Adenda a 30/12/2014	30 anos	Concessão de serviços Públicos

- **Mecanismos de recuperação financeira e outros programas de regularização de dívidas a fornecedores**

À data a autarquia não tem em vigor qualquer mecanismo de recuperação financeira, nem outros programas de regularização de dívidas a fornecedores

- **Responsáveis pelas demonstrações**

Cargo/órgão	Cargo	Nome
Elaboração	Presidente da Câmara com pelouro Financeiro	Dr. Ricardo António Nascimento
Apresentação e Divulgação	Presidente da Câmara com pelouro Financeiro	Dr. Jorge Manuel Faria dos Santos
Aprovação dos Documentos Financeiros	Órgão Executivo (Câmara)	Membros do Órgão Executivo
Aprovação Dos documentos Orçamentais	Órgão deliberativo (Assembleia)	Membros do Órgão Deliberativo

1.2 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez no exercício de 2020. Esta medida tem por objetivo melhorar a qualidade da informação financeira, promover a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, garantir a confiança nos relatórios financeiros da administração pública e aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos. Ao definir um conjunto de normas e princípios contabilístico, bem como os critérios para a elaboração de relatórios de auditoria, a administração pública terá um quadro de referência para a preparação das demonstrações financeiras, o que contribuirá para responsabilizar as decisões tomadas e para uma utilização adequada dos recursos públicos. Assim sendo, este decreto reforça significativamente a eficiência e a transparência da administração pública.

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos (saldos de caixa e equivalente).



1.3 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Designação	31/dez/23	31/dez/22
Caixa	1 564,75	2 524,18
Depósitos bancários à ordem	1 323 704,46	656 304,82
Depósitos de garantia e cauções	0	0
Total de caixa e depósitos	1 325 269,21	658 829,00

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31/dez/23	31/dez/22
- Execução orçamental	1 252 881,69	658 376,06
- Operações de tesouraria	72 387,52	452,94
Saldo da gerência	1 325 269,21	658 829,00

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Em 2023 as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, 11 setembro, respeitando a NCP 2 que estabelece os critérios de seleção e alteração das políticas contabilísticas, bem como o tratamento contabilístico e divulgação certificando a relevância e confiabilidade das demonstrações financeiras.

Se houver atividades que SNC-AP não considera a contabilização de uma determinada transação ou evento, serão considerados os referenciais contabilísticos na seguinte ordem para auxiliar a aplicação:

- Normas Internacionais de Contabilidade Pública vigentes;



Notas explicativas às demonstrações financeiras

b) O Sistema Normalização Contabilístico;

c) Normas internacionais de contabilidade adotadas pela União Europeia;

d) Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board. Compete à Comissão de Normalização Contabilística explicar e responder SNC-AP que podem ser colcados por entidades públicas.

Em termos de comparabilidade a CMRB utilizou o referencial do SNC-AP desde 2020, não havendo atividades de supressão as NCP.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

➤ **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

À data o Município da Ribeira Brava tem implementado todas as Normas de Contabilidade Pública que lhe são aplicáveis nas demonstrações financeiras.

➤ **Informação Comparativa**

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para as quantias relacionadas nas demonstrações financeiras. A comparabilidade é uma qualidade de informação relação entre as posições financeiras entre períodos homólogos, respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente temporalmente.

➤ **Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto nos casos que



Notas explicativas às demonstrações financeiras

ocorram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

➤ **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

➤ **Compensação**

Devido a importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

➤ **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município da Ribeira Brava, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

➤ **Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

➤ **Moeda de apresentação e notas não relevantes**



Notas explicativas às demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município da Ribeira Brava ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os terrenos atendendo à sua natureza, não são depreciables.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, é considerado esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pelo Município da Ribeira Brava, mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados desde que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

b) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos. Os pagamentos de locações financeiras



Notas explicativas às demonstrações financeiras

são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

c) Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

d) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e/ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, caso gerar fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

e) Investimentos Financeiros



Notas explicativas às demonstrações financeiras

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

f) Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

g) Clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relaciorado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há expectativa objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

h) Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens para venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.

- Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

- Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre no período normal calendarizado.

j) Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando a autarquia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

K) Provisões

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente: Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado; é provável que seja exigido um



Notas explicativas às demonstrações financeiras

exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação; pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município da Ribeira Brava racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se tornar provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

l) Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a



Notas explicativas às demonstrações financeiras

investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados enquanto se deprecia o bem para o quase se destinou o apoio.

m) Rendimentos com contraprestação

As prestações de serviços são reconhecidas quando:

- i) A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- ii) É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade;
- iii) A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade;
- iv) Os custos suportados e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os juros são reconhecidos como rendimento na demonstração de resultados através do método do juro efetivo. Nos dividendos o rendimento é reconhecido quando se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo, tendo em consideração o critério de valorização utilizado na contabilização participação financeira.

As vendas são reconhecidas quando: A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; e a entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos.

n) Rendimentos sem contraprestação

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

O rendimento das transações sem contraprestação, nomeadamente das taxas, multas, transferências e subsídios correntes obtidos, são reconhecidos no momento em que o acontecimento ocorre, seja ele tributável ou de outra natureza, e mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Os ativos adquiridos através de transações sem contraprestação são, por sua vez, mensurados inicialmente, pelo justo valor à data de aquisição. Os passivos associados a qualquer uma responsabilidade relativa a uma entrada de recursos, são mensurados inicialmente através a melhor estimativa da quantia exigida para liquidar a obrigação na data de relato.

d) Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar

e) Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

f) Subsídios e transferências obtidas

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebido e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica outras variações no património líquido, são transferidos numa



Notas explicativas às demonstrações financeiras

base sistemática para resultados, à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações. A NCP 3 exige que uma entidade reconheça um ativo intangível se, e somente se, certos critérios forem atendidos. A Norma também especifica como mensurar o valor contabilístico de ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<i>AI</i>	<i>Projetos de desenvolvimento</i>	<i>Programas de computadores e sistemas de informação</i>
<i>Taxas de amortização</i>	33,33%	33,33%
<i>Métodos de amortização</i>	Linha reta	Linha reta



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Rubrica	Designação	Adições									Total
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança legada, período a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão ou construção	Outras	
	Ativos Intangíveis		4 543,72								4 543,72
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento										
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		4 543,72								4 543,72
AI5	Propriedade industrial e intelectual										
AI6	Outros										
AI7	Ativos intangíveis em curso										

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Atualmente a autarquia tem em vigor a seguinte concessão:

- Concessão de exploração e gestão dos sistemas (distribuição de água e saneamento básico; recolha de resíduos), em regime de serviços público e em exclusividade por um período de 30 anos, à empresa ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

CONCESSIONÁRIAS	OBJECTO DA CONCESSÃO	DURAÇÃO	
		INÍCIO	FIM
1 ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de distribuição de água e saneamento básico em baixa da RAM, e a exploração e gestão do sistema multimunicipal de recolha de resíduos da RAM	01/03/2011	28/02/2041

As variações de ativos de concessão encontram-se desagregadas:

Valor do Contrato	Pagamento ao Concessionário		
	Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
1.521.484,80€	553.651,41€	50.716,16€	866.401,07€



NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis da autarquia são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento mobiliário, mas a sua principal componente é relativa às infraestruturas (rede de estradas, equipamentos urbanos) e outros bens de domínio público.

Tem sido concedido os serviços relativos à exploração e gestão dos sistemas (distribuição de água e saneamento básico; recolha de resíduos – nota 4), as respetivas infraestruturas são reconhecidas segundo o mencionado na presente norma.

Os terrenos onde se encontram implementados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rúbricas.

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

O gasto de depreciações dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações. No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas em ativos fixos tangíveis:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada Inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	80 349 952,34	1 726 914,91					-4 682 548,06		77 394 319,19
Terrenos e recursos naturais	44 284 413,75								44 284 413,75
Edifícios e outras construções	9 109 978,59	104 809,97				-742 725,66			9 362 062,90
Infraestruturas	26 948 877,90	72 404,94				-3 938 822,40			23 721 460,44
Património histórico, artístico e cultural	6 682,10								6 682,10
Outros									
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis	10 867 716,82	7 446 923,03	-1 434 753,24			-458 372,67		-147 397,34	16 273 116,40
Terrenos e recursos naturais	6 526 059,19	197 400,00							6 723 459,19
Edifícios e outras construções	2 818 711,15	338 612,38				-184 424,01		-107 331,93	2 866 567,59
Equipamento básico	67 886,80	56 023,33				-26 591,12		-955,70	96 363,31
Equipamento de transporte	224 663,00	53 554,32				-12 187,44			156 537,88
Equipamento administrativo	128 803,81	9 044,40				-46 957,33		-259,32	90 631,56
Equipamentos biológicos									0,00
Outros	273 863,18	24 250,32				-76 720,77		-27 174,99	192 217,74
Ativos fixos tangíveis em curso	827 728,49	6 766 038,28	-1 434 753,24					-11675,40	6 147 338,13
Total	91 217 667,96	9 172 837,94	-1 434 753,24			-6 140 920,73		-147 397,34	83 667 434,59

Podemos ainda observar a variação de amortizações e perdas por imparidade dos Ativos Fixos Tangíveis no quadro seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis	Início do período			Final do período				
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidades Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidades Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	202 390 718,64	122 040 766,30	0,00	80 349 952,34	204 117 633,55	126 723 314,36	0,00	77 394 319,19
Terrenos e recursos naturais	44 284 413,75			44 284 413,75	44 284 413,75			44 284 413,75
Edifícios e outras construções	15 500 399,36	6 390 420,77		9 109 978,59	16 515 209,33	7 133 146,43		9 362 062,90
Infraestruturas	142 552 805,16	115 603 927,26		26 948 877,90	143 264 910,10	119 543 749,66		23 721 460,44
Património histórico, artístico e cultural	53 100,37	46 418,27		6 682,10	53 100,37	46 418,27		6 682,10
Outros								
Bens de domínio público em curso								0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	18 098 971,10	7 231 255,48	0,00	10 867 716,82	23 889 905,44	7 616 790,04	0,00	16 273 116,40
Terrenos e recursos naturais	6 526 059,19			6 526 059,19	6 723 459,19			6 723 459,19
Edifícios e outras construções	6 918 624,52	4 099 913,37		2 818 711,15	7 092 136,90	4 225 569,31		2 866 567,59
Equipamento básico	708 245,23	640 358,43		67 886,80	763 073,93	666 710,62		96 363,31
Equipamento de transporte	1 668 191,86	1 443 528,86		224 663,00	1 721 746,18	1 565 208,30		156 537,88
Equipamento administrativo	687 485,11	558 681,30		128 803,81	691 497,41	600 865,85		90 631,56
Equipamentos biológicos								
Outros	762 636,70	488 773,52		273 863,18	750 653,70	558 435,96		192 217,74
Ativos fixos tangíveis em curso	827 728,49			827 728,49	6 147 338,13			6 147 338,13
Total	220 489 689,74	129 272 021,78	0,00	91 217 667,96	228 007 538,99	134 340 104,40	0,00	83 667 434,59

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Ativos Fixos Tangíveis	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Expropriação	Doação, herança legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural		193 580,30							1 533 334,81	1 726 914,81
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções		142 065,41							872 744,56	1 014 809,97
Infraestrutura		51 514,89							660 580,05	712 104,94
Patrimônio histórico, artístico e cultural										
Outros										
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestrutura										
Patrimônio histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis		7 426 223,03		19 700,00						7 445 923,03
Terrenos e recursos naturais		177 700,00		19 700,00						197 400,00
Edifícios e outras construções		339 612,38								339 612,38
Equipamento básico		56 023,33								56 023,33
Equipamento de transporte		53 554,32								53 554,32
Equipamento administrativo		9 044,40								9 044,40
Equipamentos biológicos										0,00
Outros		24 250,32								24 250,32
Ativos fixos tangíveis em curso		6 766 038,26								6 766 038,26
Total		7 619 803,33		19 700,00					1 533 334,81	9 172 637,94

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis					147 397,34	147 397,34
Terrenos e recursos naturais					0,00	0,00
Edifícios e outras construções					107 331,93	107 331,93
Equipamento básico					955,70	955,70
Equipamento de transporte					0,00	0,00
Equipamento administrativo					259,32	259,32
Equipamentos biológicos					0,00	0,00
Outros					27 174,99	27 174,99
Ativos fixos tangíveis em curso					11 675,40	11 675,40
Total					147 397,34	147 397,34



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 6. LOCAÇÕES

A NCP 6 é aplicável a contratos que transferem o direito de uso de ativos. Entidades do setor público podem celebrar contratos complexos para a prestação de serviços, que podem incluir arrendamentos de ativos. Esses contratos podem consistir apenas em um acordo para alugar um ativo ou pode ser um elemento de um conjunto mais amplo de acordos para construção, manutenção, operação e/ou transferência de ativos. Entidades públicas geralmente celebram tais acordos, particularmente em relação a ativos físicos e infraestrutura de longa duração. Esta Norma não se aplica a acordos que não envolvem a transferência do direito de uso de ativos de um contratante para outro. No seguinte quadro, pode-se observar os contratos de locação do Município da Ribeira Brava.

Bens Locados	Valor do Contrato	Futuros Pagamentos mínimos do Locatário		
		Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Total
Equipamento informático (aluguer operacional de 11 equipamentos multifuncionais)	32.940,00	7.800,00	25.140,00	32.940,00
Equipamento de transporte (Locação de duas viaturas em regime operacional)	20.130,00	14.852,82	5.277,18	20.130,00
Total	53.070,00	22.652,82	30.417,18	53.070,00

NOTA 7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

- Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Identificação do Projeto		Corrente				Não corrente - Capital a vencer após N+1	Total do valor do empréstimo
Nº do contrato	Nome da instituição	Capital Contratado	Capital Utilizado	Capital Vencido	Capital a vencer em N+1		
36185228300002	Banco BPI	1.209.250,00	1.114.679,16	0,00	85.744,52	943.189,72	1.114.679,16
40332175433	Caixa Central do Crédito Agrícola	1.500.000,00	1.500.000,00	176.966,37	101.123,64	1.120.786,35	1.500.000,00
	Banco BPI	3.405.569,51	2.977.863,43	0,00	0,00	0,00	2.977.863,43



Notas explicativas às demonstrações financeiras

- Juros do período

Identificação do empréstimo		Juros e encargos do ano		Tipo/Finalidade
Nº do contrato	Nome da instituição	Capitalizado no ativo	Valor não capitalizado	
		Valor		
3618522E300002	Banco BPI	0,00	41.630,05	Obras públicas
40332175433	Caixa Central do Crédito Agrícola	0,00	46.559,39	Aquisição do edifício para as instalações dos serviços
	Banco BPI	0,00	35.215,71	Gago Coutinho

- Exigibilidade dos Empréstimos

Identificação do Projeto		Capital em dívida			
Nº do contrato	Nome da instituição	Vencido até 31/12/2023	A vencer até 31/12/2027	A vencer até 31/12/2037	Total
3618E228300002	Banco BPI	85 744,92	342 978,08	685 956,16	1 028 934,24
40332175433	Caixa Central do Crédito Agrícola	278 090,01	404 494,56	817 415,43	1 221 909,99
	Banco BPI	0	567 595,08	2 410 268,35	2 977 863,43

NOTA 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A Câmara Municipal da Ribeira Brava, não detém quais queres propriedades de investimento. Assim sendo esta nota não tem qualquer aplicação prática.

NOTA 9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

A NCP 9 tem o propósito sobre os procedimentos que uma entidade deve aplicar para determinar se um ativo está com imparidade e para assegurar que perdas por imparidade sejam reconhecidas.

As imparidades apuradas, resultam essencialmente de montantes líquidos a terceiros, onde se espera que existam riscos significativos de cobrabilidade.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Clientes	62 953,28	52 415,45	10 537,83
Inventários	41 749,77	23 489,57	18 260,20
Total	104 703,05	75 905,02	28 798,03

NOTA 10. INVENTÁRIOS

A decomposição da rubrica de inventário é a seguinte:

Rubricas	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41 749,77	23 489,57	18 260,20
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	41 749,77	23 489,57	18 260,20

No corrente exercício os movimentos do período foram os seguintes:

Rubricas	Movimentos do período								
	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumo/gastos	Variações nos Inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escritura final
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	42 949,51	20 173,59	19 992,81		23 489,57	164,79	5 121,22	3 575,91	18 260,20
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	42 949,51	20 173,59	19 992,81	0,00	23 489,57	164,79	5 121,22	3 575,91	18 260,20

NOTA 11. AGRICULTURA

A Câmara Municipal de Câmara da Ribeira Brava, não detém quais queres ativos biológicos para venda no seu ativo. Assim sendo esta nota não tem qualquer aplicação prática.

NOTA 12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

A Câmara Municipal de Câmara da Ribeira Brava, não detém quais queres contratos desta génese. Assim sendo esta nota não tem qualquer aplicação prática.

NOTA 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÃO COM CONTRAPRESTAÇÃO

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos com contraprestação e o seu impacto em resultados e património líquido, bem como os saldos respetivos.

Tipo de transação com contraprestação	31/12/2023		31/12/2022	
	Rendimento do período reconhecido em Resultado		Rendimento do período reconhecido em Resultado	
Prestação de serviços	496 792,95		494 601,14	
Cemitérios	26 851,78		19 957,83	
Parques de Estacionamento	331 302,34		307 348,10	
Rendas	87 922,67		116 579,05	
Concessões	50 716,16		50 716,16	
Outros rendimentos	31 462,61		372 586,48	
Outros rendimentos suplementares	560,00			
Ganhos em inventários	3 576,07		513,69	
Rendimentos em investimentos não finance	12 683,51			
Outros	11 386,71		365 422,47	
Juros, dividendos e outros rendimentos	3 256,32		6 650,32	
Total	528 255,56		867 187,62	

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2023		31/12/2022	
	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período	
	Resultados	Património Líquido	Resultados	Património
Imposto: diretos	1 201 115,10		1 136 870,49	
Imposto: indiretos	1 403 617,54		1 665 111,34	
Taxas	341 464,75		201 976,46	
Multas e outras penalidades	45 775,45		14 075,75	
Transferências sem condição	6 034 164,88	837 955,00	5 964 765,14	627 404,02
Transferências com condição	0,00		0,00	
Subsídios com condição	2 676 750,96	2 709 783,40	2 736 406,95	2 739 051,16
Outros				
TOTAL	11 702 888,68	3 547 738,40	11 719 206,13	3 366 455,18



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos parágrafos seguintes apresentam-se a lista dos processos judiciais envolvidos com a Câmara Municipal da Ribeira Brava e a opinião do advogado responsável pelo processo judicial em 2023.

- Dr. José Mendez (Advogado)

Processo Administrativo e Fiscal nº 29/18.2BEFUN, aguardar desfecho final do TAF do Funchal neste processo o Tribunal deu razão ao Município, no entanto, os AA recorreram da decisão do Tribunal tendo respondido o Município em sede de alegações ao referido recurso pelo que o mesmo aguarda decisão. O parecer parece-nos mais favorável ao Município.

Processo 2887/20.1T8FNC dia 17/11/2023 deu entrada recurso no Tribunal da Relação de Lisboa.

- Abecassis, Moura Marques & Associados

438/23.5BEFUN - Posição do Município: Réu

Autor: Tecnovia – Madeira, S.A.

Valor 1.093.771,92 euros

Natureza: Reavaliação, reclassificação e reordenação das propostas adjudicando o contrato à proposta da Autora, suspensão da decisão de adjudicação;

Estado do processo: Aguardam-se os ulteriores termos do processo.

- Sérvulo Associados – Sociedade de Advogados, RL

SÉRVULO ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

Nº Processo	Para Município (representa - Receita ou Despesa)	Natureza do Reclamação/Recurso	Montante da Petição	Situação dos Processos Judiciais			
				Montante da Petição no âmbito do Jurisdição	Quantia a que o montante deverá ser assumido pelo Município (n.º de anos)	Estado do Processo	Opinião do Jurista no Processo
211/19.0BEFUN	Despesa	Ação administrativa	€ 78.124,18 euros, acrescida dos juros vencidos e vincendos	€ 78.124,18 euros, acrescida dos juros vencidos e vincendos	Prejudicado pela resposta anterior	Em curso	Não é possível antecipar o sentido da decisão
353/18.4BEFUN	Despesa	Ação administrativa	Não tem valor pecuniário	Não tem valor pecuniário	Prejudicado pela resposta anterior	Em curso	Não é possível antecipar o sentido da decisão
337/19.5BEFUN	N/A	N/A	Não tem valor pecuniário	Não tem valor pecuniário	Prejudicado pela resposta anterior	Suspensão por falta de constituição de mandatário do Autor	Não é possível antecipar o sentido da decisão



Notas explicativas às demonstrações financeiras

No exercício de 2023 foi constituída uma provisão para o processo 231/19.0BEFUN.

Descrição	Valor
Processos judiciais em curso	78 124,18
Total	78 124,18

NOTA 16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Neste exercício a Câmara Municipal da Ribeira Brava, não teve qualquer movimento/procedimento desta natureza. Assim sendo esta nota não tem qualquer aplicação prática.

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- Clientes e Outras Contas Receber

Clientes	31/12/2023	31/12/2022
Clientes, contribuintes e utentes	62 953,28	89 219,22
Imparidade	-52 415,45	0,00
Total	10 537,83	89 219,22



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Outras contas a Receber	31/12/2023	31/12/2022
Acréscimos	1 140 280,41	1 168 586,34
Total	1 140 280,41	1 168 586,34

• Ativo Financeiro

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31/dez/23			31/dez/22		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	Clientes, contribuintes e utentes	62 953,28	-52 415,45	10 537,83	89 219,22		89 219,22
		Pessoal						
		Estado e outras Entidades Públicas						
		Dev. por acréscimo	1 140 280,41		1 140 280,41	1 168 586,34		1 168 586,34
		Outros ativos						
		- Pessoal						
		- Estado e out.ent.públicas						
		- Dev. por acréscimos						
		- Adiantamentos a fornecedores						
		- Devedores diversos						
		- Outros ativos financeiros						
		- Gastos a reconhecer	3 618,18		3 618,18	13 254,25		13 254,25
		Participações financeiras	327 916,50		327 916,50	327 916,50		327 916,50
		Subtotais	1 534 768,37		1 534 768,37	1 509 757,09		1 509 757,09
		Totais	1 534 768,37		1 534 768,37	1 509 757,09		1 509 757,09

• Passivos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros		31/12/2023			31/12/2022		
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Credores p/transf.sub.emp.boni f.						
	- Cred. por transf. e sub. não reemb.						
	- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis						
	Fornecedores						
	Outros passivos						
	- Pessoal						
	- Estado e out.ent.públicos	45 964,39		45 964,39	48 640,37		48 640,37
	- Fornecedores de investimentos	50 738,73		50 738,73			
	- Cred. por acréscimos	774 827,49		774 827,49	596 474,81		596 474,81
	- Credores diversos	106 864,44		106 864,44	106 641,97		106 641,97
	- Cauções	71 744,24		71 744,24			
	- Rendimentos a reconhecer	3 023 044,06		3 023 044,06	917 117,23		917 117,23
	Financiamentos obtidos	5 228 707,66		5 228 707,66	2 437 712,79		2 437 712,79
	Subtotais	9 301 891,01	0,00	9 301 891,01	4 106 587,17	0,00	4 106 587,17
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...						
	Subtotais						
Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...						
	Subtotais						
Totais	9 301 891,01	0,00	9 301 891,01	4 106 587,17	0,00	4 106 587,17	

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

	31/12/2023	31/12/2022
Outras contas a pagar		
Passivo não corrente	159 983,60	88 215,95
- Outros	159 983,60	88 215,95
Passivo corrente	793 452,57	614 900,83
- Credores por acréscimos de gastos		
- Remunerações a Liquidar	368 291,80	322 868,87
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros		
- Outros acréscimos de gastos	406 535,69	273 605,94
- Credores por subscrições não liberadas		
- Outros credores	18 625,08	18 426,02
Totais	953 436,17	703 116,78

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

Financiamentos	31.12.2023			31.12.2022		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos bonificados						0,00
- CGD/IHRU						0,00
- BEI						0,00
Empréstimos financiamento	186 868,16	5 041 839,50	5 228 707,66	186 869,76	2 250 843,03	2 437 712,79
- Santander						0,00
- BPI	85 744,52	3 921 053,15	4 006 797,67	85 746,12	1 028 933,04	1 114 679,16
- CCAM	101 123,64	1 120 786,35	1 221 909,99	101 123,64	1 221 909,99	1 323 033,63
Locações Financeiras						
TOTAL	186 868,16	5 041 839,50	5 228 707,66	186 869,76	2 250 843,03	2 437 712,79

NOTA 19. BENEFÍCIOS DOS TRABALHADORES

A entidade atribui benefícios em empregados de acordo com a legislação em vigor aplicável às autarquias locais e que são de curto prazo.

Incluem-se nos benefícios de curto prazo: Salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, e outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o pessoal	2023	2022
Remunerações Órgãos Autárquicos	183 211,32	213 534,14
Remunerações do pessoal	1 938 504,76	1 586 262,11
Encargos s/ Remunerações	488 110,07	386 906,11
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	43 577,28	25 412,83
Outros gastos com o pessoal	102 930,24	83 297,92
Outros encargos sociais	6 837,64	7 691,82
Totals	2 763 171,31	2 303 104,93

NOTA 20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Sem aplicação

NOTA 21. RELATO POR SEGMENTOS

Sem aplicação

NOTA 22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

As participações financeiras referem-se aos valores investidos por uma entidade em outras empresas ou organizações com o objetivo de obter retorno financeiro ou de exercer influência na gestão dessas empresas.

No caso do Município da Ribeira Brava, a participação financeira em duas entidades é apresentada: a ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A. e o FAM - Fundo de Apoio Municipal.

A ARM é uma empresa participada em que o município detém uma participação de 0,30%. A empresa é responsável pela gestão do abastecimento de água e tratamento de resíduos na ilha da Madeira, tendo como acionistas outras entidades públicas. No entanto, apesar da participação financeira, o município não exerce influência dominante na gestão da ARM.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Já o FAM é um fundo de apoio criado pelo governo português para prestar auxílio financeiro aos municípios em dificuldades financeiras. O município de Ribeira Brava detém uma participação de 0,06% no fundo, mas não realizou nenhum capital em meios monetários ou em espécie. Como tal, também não exerce influência dominante sobre o FAM.

Entidades Participadas	Tipo	Percentagem da Participação	Influência dominante (Sim/Não)
ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	Empresa Participada	0,31%	Não
FAM-Fundo de Apoio Municipal	Empresa Participada	0,06%	Não

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no Final do Exercício (31/12/2023)			Forma de Realização do Capital	
Denominação	N.I.P.C				Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (Montante)	Em Espécie (Montante)
ARM-Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	509574513	Sociedade Anónima Capitais exclusivamente públicos	36002	19 705 500,00 €	60 000,00 €	0,31%	60 000,00 €	60 000,00 €	0,00 €
FAM-Fundo de Apoio Municipal	513319182		84114	417 857 175,00 €	267 916,50 €	0,06%	0,00 €	0,00 €	0,00 €



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 30. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA COMPREENSÃO FINANCEIRA E DO DESEMPENHO FINANCEIRO

Rubricas	31/12/2022	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2023
51 - Patrimônio	90 475 866,55					90 475 866,55
55 - Reservas	204 259,24	59 552,84				263 812,08
- Reservas legais	204 259,24	59 552,84				263 812,08
- Constituição Loteamentos						0
- Cedências a título gratuito						0
- Transferências de outras entidades						0
56 - Resultados transitados	-23 209 885,28	1 131 503,93				-22 078 381,35
- Resultados transitados	-23 209 885,28	1 131 503,93				-22 078 381,35
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP						0
57 - Ajustes em ativos financeiros						0
- Relacionados com o MEP						0
59 - Outras variações no patrimônio líquido	20 771 189,07		104 628,67		-1 871 828,40	19 003 989,34
- Transferências e subsídios de capital						0
- Ativos depreciables						0
- Ativos não depreciables						0
- Outras transferências, sub.capital						0
- FEF Capital						0
- Doações obtidas						0
88 - Resultados líquido do exercício	1 191 056,77	1 191 056,77	0	-542 438,06		-542 438,06
TOTAL	89 432 486,35	2 382 113,54	104 628,67	-542 438,06	-1 871 828,40	87 122 848,56

• Subsídios

CONTA	31/12/2022	AUMENTOS / PEDIDOS DE PAGAMENTOS	REPOSIÇÕES	IMPUTAÇÃO EM RESULTADOS	31/12/2023
59.3.1 Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables/amortizáveis	18 735 565,05		104 628,67	2 709 783,40	16 130 410,32
59.3.9 Outras transferências e subsídios de capital	2 035 624,02	837 955,00			2 873 579,02
TOTAL	20 771 189,07	837 955,00	104 628,67	2 709 783,40	19 003 989,34

CONTA	31/12/2022	AUMENTOS / PEDIDOS DE PAGAMENTOS	REPOSIÇÕES	IMPUTAÇÃO EM RESULTADOS	31/12/2023
593 Transf.sub.p/aquis.ativos deprec	20 771 189,07	837 955,00	104 628,67	2 709 783,40	19 003 989,34
TOTAL	20 771 189,07	837 955,00	104 628,67	2 709 783,40	19 003 989,34



Notas explicativas às demonstrações financeiras

• Rendimentos e Gastos

RENDIMENTOS E GANHOS	2023	2022
70 Impostos, contribuições e taxas	2 991 972,84	3 018 034,04
71 Vendas		
72 Prestações de serviços e concessões	496 792,95	494 601,14
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	6 034 164,88	5 964 765,14
76 Reversões		100 083,74
78 Outros rendimentos	2 704 957,25	3 102 343,11
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares	3 256,32	6 650,32
Totais	12 231 144,24	12 686 477,49

• Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS	2023	2022
60 Transferências e subsídios concedidos	1 371 354,27	1 312 885,51
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	19 992,81	36 626,68
62 Fornecimentos e serviços externos	2 899 528,85	2 417 130,66
63 Gastos com o pessoal	2 763 171,31	2 303 104,93
64 Gastos de depreciação e de amortização	5 161 161,94	5 288 330,04
65 Perdas por imparidade	91 561,02	
67 Provisões	78124,18	
68 Outros gastos	264650,46	112 722,71
69 Gastos por juros e outros encargos	124 037,46	24 620,19
Totais	12 773 582,30	11 495 420,72

• Transferências e Subsídios

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2023	2022
Transferências correntes concedidas		
- Fundos Autônomos	359 007,43	41 728,00
- Freguesias	125 350,07	100 559,94
- Associações de Municípios		
- Instituições sem fins lucrativos	331 939,41	561 425,65
- Famílias	453 150,92	528 091,79
- Privadas		
- Outros	16 546,50	
Subtotal	1 285 994,33	1 231 805,38
Transferências capital concedidas		
- Freguesias	85 359,94	81 080,13
Subtotal	85 359,94	81 080,13
Totais	1 371 354,27	1 312 885,51



Notas explicativas às demonstrações financeiras

- Fornecimentos e Serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2023 e 2022, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Subcontratos e parcerias	36 964,78	56 298,91
Serviços especializados	991 833,68	698 381,41
Trabalhos especializados	795 661,33	510 249,95
Publicidade comunicação e imagem	60 547,06	50 263,84
Vigilância e segurança	1 272,36	1 197,00
Honorários	14 100,66	24 587,31
Comissões de cobrança de impostos e taxas	46 626,93	92 060,01
Comissões de outras cobranças	0,00	7,00
Comissões de serviços financeiros		3 368,41
Comissões outras		
Conservação e reparação	73 625,34	20 023,30
Outros serviços especializados		195,20
Materiais de consumo	126 826,38	113 257,98
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4 964,38	3 746,93
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	4 915,36	14 525,63
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	20 558,65	19 523,02
Material de educação cultura e recreio	4 333,84	34 874,15
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos p	34 075,31	18 948,00
Outros fornecimentos e serviços	57 978,84	21 640,25
Energia e fluidos	950 352,30	830 404,29
Eletricidade	890 262,59	750 884,57
Combustíveis e lubrificantes	49 875,31	79 416,16
Outros	10 214,40	103,56
Deslocações, estadas e transportes	149 347,55	81 967,20
Deslocações e estadas	16 923,31	12 101,55
Transportes de pessoal	28 156,55	5 250,00
Outros	104 267,69	64 615,65
Serviços diversos	644 204,16	636 820,87
Rendas e alugueres	213 322,44	249 479,59
Comunicação	51 798,91	60 864,22
Seguros	22 170,19	26 546,75
Contencioso e notariado		
Despesas de representação dos serviços	1 961,18	570,00
Limpeza, higiene e conforto		
Outros serviços	354 951,44	299 360,31
Fornecimentos e serviços diversos		
Total	2 899 528,85	2 417 130,66

- Gastos com Pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução:

Gastos com o pessoal	2023	2022
Remunerações Órgãos Autárquicos	183 211,32	213 534,14
Remunerações do pessoal	1 938 504,76	1 586 262,11
Encargos s/ Remunerações	488 110,07	386 906,11
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	43 577,28	25 412,83
Outros gastos com o pessoal	102 930,24	83 297,92
Outros encargos sociais	6 837,64	7 691,82
Totais	2 763 171,31	2 303 104,93



Notas explicativas às demonstrações financeiras

- Estado e Outras Entes Públicos

Estado e Outras entes públicos	31/12/2023	31/12/2022
Retenções na fonte	8 492,00	10 185,00
IVA	18 019,62	20 706,74
Segurança Social e CGA	19 452,77	17 748,63
Total	45 964,39	48 640,37

- Diferimentos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2023 e 31/12/2022, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2023	31/12/2022
Gastos a reconhecer		
- Seguros	3 618,18	2 148,51
- Rendas e alugueres		1 735,97
- Trabalhos especializados		8 860,32
- Material de educação, cultura e recreio		500,57
- Outros serviços		8,88
Totais	3 618,18	13 254,25

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2023 e 31/12/2022, são os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos a reconhecer		
- Acordos de Concessão de Serviços	866 401,07	917 177,23
- Transferências e subsídios de capital obtidos	2 155 344,52	
Totais	3 021 745,59	917 177,23



Notas explicativas às demonstrações financeiras

<p>22/04/2024</p> <p>Aprovado por unanimidade Subscrito à Assembleia Municipal</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Órgão Executivo</p>	<p>29/04/2024</p> <p>Aprovado por unanimidade A Presidente da Assembleia</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Órgão Deliberativo</p>
---	--



Relatório de Gestão

Gabinete Financeiro

2023



ÍNDICE

Índice de tabelas	4
Introdução	6
1. Recursos Humanos	8
1.1 Despesas com Pessoal	9
1.2 Formação	10
2 Principais Atividades	13
2.1 Investimento	13
2.1.1 Obras/Requalificação de acessibilidades	14
2.2 Ambiente	18
2.2.1 Melhoramento, limpeza e prevenção	18
2.2.2 Proteção Civil	19
2.2.3 Sustentabilidade	20
2.2.4 Causa Animal	20
2.2.5 Outras atividades	21
2.3 Cultura e Desporto	23
2.3.1 Eventos culturais	23
2.3.2 Eventos desportivos	35
2.4 Associativismo e Sociedade	38
2.4.1 Apoio financeiro aos Bombeiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol	38
2.4.2 Apoio às Juntas de freguesia	38
2.4.3 Apoios ao Associativismo e IPSS's	39
2.4.4 Mediação de conflitos e mediação familiar	39
2.4.5 Taxas de IMI	40
	1



Relatório de Gestão Financeira

2.5	Saúde e Cidadania	41
2.6	Educação	47
3	Análise Económica e Financeira	53
3.1	Execução e Estrutura Orçamental da Despesa	53
3.1.1	Execução da Despesa	53
3.1.2	Composição da Despesa	57
3.1.3	Evolução da Despesa	58
3.1.4	Orçamentado vs. Executado	63
3.1.5	Indicadores de Gestão	66
3.2	Execução e Estrutura Orçamental da Receita	68
3.2.1	Execução da Receita	68
3.2.2	Composição da Receita	72
3.2.3	Evolução da Receita	74
3.2.5	Indicadores de Gestão	77
3.2.6	Equilíbrio orçamental	78
3.3	Análise patrimonial	80
3.3.1	Balanço	80
3.3.2	Análise de endividamento	85
3.3.3	Limites ao endividamento de médio e longo prazo	85
3.3.4	Indicadores de Gestão	86
3.3.5	Demonstração de resultados	88
3.3.6	Outros aspetos relevantes	90
3.4	Contabilidade de Gestão	91
3.4.1	Custos por Funções	92
3.4.1.1	Análise de custos por órgão executivo	93



Relatório de Gestão Financeira

3.4.1.2	Análise de Custos por Funções	95
3.4.1.3	Análise de Custos por Bens	95
3	Resultado Líquido do exercício	96
4	Aplicação dos Resultados	97



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Funcionários (Fonte: Recursos Humanos, Balanço social (SIIAL))	8
Tabela 2 – Despesas com Pessoal	9
Tabela 3 – Formação 2023 (Fonte: Gabinete dos Recursos Humanos).....	13
Tabela 4 - Execução da Despesa do Exercício 2023 (valor em euros)	54
Tabela 5 - Transferências concedidas 2022-2023.....	59
Tabela 6 – Detalhe das despesas totais executado vs. orçamentado	63
Tabela 7 - Indicadores estrutura Despesa (Fonte: Gabinete Financeiro 2023).....	67
Tabela 8 – Execução da Receita do exercício	69
Tabela 9 - Receitas próprias (excluindo recebimentos da CPCJ)	75
Tabela 10 - Indicadores Grau de cobertura – Receitas e Despesas.....	77
Tabela 11 – Indicadores Estrutura de Receita	78
Tabela 12 - Equilíbrio Orçamental	79
Tabela 13 - Balanço (componentes do ativo)	80
Tabela 14 - Balanço (componentes do passivo)	83
Tabela 15 - Endividamento	86
Tabela 16 – Rácios Financeiros	87
Tabela 17 - Evolução dos rendimentos 2023.....	88
Tabela 18 – Evolução dos gastos	89



Relatório de Gestão Financeira



Relatório de Gestão Financeira

INTRODUÇÃO

Ao longo deste Relatório de Gestão será explanado os acontecimentos com maior relevância no decorrer do ano 2023.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, colmatando as fragilidades do modelo anterior – POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º-A/99, de 22 de fevereiro. Neste seguimento, o novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foi aplicado no ano de 2022 (pelo 3.º ano), e surge no âmbito da publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015.

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O presente relatório preconiza ainda a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro e está apresentado conforme estabelece a Resolução n.º 2/2021 (Lei n.º 12/2022, de 27 de junho) (<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/12-2022-185224662>)

No âmbito geral, este irá evidenciar as atividades e iniciativas promovidas, no âmbito do Desporto, da Cultura, do Ambiente, da Ação Social, da Saúde, da Educação, e do investimento, realizadas pela Câmara Municipal da Ribeira Brava, ao longo do ano de 2023.

Todas as atividades realizadas e dinamizadas por este Município, trouxeram, sem dúvida, uma maior dinâmica e desenvolvimento, a vários níveis, principalmente o do fomento Económico Local. Todas estas iniciativas tiveram como propósito, o bem-estar global dos munícipes.

Em termos Financeiros, e numa abordagem mais contabilística, serve o presente Relatório de Gestão como um instrumento fundamental de diagnóstico e de avaliação do desempenho económico e financeiro do Município. Disponibiliza assim, elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia, evidenciando os aspetos mais importantes, com particular ênfase, para a



Relatório de Gestão Financeira

análise da execução orçamental das receitas e despesas, do endividamento da autarquia, da análise do balanço e demonstração de resultados, identificando os resultados operados no presente exercício económico.

1. RECURSOS HUMANOS

Segundo o quadro da caracterização dos postos de trabalho, disponibilizado pelos Recursos Humanos, o Município da Ribeira Brava possui 113 postos de trabalho ocupados, em funções municipais, conforme análise verificada na **tabela n.º 1**, abaixo referido, concluindo que, a variável de funcionários ativos, diminuiu. Esta diminuição deve-se à contratação de 2 novos postos de trabalho na categoria de técnico superior; à saída de 4 funcionários por aposentação e 1 por falecimento, totalizando menos 3 postos de trabalho/funcionários ativos do que no ano anterior.

Ano	2021	2022	2023
N.º de Funcionários	114	116	113

TABELA 1 – NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS (FONTE: RECURSOS HUMANOS, BALANÇO SOCIAL (SIIAL))

Observamos na **figura n.º 1**, a evolução do n.º de funcionários entre o ano de 2021 e 2023.

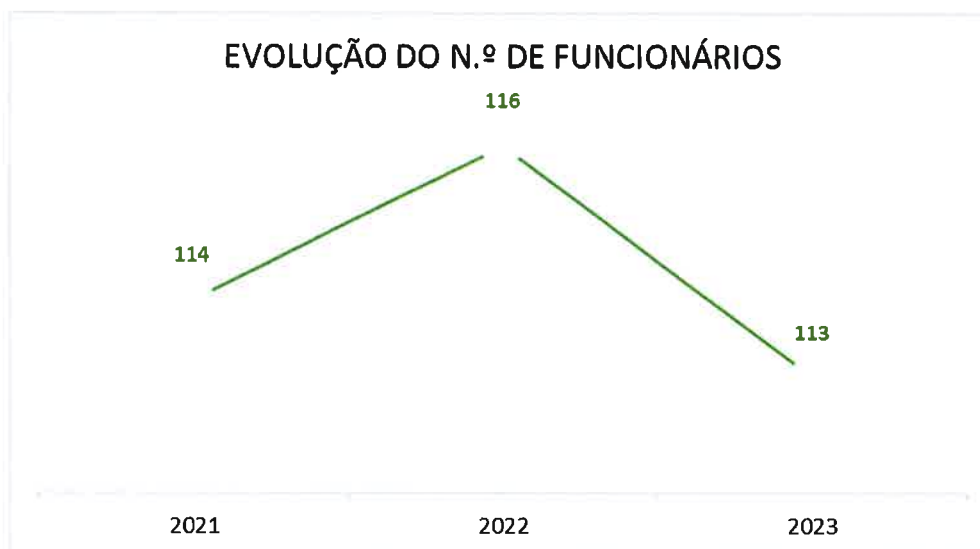


FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DESDE 2021 ATÉ 2023

1.1 DESPESAS COM PESSOAL

Conforme análise verificada **tabela n.º 2**, as despesas com o pessoal, correspondem à rubrica orçamental 01, e no ano de 2023 ascenderam ao montante de 2.705.041,83 representando um aumento, relativamente ao ano anterior, de 308.252,88€, o que corresponde a uma variação global anual positiva de aproximadamente 12,86%.

A despesa afeta às remunerações dos trabalhadores, com contrato individual de trabalho por tempo indeterminado (remunerações certas e permanentes), teve um aumento de aproximadamente 12,44%, relativamente ao ano anterior, correspondendo a um aumento de 227.813,07€.

A despesa com a segurança social seguiu a mesma tendência, sendo que no ano de 2023 atingiu o montante de 595.779,76€, correspondendo a um aumento de 15,56%, em relação a 2022. Esta rubrica inclui as despesas com encargos com saúde, as prestações relativas ao subsídio familiar a crianças e jovens, outras prestações familiares e as despesas com as contribuições da autarquia como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social do Regime Geral, bem como de outras pensões e seguros.

01 - Despesas com o pessoal	2021	2022	2023	Variação 2022/23 (valor)	Variação 2022/23 (%)
0101 Remunerações certas e permanentes	1 668 947,08	1 831 715,69	2 059 528,76	227 813,07	12,44%
0102 Abonos variáveis ou eventuais	61 853,43	49 498,24	49 733,31	235,07	0,47%
0103 Segurança social	465 045,65	515 575,02	595 779,76	80 204,74	15,56%
Total das Despesas com o pessoal	2 195 846,16	2 396 788,95	2 705 041,83	308 252,88	12,86%

TABELA 2 – DESPESAS COM PESSOAL

Observando a **figura n.º 2**, verificou-se no último ano um aumento a generalizado das componentes da despesa com pessoal, relativamente aos dois anos transatos.

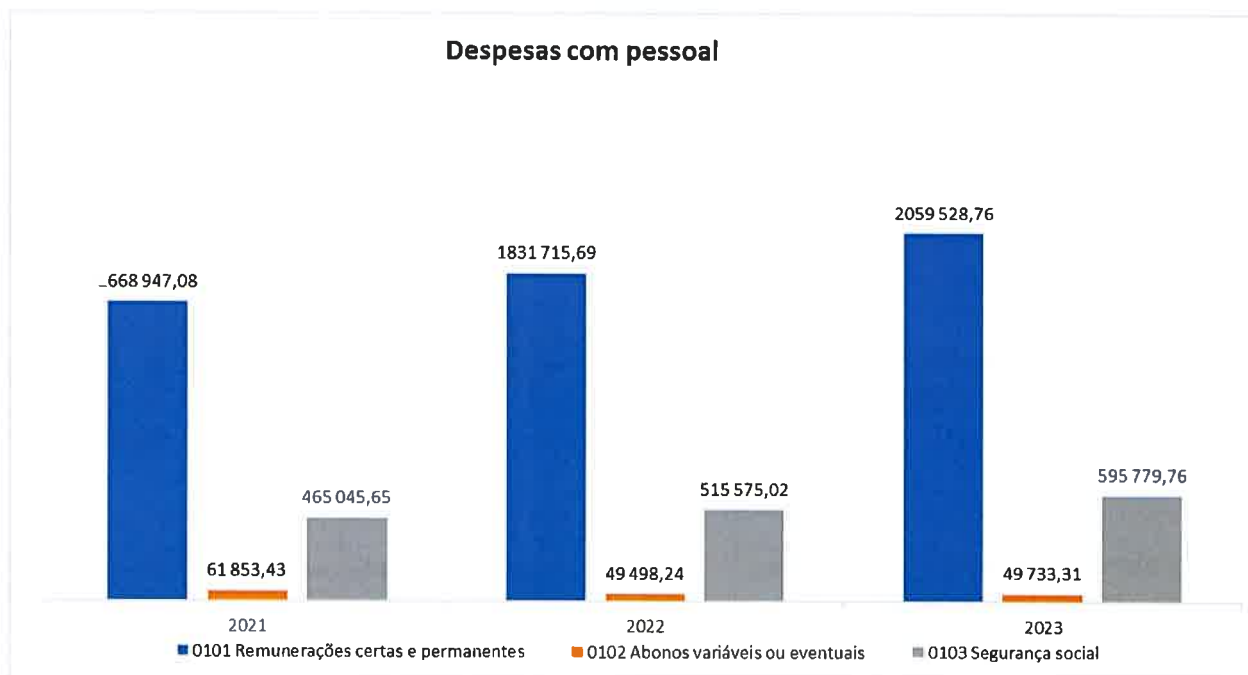


FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL 2021-2023

1.2 FORMAÇÃO

Tendo em conta que um dos objetivos deste Município é o de promover a qualificação do trabalhador, assegurando assim, o seu direito individual à formação, alguns funcionários durante o ano de 2023, participaram em ações de formação profissional (conforme a **tabela n.º 3**), adequadas às suas aptidões profissionais, nas mais diversas áreas organizadas por entidades externas ao Município, designadamente:

- **AMRAM** - Associação Municípios da Região Autónoma da Madeira;
- **Secretaria Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural**;
- **Secretaria Regional de Turismo e Cultura** – Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira;
- **FEFAL** – Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais;
- **Grupo Lusófona**;

Do sumário do quadro seguinte, podemos concluir que foram realizadas várias formações profissionais com diferentes conteúdos, com uma assistência de aproximadamente **435 horas**,



Relatório de Gestão Financeira

abrangendo **21** trabalhadores, **3** pessoas em regime de nomeação e **2 Vereadores em regime de permanência** (30 pessoas envolvidas em formações).

Designação da Formação	Número de horas da Formação	Entidade Formadora/ Organizadora	Local da Formação
Novas Alterações ao CCP Decreto Lei nº78/2022 de 7 de novembro	21	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Ordenamento de Estado Implicações ao Nível da Gestão de Recursos Humanos na Administração Local	14	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
SIADAP - Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública	35	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Comunicação e Gestão das Relações Interpessoais	14	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Online
Gestão do Protocolo	28	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Atendimento ao Público	21	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Auditório da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira
As Infrações Urbanísticas no Domínio da Fiscalização e das Contraordenações	21	Secretaria Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural	CMF - Sala Assembleia Municipal

Licenciamento. Zero	21	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Os aspetos práticos da reposição da legalidade urbanística	14	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira + Grupo Lusófona	Colégio dos Jesuítas - Funchal
Medidas de Modernização Administrativa e a Aplicação do Código do Procedimento Administrativo	35	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
O Regime Jurídico das Contraordenações Económicas para os Municípios	21	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Instalação e Gestão de Zonas de Concentração e Apoio à SCIE para técnicos municipais	25	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala
SCIE para técnicos municipais	25	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	On-line
Gestão Cultural	21	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	21	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Inglês para Atendimento ao Público	56	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	ISAL- Rua do Comboio, nº 5 - Funchal
Bens e Serviços, Especificidades na Elaboração das Cláusulas Técnicas A Execução do Contrato	14	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	CMF - Sala Assembleia Municipal



Relatório de Gestão Financeira

A Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas no Âmbito do Código dos Contratos Públicos e das Medidas Especiais	28	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
--	----	--	---

TABELA 3 – FORMAÇÃO 2023 (FONTE: GABINETE DOS RECURSOS HUMANOS)

2 PRINCIPAIS ATIVIDADES

2.1 INVESTIMENTO

Ao longo deste mandato (2021-2025), a autarquia tem vindo, uma vez mais, a assumir um papel fulcral no sentido de promover a continuidade do desenvolvimento socioeconómico local, sendo fundamental a sua intervenção e participação crítica e ativa, para o sucesso desse mesmo crescimento municipal.

Ricardo Nascimento implementou um rigor financeiro na autarquia da Ribeira Brava, através de várias medidas, que cria mais condições de investimento no concelho em prol do bem-estar dos nossos munícipes.

Trabalhamos arduamente em cada uma das nossas freguesias, realizando obras de proximidade, caminhos agrícolas e alargamento de veredas para oferecer acesso automóvel a casas e terrenos. Continuamos a investir na área social, na área da saúde, da educação e no contínuo apoio às instituições do município e empresas, bem como a olhar para toda a população, apostando na contínua melhoria da sua qualidade de vida e do seu bem-estar.

Neste seguimento, este relatório terá em atenção os princípios da prudência e do equilíbrio, e pretende fazer face aos recursos disponíveis, reforçar a sustentabilidade, equidade e coesão social, promovendo uma aposta na vertente social.

Assim sendo, desenvolvemos esforços para que as necessidades primordiais de carácter social/pessoal dos munícipes fossem colmatadas, realizando novas iniciativas e prosseguindo atividades variadas a diversos níveis, lutando por um 2023 melhor.

2.1.1 OBRAS/REQUALIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADES

Alargamento de vereda na Tabua

Está concluído o alargamento da Entrada da Pia, no Caramanchão, freguesia da Tabua, que passa a oferecer melhores condições de mobilidade à população da localidade. A obra foi feita pela Câmara Municipal da Ribeira Brava com receitas próprias, tendo investido cerca de 200 mil euros.



IMAGEM 1 – ESTRADA DA PIA, TABUA

O novo arruamento oferece uma vista privilegiada para o centro da freguesia e passa a estar acessível a todos. A aposta da autarquia vem enriquecer o concelho em termos de acessibilidades, mas acaba por ser também um chamariz para o investimento externo, sobretudo de turistas que procuram a Tabua para a construção de habitações.

Alargamento de vereda na Boa Morte

A Câmara Municipal da Ribeira Brava deu início ao alargamento de uma vereda no sítio da Boa Morte, que vai permitir a um vasto número de agregados familiares acessibilidade automóvel às suas habitações. Para a realização desta obra, muito contribuiu a cedência dos terrenos pela maioria das pessoas, situação que acabou por facilitar o arranque dos trabalhos que terá um investimento na ordem dos 180 mil euros. A obra era uma reivindicação antiga da população e acaba por resolver ainda um problema antigo ao permitir ligação a uma estrada sem saída.



IMAGEM 2 – OBRA DE ALARGAMENTO DE VEREDA NA BOA MORTE

Obras no sítio do Espigão

A CMRB, em parceria com a secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas, realizou alguns trabalhos de requalificação no sítio do Espigão. A primeira intervenção foi feita pelos rocheiros para a limpeza da escarpa, de forma a mitigar o risco de queda de pedras, tal como acontece noutros sítios do concelho. Depois houve uma limpeza ao espaço, pavimentação da estrada na zona mais degradada e sinalização horizontal em toda a estrada que incluiu pintura de muros e o eixo da estrada. Além disso, foi colocada uma paragem de autocarro coberta para os residentes poderem esperar a carreira pública com mais conforto, num investimento de cerca de 105 mil euros.



IMAGEM 3 – VISITA A TRABALHOS DE REQUALIFICAÇÃO NO SÍTIO DO
ESPIGÃO

Obras de proximidade Tabua

A Junta de Freguesia da Tabua realizou obras nas diversas localidades, algumas com o apoio da Câmara Municipal da Ribeira Brava, num investimento de cerca de 44 mil euros, o equivalente a 60% da sua receita. Colocação de varandas em veredas agrícolas, recuperação de levadas, reparação de grelhas, construção de muros, recuperação de veredas foram alguns dos trabalhos realizados na freguesia.



IMAGEM 4 – VISITA A OBRAS DE PROXIMIDADE NA TABUA

Caminho da Longueira-Corujeira

A freguesia do Campanário recebeu um novo acesso automóvel no Caminho da Longueira/Corujeira, construído pela Câmara Municipal da Ribeira Brava a pedido dos moradores. A obra, com um investimento de cerca de 300 mil euros, foi totalmente financiada pela autarquia. Este acesso, que antes era apenas uma vereda, agora facilita a circulação de veículos de entrega e dos moradores locais, conectando-se a dois caminhos existentes na área.



IMAGEM 7 – CAMINHO DA LONGUEIRA/CORUJEIRA

Requalificação Estrada do Pedregal

O Município da Ribeira Brava aprovou um concurso para requalificar a Estrada do Pedregal, no Campanário, com um investimento de cerca de 215 mil euros. A estrada, desgastada pelo uso



IMAGEM 8 - ESTRADA DO PEDREGAL

diário e pelo tráfego de carros pesados relacionados com a construção do túnel do Pedregal, foi sujeita a melhoras. Paralelamente, será implementado saneamento básico, em parceria com a Junta de Freguesia e a ARM, beneficiando os moradores locais. O prazo de execução previsto é de 60 dias e inclui trabalhos de pavimentação e correções na drenagem de águas.

Obras em curso - São João

O presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, acompanhado pela equipa de veredação, visitou algumas das obras municipais em curso no concelho. Uma das paragens foi no sítio do Barreiro, São João, onde o Caminho do Firmo está a ser alargado para melhorar a acessibilidade à população local, num investimento próprio de cerca de 185 mil euros. Também no sítio do Espigão, em São Paulo, foram acompanhados os trabalhos numa vereda que facilita o acesso no local.



IMAGEM 9 – VEREDA ACESSO LOCAL

Abertura de concurso para construção do Caminho da Pedra

A Câmara Municipal da Ribeira Brava autorizou a abertura do procedimento concursal para a construção do Caminho da Pedra, na freguesia do Campanário. A proposta foi aprovada na Reunião de Câmara e mereceu o aval de todo o executivo.

Trata-se de uma obra estruturante para a população daquela localidade que tinha sido prometida pelo executivo de Ricardo Nascimento, bem como pelo Governo Regional, e que será agora cumprida. A obra será colocada no terreno ao abrigo de uma parceria com o Governo Regional, numa nova candidatura ao Proderam, e será uma mais-valia para os munícipes, não só pelo acesso aos terrenos agrícolas, como também pelo acesso às habitações. A obra terá um investimento de um milhão de euros, sendo 85% apoiado pelo Proderam e o restante financiado pela Autarquia.



IMAGEM 5 – REUNIÃO DE CÂMARA DE APROVAÇÃO DE
ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL

Investimentos no Campanário

Na freguesia do Campanário, a CMRB realizou investimentos em várias áreas, como melhorias em estradas e caminhos, apoio à Junta de Freguesia e instituições locais, para além de apoio a eventos comunitários. A população foi beneficiada com bolsas de estudo, cartões do idoso e apoio a



IMAGEM 6 – VISITA A MELHORIA DE ESTRADA, CAMPANÁRIO

creches, além da recuperação de habitações degradadas. Outros projetos incluíram a criação de habitação na antiga escola do Porto da Ribeira, eventos culturais descentralizados e atividades como o Trail Escolar. Também foram realizadas campanhas de vacinação para animais de companhia, serviços de mediação de conflitos e manutenção de infraestruturas, como o Multibanco local.

2.2.2 PROTEÇÃO CIVIL

Semana da Segurança, Defesa e Paz

A Ribeira Brava acolheu a III Edição da Semana da Segurança, Defesa e Paz, numa organização da Escola Padre Manuel Álvares, em parceria com a PSP, os Bombeiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol e a Câmara Municipal. Uma iniciativa importante que serviu para ensinar a atuar em situações de catástrofe, como terremotos, cheias ou incêndios, através de comportamentos adequados.

A sessão de abertura contou com as intervenções do presidente do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza e do presidente da Autarquia da Ribeira Brava. Seguiu-se uma demonstração da equipa cinotécnica da PSP e uma exposição com viaturas e meios da PSP e dos Bombeiros.



IMAGEM 10 – VISITA A EBSPPMA

Simulacro de incêndios

Um simulacro de incêndio realizado na Escola Básica da Tabua testou os meios de intervenção que seriam ativados numa situação real e analisou a resposta e o comportamento de todos os intervenientes, sobretudo da comunidade escolar.

Perante o cenário de incêndio numa das salas de aulas, o exercício serviu também para testar a ação conjunta das forças envolvidas, desde Bombeiros, PSP, Delegação Escolar, Proteção Civil Municipal e Proteção Civil Regional.



IMAGEM 11 – ILUSTRAÇÃO DE SIMULACRO



2.2 AMBIENTE

2.2.1 MELHORAMENTO, LIMPEZA E PREVENÇÃO

Conforme o decorrido nos anos transatos, durante o ano de 2023, o Município continuou a efetuar diversas atividades ao nível da melhoria ambiental nas quatro freguesias do concelho. De seguida apresenta-se de forma sucinta um breve historial das atividades efetuadas a nível ambiental:

- Limpeza de vias e arruamentos em todo o concelho da Ribeira Brava;
- Limpeza Urbana no centro da vila Ribeira Brava;
- Elaboração de um Plano de recolha de resíduos no concelho no centro urbano e miradouros do concelho;
- Manutenção e limpeza nos cemitérios municipais;
- Manutenção e limpeza do Mercado Municipal;
- Manutenção dos espaços verdes e jardins do concelho;
- Construção de beneficiação de Parques Infantis;
- Limpeza de estradas, veredas e caminhos;
- Limpeza e organização do Estaleiro Municipal de viaturas;
- Preparação e manutenção das praias para a época balnear (incluindo contínua limpeza);
- Recolha e reencaminhamento de animais abandonados;
- Limpeza de estradas agrícolas e caminhos florestais;
- Manutenção dos diversos miradouros existentes no Concelho;
- Manutenção das diversas pracetas espalhadas pelo Município;
- Limpeza de fossas e reparação e montagem das bombas em escolas;
- Aquisição de Equipamento de Iluminação Urbana (eficiência e poupança energética);
- Requalificação de caminhos vicinais (trabalhos de limpeza de espaços agroflorestais);
- Trabalhos de apoio à limpeza de escarpas no concelho;

2.2.5 OUTRAS ATIVIDADES

Distribuição de composto

A Câmara Municipal da Ribeira Brava disponibilizou à população do concelho composto natural, uma terra fertilizante denominada Biovalor que pode ser usada na agricultura e na jardinagem.

A distribuição realizou-se uma vez por mês no parque de viaturas da Câmara Municipal, abaixo do viaduto da via-rápida. Recorde-se que este produto foi oferecido pela primeira vez aos munícipes da Ribeira Brava em dezembro último, numa parceria com a Empresa Águas e Resíduos da Madeira (ARM), tendo registado um bom feedback.

Esta parceria entre a Autarquia da Ribeira Brava e a ARM permite oferecer à população um produto natural com benefícios para os solos e para o meio ambiente. Fornece às plantas nutrientes primários, como azoto, fósforo e potássio, reduz a utilização de fertilizantes sintéticos, adubos e pesticidas, para além de diminuir o risco de contaminação das águas subterrâneas e superficiais.



IMAGEM 14 – DISTRIBUIÇÃO DE COMPOSTO

Jornadas de Geologia

A Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares voltou a organizar as Jornadas de Geologia, entre os dias 23 e 27 de fevereiro, com o objetivo de dinamizar o ensino das Geociências e divulgar as diferentes áreas de Intervenção da Geologia à Comunidade Educativa.

O evento contou com o apoio da Câmara Municipal e surgiu através de uma parceria com o Engenheiro Geólogo Sandro Vicente, onde se incluiu um conjunto de palestras, bem como saídas de campo que envolverão alunos e docentes da Escola da Ribeira Brava e do Pólo do Campanário. Esta VII edição teve a presença do GeoLab, Laboratório Móvel de Geociências, nem como uma viagem ao Porto Santo.

2.2.3 SUSTENTABILIDADE

Reunião Cidades Circulares na Ribeira Brava

A Câmara Municipal da Ribeira Brava acolheu a 3ª Reunião de Intercâmbio Interregional do programa Cidades Circulares que juntou o município madeirense e sete municípios do continente.

A sessão de abertura debateu os 'Resíduos e Economia Circular na Madeira', tendo o presidente Ricardo Nascimento referido a urgência de soluções de construção e planeamento urbanístico mais sustentáveis, reforçando a necessidade de fomentar a formação sobre esta matéria nas escolas e garantir um trabalho contínuo por parte dos Municípios.



IMAGEM 12 - ELEMENTOS REUNIÃO CIDADES CIRCULARES

2.2.4 CAUSA ANIMAL

Campanhas veterinárias

A Câmara Municipal da Ribeira Brava apoia a causa animal desde 2015 através de Campanhas Veterinárias para animais de companhia do concelho que incluem vacinação, desparasitação, identificação eletrónica, licenciamento e registo. O objetivo é auxiliar as famílias do Município com alguns custos associados aos seus animais de estimação e promover o bem-estar dos animais, contribuindo para a saúde pública.

As campanhas são realizadas anualmente nas quatro freguesias do concelho, com um atendimento que geralmente ultrapassa os 500 animais.



IMAGEM 13 – CAMPANHA VETERINÁRIA

2.3 CULTURA E DESPORTO

2.3.1 EVENTOS CULTURAIS

Existe, por parte do Município, um empenho contínuo em promover, divulgar, dar continuidade e inovar a cultura popular local, reforçando assim a valorização das nossas raízes culturais, bem como o incentivo ao desenvolvimento. Nesse sentido, o Município continuou com atividades recreativas e culturais, incluindo espetáculos de rua e dinamização de exposições em vários espaços do concelho.

Como forma de impulso à dinamização do concelho e à economia local, o município organizou diversos eventos ao longo do ano de 2023, ao qual passamos a enumerar sucintamente alguns exemplos:

Cantar os Reis na Ribeira Brava

7 janeiro 2023

O município da Ribeira Brava acolheu, a 7 de janeiro, o espetáculo alusivo ao 'Cantar dos Reis', cumprindo uma das tradições do Natal madeirense que serve para encerrar as celebrações da 'Festa'. No total, passaram por este palco mais de 100 participantes, divididos em oito grupos que deram voz à iniciativa organizada pela Câmara Municipal da Ribeira Brava.



IMAGEM 17 – CANTAR DOS REIS

Assinatura de protocolo entre CM Vidigueira e Ribeira Brava

17 janeiro 2023

Os Municípios da Ribeira Brava e da Vidigueira assinaram uma declaração de intenção de celebração de Protocolo de Geminção para a realização de iniciativas conjuntas, com destaque para o filme sobre o Visconde da Ribeira Brava, Francisco Correia de Herédia.

O projeto cinematográfico juntou ambos os municípios para uma justa homenagem a um homem visionário que muito fez pelo desenvolvimento político da Madeira e do país, referiu o presidente da Câmara da Ribeira Brava. O projeto contou com o apoio da Secretaria Regional de Turismo e Cultura, através da Madeira Film Commission e será produzido pela Episódio Proeza Filmes, com realização de José Abrantes e direção de fotografia de João Santos.

Limpeza de Praia

A Câmara Municipal da Ribeira Brava realizou uma limpeza subaquática na praia local, visando garantir a segurança dos banhistas e frequentadores do local. O serviço foi feito em colaboração com entidades parceiras como a Associação de Bombeiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol, a MARE-Madeira e a Direção Regional do Mar e consistiu em mergulhos para recolher resíduos acumulados no fundo do mar.

Além da limpeza subaquática, a autarquia preparou a praia para a época balnear de 2023,



IMAGEM 15 - EQUIPA LIMPEZA DE PRAIA

removendo pedras de grande dimensão e regularizando o calhau para facilitar o acesso ao mar. A zona de solário também foi intervencionada para proporcionar melhores condições aos banhistas.

Bandeira Azul

O Complexo Balnear da Ribeira Brava hasteou a bandeira azul pelo sexto ano consecutivo, destacando a excelência da água. O presidente da Câmara, Ricardo Nascimento, elogiou o empenho coletivo na preservação ambiental, envolvendo diversas entidades e a população. A bandeira azul e a bandeira da Quercus refletem a qualidade da gestão dos esgotos, águas pluviais e resíduos.

Ara Oliveira, em representação da secretária Susana Prada, enfatizou a importância de proteger o mar como recurso valioso. Este ano, o complexo conta com nadadores-salvadores, acessibilidade melhorada e cinzeiros de praia.



IMAGEM 16 - HASTEAR DA BANDEIRA AZUL

cortejo trapalhão com disfarces de várias cores, estilos e feitos. O espírito de festa foi dinamizado pelos alunos da EB1/PE/C da Ribeira Brava, da EB1/PE da Tabua, da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares e do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão da Tabua.

Carnaval no Campanário

19 fevereiro 2023

A Casa do Povo do Campanário voltou a organizar, em parceria com a CMRB e a Junta de Freguesia, o tradicional Cortejo de Carnaval trapalhão com muita animação e folia durante a tarde de domingo. O Cortejo arrancou junto ao restaurante “La Parreira” e seguiu pela estrada regional até ao centro cívico do Campanário, onde a festa continuou com barraquinhas de comes e bebes e animação em palco a cargo da Banda Fixe, do grupo humorístico 4 Litro e da Banda Municipal da Ribeira Brava.

A participação no cortejo foi feita de forma espontânea e livre por todos, sendo que este cortejo, que já se realiza há mais de tês décadas, assume assim um papel preponderante na preservação do carnaval tradicional madeirense.



IMAGEM 21 – CORTEJO DE CARNAVAL NO CAMPANÁRIO

Gravações do Documentário sobre o Visconde

Maio 2023

As filmagens para o documentário 'O Visconde Indomável', que retratam a vida e obra de Francisco Correia de Herédia, decorreram na Ribeira Brava. As primeiras imagens foram captadas em Lisboa, nos dias 11 e 12 de março, com a encenação da morte do Visconde. Na Ribeira Brava, recriou-



IMAGEM 18 – ASSINATURA DE PROTOCOLO

Miniparque de diversões na Ribeira Brava

30 janeiro 2023

A vila da Ribeira Brava voltou a receber a instalação de um miniparque de diversões para os mais novos, numa aposta que pretendeu dinamizar a baixa e impulsionar o comércio local. A autarquia pretendeu dinamizar a vila ao longo de todo o ano para atrair pessoas ao concelho, razão pela qual voltou a apostar nesta atratividade que contou com adrenalina e emoção através de seis atrações: pista infantil, dragão carrossel infantil, insufláveis, trampolins e hotel Transilvânia. A aposta por este espaço de diversão na Ribeira Brava foi feita pela empresa Diverlike, que olha para a Ribeira Brava como um local estratégico para o negócio.



IMAGEM 19 – MINI PARQUE DE DIVERSÕES

Desfile de carnaval infantil

17 fevereiro 2023

O Desfile de Carnaval Escolar da Ribeira Brava, organizado pela Câmara Municipal, em parceria com a Delegação Escolar da Ribeira Brava, realizou-se a 17 de fevereiro com a participação de mais de 600 alunos. O projeto voltou em força e com grandes preparos, após dois anos de interrupção devido à pandemia da Covid-19. Este ano, o tema foi de livre escolha, originando um



IMAGEM 20 - ILUSTRAÇÃO CORTEJO CARNAVAL

Outras exposições realizadas neste espaço:

- Da Ovelha ao Novelo
- Património Edificado do Campanário, de Gilberto Andrade
- Pintura, de Lara Fernandes
- Mostra coletiva de Presépios
- Pintura, de Sandra Gonçalves
- Da lã à criação
- Workshop de lã
- Workshop de Palmitos
- Visitas de grupos
- Visitas individuais



IMAGEM 23 – VISITA A EXPOSIÇÃO – ESPAÇO DO ARTESÃO

Espaço Intergeracional de São João

Situado em São João, Ribeira Brava, o Espaço Intergeracional é dedicado à ocupação dos tempos livres das gerações mais velhas através de atividades e projetos que capacitem as pessoas para a mobilidade e um estilo de vida mais ativo.

Ao longo do ano, foram várias as iniciativas desenvolvidas para estimular a capacidade cognitiva e proporcionar um dia-a-dia mais animado, através do convívio e da partilha de conhecimentos e experiências. Eis algumas das atividades desenvolvidas:

- Visita à ALR
- Visita à BAM
- Cantar dos Reis
- Visita ao Curral das Freiras
- Dia da Mulher
- Workshop de ervas aromáticas



IMAGEM 24 – ATIVIDADE NO ESPAÇO INTERGERACIONAL DE SÃO JOÃO

se a juventude de Francisco Correia de Herédia, incluindo os seus jogos de ténis no adro da igreja matriz, conhecido como Pateo 'O Ténis'.

As filmagens também incluíram cenas nas ruas centrais da vila e nos jardins da Autarquia, com a participação da atriz Inês Herédia e depoimentos de escritores e investigadores madeirenses.

O documentário contou com o ator madeirense Eduardo Luiz no papel do Visconde e a atriz



Inês Herédia, descendente de Francisco Correia de Herédia. E foi produzido pela empresa madeirense Episódio Proeza. O projeto cinematográfico é uma iniciativa das Câmaras Municipais da Ribeira Brava e da Vidigueira, com o apoio do Governo Regional, através da Secretaria Regional do Turismo e Cultura (Madeira Film Comission).

IMAGEM 22 – GRAVAÇÕES DO DOCUMENTÁRIO SOBRE O VISCONDE

Espaço do Artesão - Exposição Lar Santa Isabel

28 março 2023

O Espaço do Artesão inaugurou a exposição coletiva 'Mãos Vivas' que juntou trabalhos manuais elaborados pelos utentes do Estabelecimento Santa Isabel, da freguesia do Monte. A inauguração contou com a presença da Presidente do Instituto de Segurança Social da Madeira, Micaela Freitas, e do executivo municipal da Câmara Municipal da Ribeira Brava e esteve patete até 10 de maio.

A exposição resultou do projeto em curso denominado 'Mão Vivas', que teve por objetivo promover a qualidade de vida e o envelhecimento ativo entre os mais velhos. A média de idades dos participantes foi de 84 anos, mas contou com uma centenária de 102 anos, lembrando que não há idade para pôr a imaginação à prova.

- Visita à Ilha das Aves
- Palestra Saúde Mental
- Projeto Correspondência com os avós
- Visita à Quinta Vigia

Encontro de Bandas na Ribeira Brava

15 abril 2023

A Ribeira Brava voltou a acolher o XXXVII Encontro de Bandas Filarmónicas da Madeira, evento cultural que muito contribui para a formação de jovens na área musical e para a preservação de uma das mais antigas tradições regionais, as filarmónicas.

O vice-presidente da Câmara Municipal destacou a iniciativa das bandas em inovar, acrescentando valor ao trabalho desenvolvido, promovendo parcerias e juntando sinergias com outros estilos musicais, mas sem perder aquela que é a vossa identidade e a autenticidade das



IMAGEM 25 – ATUAÇÃO BANDA FILARMÓNICA

filarmónicas”.

Às várias associações/bandas, agradeceu o “excelente trabalho que têm vindo a desenvolver, quer na parte educativa/formativa, quer na parte social, promovendo a integração das novas gerações e a própria continuidade das filarmónicas”.

Semana da Cultura

O Município da Ribeira Brava voltou a realizar a II edição da Semana da Cultura, entre 27 de abril e 7 de maio. O projeto cultural de 11 dias juntou diversas atividades e animação para todas as idades.

A Feira do Livro contou vários stands, escritores ribeira-bravenses e o convidado especial Raul Minh’A ma que foi o escritor nacional com mais livros vendidos. Destaque ainda para a recriação da Cabotagem e o reavivar das transações comerciais na vila em 1909.

O fator histórico esteve presente nesta atividade com a apresentação do documentário 'O Visconde Indomável'. Houve ainda espaço para cinema, teatro, música, dança, comédia, tertúlias, apresentações de livros, atividades infantis, performances escolares e homenagens a figuras de renome do concelho.



IMAGEM 26 – PALCO SEMANA
CULTURA

Festa da Cerveja, Doses e Petiscos

4 maio 2023

A Festa da Cerveja, Doses e Petiscos é, por si só, um cartaz que tem atraído cada vez mais adeptos e que já conquistou o seu lugar nos eventos regionais. Durante quatro dias, a Marginal, junto à praia, foi palco de muita animação, música, boa gastronomia e uma diversidade de cervejas.

A novidade deste ano foi o lançamento da Cerveja Brava, feita pelo Beer House, em homenagem à Ribeira Brava, que celebrou 109 anos de elevação a concelho.

O evento contou com a presença do humorista Nilton, assim como dos artistas musicais Júlia Ochôa, Cool Night Trio, Beatriz Caboz, Dj Sil, João Vinagre e vários grupos tradicionais.



IMAGEM 27 – ATUAÇÃO FESTA DA CERVEJA, DOSES E PETISCOS

Dia da Criança

26 junho 2023

Cerca de 800 crianças do primeiro ciclo e do pré-escolar do município da Ribeira Brava estiveram em festa no Centro Desportivo da Madeira. Tratou-se de um programa desenvolvido pela Autarquia local que estava previsto para 1 de junho, Dia da Criança, e que acabou por ser adiado devido à chuva.

As crianças tiveram ao dispor uma série de atividades, desde espuma proporcionada pelos bombeiros, jogos tradicionais e mini-golfe desenvolvidos pela CPCJ da Ribeira Brava, insufláveis, hora do conto com Natália Bonito, assim como aulas de Body Combat, a cargo de Luís Ascensão.



IMAGEM 28 - ANIMAÇÃO DIA DA CRIANÇA

São Pedro

24 Junho 2023

o São Pedro na Ribeira Brava voltou a encher a vila da Ribeira Brava, mostrando que ainda é dos arraiais mais concorridos da Madeira. A festa ficou marcada pelo acender da iluminação e a abertura das barracas, atraindo famílias para a tradicional espetada no calhau.

A procissão marítima em honra de São Pedro foi composta por várias embarcações que partiram do cais de Câmara de Lobos, uma tradição retomada no ano passado em parceria entre as autarquias de Câmara de Lobos e da Ribeira Brava para encerrar as festividades. Cerca de 800 participantes reviveram um costume antigo, trazendo a bordo as imagens de São Pedro pescador e São Pedro Gonçalves Telmo. Após o desembarque, a procissão seguiu até à igreja matriz da Ribeira Brava.

No ponto alto das festas, as marchas populares, com cerca de 700 participantes e 16 grupos encantaram milhares de espectadores pelas ruas da vila. Não faltou animação com artistas de renome nacionais e internacionais.



IMAGEM 29 – FESTAS SÃO PEDRO

Festa Luso-Venezuelana

11 agosto 2023

A Câmara Municipal da Ribeira Brava organizou a 12ª edição da festa luso-venezuelana, um



IMAGEM 30 . FESTA LUSO-VENEZUELANA

evento que há muito tem fortalecido os laços entre as comunidades luso-descendentes e venezuelanas radicadas na região. O evento foi ainda um momento de reencontro, partilha de experiências e valorização das tradições, da gastronomia e da música que unem ambas as culturas. A festa continua a ser um reflexo da presença significativa dos emigrantes madeirenses na Venezuela e, conseqüentemente, na Ribeira Brava.

Açucenas para o Bom Despacho

22 setembro 2023

Na freguesia do Campanário, a tradição foi cumprida uma vez mais com a apanha das açucenas para o arraial do Bom Despacho. Um grupo de populares colheu as açucenas nas Fontainhas, Quinta Grande, e em seguida, em romaria, dirigiram-se à Capela para adorná-la com as flores. O presidente interino da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Jorge Santos, destacou a envolvência que se criou na comunidade local, que juntou pessoas de todas as idades na apanha das flores, de madrugada, assim como no cortejo até à capela, sendo um momento de convívio entre locais e visitantes.



IMAGEM 31 – ARRAIAL DO BOM DESPACHO

V Mostra do Maracujá

29 setembro 2023

A vila da Ribeira Brava voltou a acolher a V Edição da Mostra do Maracujá e dos seus derivados, um evento que destaca este produto regional apreciado pelos madeirenses e visitantes. O vice-presidente da Autarquia agradeceu o empenho dos produtores de maracujá e destacou a importância da qualidade dos derivados, incentivando a inovação e excelência na sua produção.



Jorge Santos reconheceu o papel da ACOESTE na organização do evento e agradeceu à ADRAMA pelas parcerias benéficas para o concelho. Também expressou gratidão ao Governo Regional e à Secretaria Regional da Agricultura pelo apoio à promoção dos produtos regionais.

MAGEM 32 – V MOSTRA DO MARACUJÁ

Quadra Natalícia na Ribeira Brava

1 dezembro 2023

A época natalícia foi inaugurada no Município da Ribeira Brava, trazendo consigo algumas novidades, como um mercadinho de Natal para a venda de iguarias típicas da época festiva. A iluminação festiva estendeu-se até à Ponte Vermelha e ao centro das quatro freguesias com mais de mil lâmpadas LED e ornamentações para criar um ambiente especial e mágico. Os mais novos puderam desfrutar de passeios de comboio pelas ruas centrais da vila.



IMAGEM 33 – ILUMINAÇÃO DE NATAL

A programação de Natal 2023 da Ribeira Brava ofereceu uma variedade de eventos festivos para toda a comunidade, incluindo convívios, chegada do Pai Natal, concertos e o tradicional Cantar dos Reis.

Noite do Mercado na Ribeira Brava

21 dezembro 2023

A Noite do Mercado da Ribeira Brava trouxe animação e gastronomia à frente-mar da vila, com várias apresentações musicais e uma grande diversidade de produtos à venda. A festa contou com a presença de grupos musicais locais, sorteios de vales de compras e uma ampla oferta de barracas com iguarias natalícias e produtos locais.



IMAGEM 34 – NOITE DO MERCADO DA RIBEIRA BRAVA

Festibrava

Setembro 2023

A Câmara Municipal da Ribeira Brava voltou a apoiar o FESTIBRAVA, um Festival de Folclore organizado pela Casa do Povo da Ribeira Brava.

O evento, que se realiza desde 2001, contou com a presença de cinco grupos folclóricos: Grupo Folclórico da Casa do Povo da Ribeira Brava, Grupo de Folclore da Casa do Povo de São Martinho, Grupo Folclórico Cultural e Recreativo da Quinta Grande, Grupo de Folclore da Ponta do Sol e o Rancho Folclórico 'Fazendas de Almeirim', proveniente do Ribatejo.

FESTIBRAVA é um evento cultural que faz manter as mais genuínas tradições culturais do município.



IMAGEM 35 - FESTIBRAVA

Mostra da Poncha e do Mel

27 janeiro 2023

A Mostra da Poncha e do Mel voltou a realizar-se na freguesia da Serra de Água com muita festa, poncha e iguarias. Durante a abertura do evento, o autarca Ricardo Nascimento não escondia a felicidade pelo regresso deste cartaz que tem levado muita gente à pacata freguesia da Serra de Água para provar a poncha e as iguarias feitas com mel produzido pelos apicultores locais.



IMAGEM 36 – MOSTRA DA PONCHA E DO MEL

Congratulou a Casa do Povo por mais um cartaz de sucesso e agradeceu o empenho de todos os envolvidos na realização desta festa, que conta com o apoio da secretaria regional da agricultura, da Câmara Municipal da Ribeira Brava, da Junta de freguesia, da Paróquia e das empresas privadas.

Panda na Ribeira Brava

Junho 2023

Milhares de crianças vibraram de alegria com o concerto da Banda do Panda que invadiu a marginal da Ribeira Brava. O Panda veio acompanhado dos seus amigos para animar a pequenada.

O presidente da Câmara destacou a aposta pensada para os mais novos e já pondera novo local para a banda do panda atuar, com mais capacidade para acolher as crianças que não querem perder este espetáculo!



IMAGEM 37 – PANDA NA RIBEIRA BRAVA

2.3.2 EVENTOS DESPORTIVOS

No que concerne ao desporto, para além dos eventos desportivos organizados pela autarquia, o município prestou apoio à participação de atletas em campeonatos fora do arquipélago, colaborou com organizações externas a atuar no concelho de modo a captar o maior número de eventos desportivos e facilitou a participação de atletas ou equipas residentes no concelho através do pagamento de inscrições em algumas provas. Passamos a enumerar sucintamente alguns dos eventos desportivos realizados na Ribeira Brava ao longo do ano de 2023:

1.º de maio desportivo

1 maio 2023

Tal como vem sendo tradição, na manhã do feriado do 1º de Maio há desporto na vila da Ribeira Brava. O atletismo tem sido a prova rainha, com centenas de atletas a percorrer a marginal até à Tabua e as principais artérias da baixa ribeira-bravense.

Numa organização conjunta entre a Câmara Municipal e a Associação de Atletismo da Região Autónoma da Madeira (AARAM), a prova de atletismo juntou centenas de atletas de vários escalões.

Este ano, autarquia resolveu ir mais longe e incluiu uma demonstração de judo e uma aula de grupo - Les Mills Body Combat, no adro da igreja, a cargo do Personal Trainer ribeira-bravense Luís Ascensão.



IMAGEM 38 – AULA BODY COMBAT – 1º DE MAIO

VI Trail escolar

30 março 2023

A VI Edição do Trail Escolar da Ribeira Brava, realizada na freguesia do Campanário, juntou mais de 500 participantes de 15 escolas da Região. Este ano o Trail realizou-se na freguesia do Campanário com duas provas distintas, uma de 3 kms para os menos experientes, e outra de 6 km para um desafio mais acentuado, que foi ao encontro do feedback dos atletas em provas anteriores.



IMAGEM 39 – VI TRAIL ESCOLAR

Rali da Ribeira Brava

2-3 junho 2023

A edição 2023 do Rali da Ribeira Brava teve lugar nos dias 2 e 3 de junho. A prova iniciou-se com a super especial que percorreu o centro da vila, numa extensão de 3,36 km. No sábado, 3 de junho, a prova passou pelas quatro freguesias do concelho, com duas passagens pela Tabua (11h12 e 12h16), São João/Campanário (11h38 e 12h42), Fonte Pinheiro/Ribeira Brava (15h48 e 17h04) e Serra de Água (16h21 e 17h37). Este evento foi a terceira prova pontuável para o campeonato de Ralis Coral da Madeira.



IMAGEM 40 – RALI DA RIBEIRA BRAVA 2023

Rampa Ribeira Brava

1 e 2 setembro 2023

A Rampa Regional da Ribeira Brava ocorreu nos dias 1 e 2 de setembro, com uma Prova Espetáculo na sexta-feira à noite e competições no sábado, envolvendo cerca de 27 equipas. O presidente da Câmara destacou o apoio ao desporto automobilístico, ressaltando a sua importância para o concelho. A competição foi organizada pelo CD Nacional e CMRB, com apelos à segurança dos espectadores.



IMAGEM 41 – RAMPA RIBEIRA BRAVA 2023

Corridas de carros de pau

2023

O Município da Ribeira Brava recebeu ao longo de 2023 provas de carros de pau a contar para o campeonato regional.

A provas realizaram-se nas várias freguesias e contaram com uma grande participação de concorrentes. A organização é da Associação de Carros de Pau de Água de Pena, em parceria com a Câmara Municipal da Ribeira Brava



IMAGEM 42 – CORRIDA DE CARROS DE PAU

2.4 ASSOCIATIVISMO E SOCIEDADE

2.4.1 APOIO FINANCEIRO AOS BOMBEIROS DA RIBEIRA BRAVA E PONTA DO SOL

O Município da Ribeira Brava aumentou, este ano, o apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava e da Ponta do Sol, concedendo um valor total de 189 mil euros. o aumento, na ordem dos 5%, justifica-se pela necessidade de fazer face à inflação e dotar a corporação com todos os meios necessários para a prestação de socorro à população da Ribeira Brava e da Ponta do Sol.

Com uma ação cada vez mais abrangente, os bombeiros atuam na defesa do meio ambiente, no abastecimento de água à população, no apoio em atividades desportivas, na desobstrução de ribeiros, ribeiras, tubos de água e sargetas, no apoio na lavagem dos arruamentos municipais, no resgate em montanha, para além do combate a incêndios e da prestação de socorro em diferentes cenários.



IMAGEM 43 -PROTOCOLO DE BVRBPS

2.4.2 APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

A Câmara Municipal da Ribeira Brava aprovou apoios para as juntas de freguesia do concelho, voltando a aumentar o valor atribuído relativamente a 2022 para um total de 250 mil euros. 50 por cento deste valor (125 mil euros) foi facultado de acordo com o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Juntas, que determina o montante para cada junta de acordo com o número de eleitores e a área do território, o que dá: 52.731€ para a Ribeira Brava, 35.830€ para o Campanário, 21.796€ para a Serra de Água, 14.642€ para a Tabua.

Os restantes 50 por cento foram atribuídos ao abrigo de acordos de colaboração para investimentos de proximidade. No total, a verba facultada pela Autarquia corresponde, em média, a mais de 70% do valor que as Juntas recebem do FEF.



IMAGEM 44 – PROTOCOLO JUNTAS DE FREGUESIA

2.4.3 APOIOS AO ASSOCIATIVISMO E IPSS'S

A Câmara Municipal da Ribeira Brava apoiou as Associações Culturais e Desportivas, bem como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) do concelho com uma verba de 262 mil euros, aumentando este valor em 5% relativamente ao ano passado.

O apoio foi prestado através de protocolos de cooperação para o ano de 2023, e dotou estas entidades com meios financeiros para poderem continuar o trabalho de proximidade que têm vindo a desenvolver junto da população.



IMAGEM 45- PROTOCOLO APOIO ASSOCIATIVISTO E IPSS'S

No âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, foram atribuídos 189 mil euros a 12 Associações de cariz cultural e desportivo do concelho da Ribeira Brava.

No caso das IPSS's, a autarquia atribuiu 73.500 euros a quatro entidades que prestam apoio aos munícipes.

O autarca Ricardo Nascimento justificou este aumento pelo excelente trabalho que estas entidades prestam à população, bem como pelo facto de serem imprescindíveis à vida do concelho.

2.4.4 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E MEDIAÇÃO FAMILIAR

A Câmara Municipal da Ribeira Brava assinou um protocolo com a Delegação Regional do Instituto Português de Mediação Familiar para disponibilizar aos ribeirão-bravenses os serviços de Mediação de Conflitos e Mediação Familiar, no âmbito do projeto + Família, que integra o Plano Regional para a Família e Intervenção Social.

A ideia é contribuir para a construção de uma sociedade estruturada, saudável e equilibrada, onde a mediação de conflitos familiares seja efetivamente uma realidade.

Para o autarca Ricardo Nascimento esta parceria é uma “mais-valia” para o concelho da Ribeira Brava, dada a importância da mediação familiar e dos problemas associados a esta questão, sobretudo quando envolve crianças, que são os principais sofrendores dos problemas internos familiares.

Lúcia Santos, presidente da Delegação do Funchal, revelou que tem feito um grande trabalho de sensibilização comunitária sobre a mediação e a pertinência deste paradigma junto das famílias e da comunidade escolar. A responsável pelo projeto recordou que a mediação não faz milagres, mas vai ajudar a que a resolução dos conflitos se faça de uma forma menos sofrida para os intervenientes.



IMAGEM 46 – PROTOCOLO DE SERVIÇOS DE CONFLITOS E MEDIAÇÃO FAMILIAR

2.4.5 TAXAS DE IMI

A Câmara Municipal da Ribeira Brava optou por manter as taxas mínimas do IMI e IMI Familiar para o ano de 2023, visando aliviar os encargos financeiros das famílias do concelho. A taxa de IMI para prédios urbanos permanece em 0,3%, enquanto a dos prédios rústicos mantém-se em 0,8%. Os prédios devolutos ou em ruínas na Área de Reabilitação Urbana sofreram um agravamento, pagando o triplo da taxa de IMI devido ao seu estado de degradação.

◊ IMI Familiar continua a beneficiar os agregados familiares com dependentes, proporcionando reduções na taxa de IMI. A autarquia destaca que estas medidas têm sido uma boa política social, contribuindo para melhorar as condições de vida da população e apoiar as famílias com a citação própria.

Foram mantidas também a taxa de 0,25% para os direitos de passagem no concelho e a taxa de 5% sobre a participação do Município no IRS dos residentes, que será direcionada para projetos de apoio à população. Na mesma reunião, foi aprovado um apoio para manuais escolares de inglês destinado aos alunos residentes no concelho, frequentando o 1.º e 2.º anos do 1.º ciclo do ensino básico, para o ano letivo de 2023/2024.



IMAGEM 47 – REUNIÃO DE CÂMARA – APROVAÇÃO IMI

2.5 SAÚDE E CIDADANIA

Os municípios devem ter um papel fulcral no que concerne à promoção do bem-estar dos seus munícipes, e neste âmbito desenvolvemos atividades de incentivo à saúde e bem-estar público, através de alguns eventos.

Dia Nacional da Juventude

28 março 2023

O Município da Ribeira Brava assinalou o Dia Nacional da Juventude, através de uma palestra sobre a participação política e a cidadania ativa juvenil. O deputado madeirense Bruno Melim falou sobre o desafio de motivar os jovens para a participação política, começando por desconstruir as conceções prévias que muitos têm em relação à área.

Foi ainda apresentado o ‘Guia para a Cidadania Juvenil... um passo para o futuro’ pela diretora dos Serviços de Igualdade e Cidadania, Mariana Bettencourt, que junta informações destinadas ao desenvolvimento dos jovens na sociedade e pretende ser uma ferramenta de reflexão sobre a importância do envolvimento juvenil.

O presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, José Manuel Rodrigues, deixou uma mensagem na qual destacou ideias e formas para os jovens se empenharem na vida política face à necessidade de modernização das instituições democráticas.



IMAGEM 48 – PALESTRA DIA NACIONAL DA JUVENTUDE

Dia Nacional do AVC

31 março 2023

A Ribeira Brava acolheu as celebrações do Dia Nacional do AVC – Acidente Vascular Cerebral, através de uma ação conjunta entre a Unidade de AVC do Hospital Dr. Nélio Mendonça e a Câmara Municipal. A ideia foi transmitir alguns conhecimentos básicos à população sobre como prevenir a doença que mais mata em Portugal.

Coube à equipa da Unidade de AVC do Hospital Central do Funchal composta pelos médicos João Patrício Freitas e Pedro Freitas, bem como pela enfermeira chefe Arlinda Oliveira falar sobre os efeitos, as causas e as medidas de prevenção do AVC que, se forem bem aplicadas, ajudam a salvar vidas. As alterações na face, na força e na fala são indícios de um AVC, pelo que importa estar atento aos sinais e agir com rapidez, nunca esquecendo que tempo é cérebro.



IMAGEM 49 – CELEBRAÇÕES DIA NACIONAL DO AVC

III Edição do Orçamento Participativo

12-21 junho 2023

A III edição do Orçamento Participativo da Ribeira Brava propõe um investimento de 160 mil euros para projetos sugeridos pelos residentes das quatro freguesias do concelho. Esta medida teve como objetivo fortalecer a democracia local, ampliar a transparência da administração municipal e reforçar a cidadania.

Foram apresentadas duas propostas culturais pelos munícipes da Ribeira Brava. A criação de uma galeria de arte ao ar livre na promenade e a aquisição de materiais pedagógicos para a Universidade Sénior, visando promover um envelhecimento ativo entre os seniores do concelho.

No Campanário foi solicitado a criação de um parque de merendas no sítio da Pedra e a instalação de um posto de carregamento de viaturas elétricas.

A população da Tabua apresentou quatro propostas para a freguesia. A ideia mais votada foi a aquisição de equipamentos tecnológicos para a EB1/PE da Tabua, visando melhorar a qualidade de ensino e contribuir para o desenvolvimento pessoal dos alunos. Em segundo lugar, ficou a recuperação da vereda da Quebrada. Outra proposta foi a requalificação do miradouro no Sítio do Lugar da Serra, um local em expansão frequentado por visitantes, que pretende incentivar o convívio



IMAGEM 50 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

com a colocação de novas mesas e bancos. A última proposta envolve a construção de uma casa de banho junto à capela da Mãe de Deus.

Na freguesia da Serra de Água, foi solicitada a requalificação do polidesportivo com pouca utilização, transformando-o num espaço verde e de lazer.

Desemprego na Ribeira Brava

30 maio 2023

O Município da Ribeira Brava registou, pelo segundo ano consecutivo, uma diminuição de 28,4% no número de desempregados, com um total de 523 em abril deste ano. Estes números refletem as políticas municipais e o dinamismo económico da ilha. O presidente da Câmara, Ricardo Nascimento, destaca os incentivos oferecidos para atrair investimentos e acredita que as melhorias na infraestrutura e a oferta de estacionamento irão impulsionar ainda mais o emprego local.



IMAGEM 51 – DISCURSO SOBRE DESEMPENHO DE PROPOSTAS DE COMBATE AO DESEMPREGO

Literacia em Saúde

11 julho 2023

O Município da Ribeira Brava conta com um médico dentista no sistema público desde agosto, conforme anunciado pelo secretário regional Pedro Ramos durante uma sessão de literacia em saúde com a população local. Com uma cobertura de cerca de 100%, o centro de saúde da Ribeira Brava atualmente possui uma equipa multidisciplinar, incluindo médicos de família, enfermeiros, psicólogos e nutricionista. O centro de saúde também realiza projetos de desenvolvimento infantil e



IMAGEM 52 – LITERACIA DE SAÚDE 2023

envelhecimento ativo. Os encontros de literacia em saúde visam informar os cidadãos sobre os serviços disponíveis na região. O presidente da Câmara Municipal elogiou a iniciativa, destacando a importância da parceria com o secretário regional para a segurança e bem-estar da população.

Balanço do Cartão do Idoso

25 setembro 2023

O apoio à população sénior é uma prioridade para a Câmara Municipal da Ribeira Brava, que reconhece as necessidades económicas e sociais daqueles que contribuíram ao longo da vida para a sociedade. Desde 2018, o município tem aprovado a atribuição do Cartão Municipal do Idoso, proporcionando uma comparticipação em despesas de saúde, como medicamentos, exames e fraldas, totalizando um investimento de 90 mil euros. O número de cartões ativos aumentou significativamente, chegando a 542 em 2023, mais do que o dobro em comparação com 2018. No ano atual, já foram disponibilizados 17.277,09€ em apoio, distribuídos entre medicamentos (13.763,76€), exames (2.021,40€) e fraldas (1.491,93€).



IMAGEM 53 – CARTÃO DO IDOSO

Dia Municipal para a Igualdade

24 outubro 2023

A Câmara Municipal da Ribeira Brava promoveu o Dia Municipal para a Igualdade, com uma caminhada na Promenade da vila e uma ação de sensibilização intitulada 'Mais Igualdade Menos Discriminação', conduzida por Paulo Spínola, da Opus Gay Madeira, na Biblioteca Municipal. Spínola enfatizou a importância de reconhecer e enfrentar as desigualdades, promovendo o respeito pelas diferenças. Esta iniciativa visou fomentar a igualdade de género na comunidade local, alinhada com esforços regionais para promover a igualdade de oportunidades e cidadania.



IMAGEM 54 – DIA MUNDIAL PARA A IGUALDADE

Campanha Comércio Local

25 outubro 2023

A Câmara Municipal da Ribeira Brava realizou uma campanha para promover o comércio local durante a época natalícia. Sob o tema 'Neste Natal eu opto pelo comércio local', a iniciativa incentivou os consumidores a fazerem suas compras nas lojas do concelho. Os comerciantes decidiram aderir à campanha, que ofereceu cupões aos consumidores por cada 25 euros em compras. A campanha decorreu de 1 de dezembro a 6 de janeiro, com sorteios realizados durante eventos locais, oferecendo vales de compras como prémios. A autarquia investiu 4 mil euros nesta iniciativa para impulsionar o consumo no comércio local durante o período festivo.

Convívio Sénior de Natal

9 novembro 2023

O Município da Ribeira Brava realizou o Convívio de Natal para a população sénior, visando a promoção do convívio, dos afetos e do combate à solidão. O evento incluiu um almoço no pavilhão desportivo da Serra de Água para pessoas com 65 ou mais anos. As inscrições foram abertas em novembro e o transporte foi providenciado pela autarquia.



IMAGEM 55 – CONVÍVIO SÉNIOR DE NATAL

Rastreios de saúde

Agosto 2023

A Câmara Municipal da Ribeira Brava assinalou a Semana da Saúde e Bem-Estar com iniciativas de relevado interesse para a população ribeira-bravense, como os rastreios de saúde feitos em parceria com a AJEMed

Houve medição de pressão arterial e medição de peso e glicémia com vista à melhoria da saúde e do bem-estar da população.

Os rastreios foram direcionados a qualquer pessoa com interesse em saber como anda o seu organismo.



IMAGEM 56 – RASTREIOS DE SAÚDE



2.6 EDUCAÇÃO

Durante o ano de 2023, o Município promoveu uma parceria com as Escolas básicas e secundárias do Concelho. Numa tentativa de incentivar o empenho educativo, por parte dos estudantes, a Câmara Municipal atribuiu prémios de mérito aos que mais se esforçaram no ano letivo.

Por outro lado, com o intuito de valorizar a formação e ao mesmo tempo apoiar as famílias do Concelho, a Câmara atribuiu apoio monetário aos alunos universitário, manuais escolares aos alunos do 1.º e 2.º ciclo, e também cabazes de material escolar aos alunos do 2.º e do 3.º ciclo e secundário, e apoio no pagamento às creches e jardins de infância.

É também de salientar várias atividades de formação, convívio, patrocinadas pela autarquia, transporte a visitas de estudos, etc.

Abaixo apresentamos alguns exemplos, a nível educativo, das medidas de apoio desenvolvidas em 2023:

Apoio à educação – Ano letivo 2023/2024

A Câmara Municipal da Ribeira Brava decidiu manter os apoios na área da educação para os alunos do concelho, numa medida aprovada por unanimidade na reunião de câmara. O objetivo é auxiliar as famílias ribeira-bravenses a suportarem as despesas com a educação dos seus filhos. A valorização da educação dos jovens é uma prioridade do Município que visa incentivar a educação e a formação para prevenir o abandono e o insucesso escolar.

Para o ano letivo 2023/2024, as famílias continuarão a beneficiar do pagamento de 40% da mensalidade das creches, jardins de infância ou ensino pré-escolar. Além disso, os estudantes universitários receberão uma bolsa de estudo no valor de 550 euros anuais.

O apoio estende-se também aos alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, através da entrega de vales de compra de material escolar no valor de 30 euros para o 2.º e 3.º ciclos e 40 euros para o secundário.

Dia Internacional da Educação

24 janeiro 2023

O Município da Ribeira Brava assinalou o Dia Internacional da Educação com um fórum dedicado ao ensino internacional. Sob o tema 'Alarga os teus horizontes', foram debatidos os programas disponíveis para uma aprendizagem fora de portas, com destaque para o Erasmus+ e 'Mais Mobilidade'.

As intervenções ficaram a cargo da professora doutora da Reitoria da Universidade da Madeira, Elsa Fernandes, a diretora Regional da Juventude, Carla Berenguer e o secretário Regional da Educação, Jorge Carvalho. O Fórum encerrou com a intervenção do presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo Nascimento.



IMAGEM 57 – DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO

Ribeira Brava no Seminário nacional eco-escolas

20 janeiro 2023

A Câmara Municipal da Ribeira Brava participou no Seminário Nacional Eco-Escolas 2023, nos dias 20, 21 e 22 de janeiro na Vila de Soure, Coimbra, que abordou a implementação e continuidade da sustentabilidade nas escolas. O programa internacional constitui a maior rede de educação para o desenvolvimento sustentável, tendo por objetivo a atualização, a co-aprendizagem e a troca de experiências entre profissionais da educação.

A 'Biodiversidade - preservar e regenerar espaços exteriores' foi o foco do evento, tendo sido divulgadas informações científicas e pedagógicas abertas para discussão, bem como novos projetos em vista.



IMAGEM 58 – SEMINÁRIO NACIONAL ECO-ESCOLAS

A representar a Autarquia da Ribeira Brava esteve o vereador Rafael Sousa e os representantes dos estabelecimentos de ensino do concelho aderentes ao projeto: Escola B1/PE da Corujeira, Escola B1/PE do Campanário, Escola B1/PE da Ribeira Brava, Escola B1/PE da Serra de Água, Escola B1/PE da Tabua, Escola B+S Padre Manuel Álvares e o Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão da Ribeira Brava.

Creche da Serra de Água

31 janeiro 2023

A sala de creche/jardim de infância da Escola Básica da Serra de Água foi um projeto concretizado graças aos esforços conjuntos entre a Junta de freguesia, a Câmara Municipal da Ribeira Brava e a Secretaria Regional de Educação.

Na visita efetuada ao espaço, o presidente da Câmara explicou que se tratou de uma reivindicação da população que mereceu a atenção do executivo pelo facto de haver um número significativo de crianças que justificava esta aposta.



IMAGEM 59 – CRECHE DA SERRA DE ÁGUA

A Junta e a Autarquia avançaram com as obras e os equipamentos, cabendo à secretaria da Educação os meios humanos. O investimento permite que estas crianças possam manter-se na sua freguesia.

Concurso literário ‘Terra de Sonho e Tradição’ – entrega de prémios

4 maio 2023

A Câmara Municipal da Ribeira Brava entregou os prémios do Concurso literário ‘Terra de Sonho e Tradição – Conto Infanto-Juvenil’, evento promovido anualmente pela Autarquia, que juntou este ano 25 participantes, tendo sido premiados seis jovens pela qualidade da escrita – David Rafael Pereira, Daniel Pestana do Vale, Laura Isabel Fernandes, Lara Maria Pereira, Isabel Cristina Livramento e Carolina Gonçalves.



IMAGEM 60 – ENTREGA DE PRÉMIOS –

CONCURSO LITERÁRIO

O concurso teve início em 2018 para potenciar os hábitos literários dos mais novos, através de uma atividade que estimule o envolvimento cognitivo e, desde então, tem sido um viveiro para a descoberta de talentos na escrita. O evento foi complementado com a apresentação do livro 'Ribeira Brava, Terra de Sonho e Tradição', recentemente publicado pela Câmara Municipal, que junta os trabalhos vencedores dos concursos literários de 2018 a 2021.

Quadros Interativos para o 1º Ciclo

17 outubro 2023

A Câmara Municipal da Ribeira Brava implementou quadros interativos e novas ferramentas informáticas em todas as escolas do 1.º ciclo do concelho. Esta medida visa melhorar a aprendizagem dos mais novos através de tecnologia interativa que os motive e facilite a absorção de conhecimentos.



IMAGEM 61 – ENTREGA DE QUADROS INTERATIVOS

2º Encontro da Educação

23 outubro 2023

A Câmara Municipal da Ribeira Brava, em parceria com o Sindicato Democrático dos Professores da Madeira, realizou o 2º Encontro de Educação sob o tema "Uma Sociedade Ativa começa na Escola". O evento teve lugar na Escola Básica Secundária Padre Manuel Álvares e abordou a importância da intervenção desportiva no contexto escolar, promovendo parcerias com a comunidade e debatendo estratégias para promover a atividade física como fator de integração social e desenvolvimento académico.

Com intervenções do secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, Jorge Carvalho, do presidente da Câmara Municipal, Ricardo Nascimento, e do presidente do Sindicato Democrático



de Professores da Madeira, António Pinho, o evento contou com oradores como o professor Luís Paulo Rodrigues, a professora Rita Matos, Nuno Ferro e o Professor Mário Fortes, que abordaram diversos temas relacionados com a promoção da atividade física e a preparação para os desafios futuros na educação.

IMAGEM 62 – SEGUNDO ENCONTRO DA EDUCAÇÃO

Entrega de Prémios de Mérito Escolar

10 novembro 2023

Alunos ribeira-bravenses foram homenageados com prémios de mérito escolar pela Câmara Municipal, reconhecendo o seu desempenho excecional no ano letivo anterior. O presidente da autarquia elogiou o esforço dos alunos, destacando o apoio das famílias e o papel fundamental dos professores. Enfatizou o investimento anual significativo na educação, abrangendo desde a creche até à universidade sénior, e agradeceu as parcerias com o secretário Regional da Educação. Salientou que os prémios não apenas reconhecem os alunos de mérito, mas também os inspiram.



IMAGEM 63 - ENTREGA PRÉMIO DE MÉRITO

Entrega de Bandeiras Eco-escolas

22 novembro 2023

O Município da Ribeira Brava entregou oito bandeiras Eco-Escolas a estabelecimentos de ensino do concelho, reconhecendo o seu trabalho em educação ambiental durante o ano letivo anterior. Desde 2006, a autarquia tem incentivado esta iniciativa, contribuindo para formar crianças e jovens mais conscientes em relação ao meio ambiente. No ano passado, os estabelecimentos realizaram várias atividades ambientais, como reutilização de materiais, limpezas costeiras, hortas biológicas e poupança de energia.

Universidade Sénior

Ano letivo 2022/2023

A USRB teve mais um ano de excelência, através de eventos e iniciativas apoiadas pela Câmara com vista a um envelhecimento ativo. Trata-se de um projeto inclusivo com seis anos de atividade que fomenta a estimulação cognitiva dos munícipes e proporciona momentos de convívio e de aprendizagem ao longo do ano.

É ainda uma forma de incluir na sociedade pessoas que contribuíram com uma vida de trabalho em prol deste concelho. Destaque para a introdução da aula de psicofilosofia e diversos projetos de aprendizagem que pretendem enriquecer o conhecimento e proporcionar mais e melhor qualidade de vida.



**IMAGEM 64 - CERIMÓNIA DE ABERTURA UNIVERSIDADE
SÉNIOR**

3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 EXECUÇÃO E ESTRUTURA ORÇAMENTAL DA DESPESA

3.1.1 EXECUÇÃO DA DESPESA

Despesas Correntes						
Rubrica	Despesas		Orçamentado	Executado	%Execução	% Global
D1	01	Despesa Com Pessoal	2 770 675,00	2 705 041,83	97,63%	18,06%
D2	02	Aquisição de Bens e Serviços	3 493 543,00	2 837 914,70	81,23%	18,94%
D3	03	Juros e Outros Encargos	125 312,00	124 037,46	98,98%	0,83%
D4	04	Transferências Correntes	1 358 805,00	1 291 225,42	95,03%	8,62%
D5	05	Subsídios	17 150,00	16 546,50	96,48%	0,11%
D6	06	Outras Despesas Correntes	139 775,00	104 175,10	74,53%	0,70%
Total Despesas Correntes			7 905 260,00	7 078 941,01	89,55%	47,25%
Despesas Capital						
Rubrica	Despesas		Orçamentado	Executado	%Execução	%Global
D7	07	Aquisição de Bens de Capital	10 108 158,56	7 629 314,84	75,48%	50,93%
D8	08	Transferências de Capital	97 986,94	85 359,94	87,11%	0,57%
D9	09	Ativos Financeiros	15,00	0,00	0,00%	0,00%
D10	10	Passivos Financeiros	186 868,56	186 868,56	100,00%	1,25%
D8	11	Outras Despesas de Capital	10,00	0,00	0,00%	0,00%



Relatório de Gestão Financeira

Total Despesas Capital	10 393 039,06	7 901 543,34	76,03%	52,75%
Total Geral	18 298 299,06	14 980 484,35	81,87%	100,00%

UNID:Euros(€)

TABELA 4 - EXECUÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO 2023 (VALOR EM EUROS)

Tal como se pode verificar no quadro anterior (**tabela n.º 4**), relativo à execução da despesa, em 2023:

- A despesa efetiva total do município no final do exercício de 2023 foi no montante de 14.980.484,35€, sendo que o grau de execução da despesa foi de 81,87%, ou seja, a despesa executada ficou ligeiramente abaixo da despesa orçamentada.
- Denota-se que a rubrica com maior execução orçamental foi a dos passivos financeiros, seguindo-se pelos Juros e Outros Encargos (económica 3/rubrica D3), com cerca de 98,98% cujo montante efetivamente gasto ascendeu a 124.037,46€.
- Todas as rubricas da despesa corrente sofreram uma variação positiva, à exceção da “Aquisição de Bens e Serviços”. No que respeita às rubricas de despesas com capital destaca-se a “Aquisição de Bens de Capital”, que em 2022 apresentava um valor de 2.748.086,12€ e em 2023 ascendeu o montante de 7.629.314,84€, resultando numa variação positiva de aproximadamente 4.881.228,72€.

Em 2023, o Município optou à semelhança do que tem vindo a preconizar, pela elaboração de um orçamento rigoroso e próximo da realidade, resultando numa execução orçamental mais equilibrada.

Graficamente (**figura n.º 1**) podem verificar a evolução do comportamento da despesa total executada, nos últimos três anos, que sucintamente verifica-se:

- Um acréscimo da despesa face a 2022 na ordem dos 5.038.329,93€, dos 9.942.154,42€ verificados em 2022 para os 14.980.484,35€ verificados em 2023.
- Este aumento da despesa deveu-se sobretudo à empreitada “Regeneração Urbana da Vila da Ribeira Brava – Zona compreendida entre a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e o Pavilhão da Ribeira Brava”.

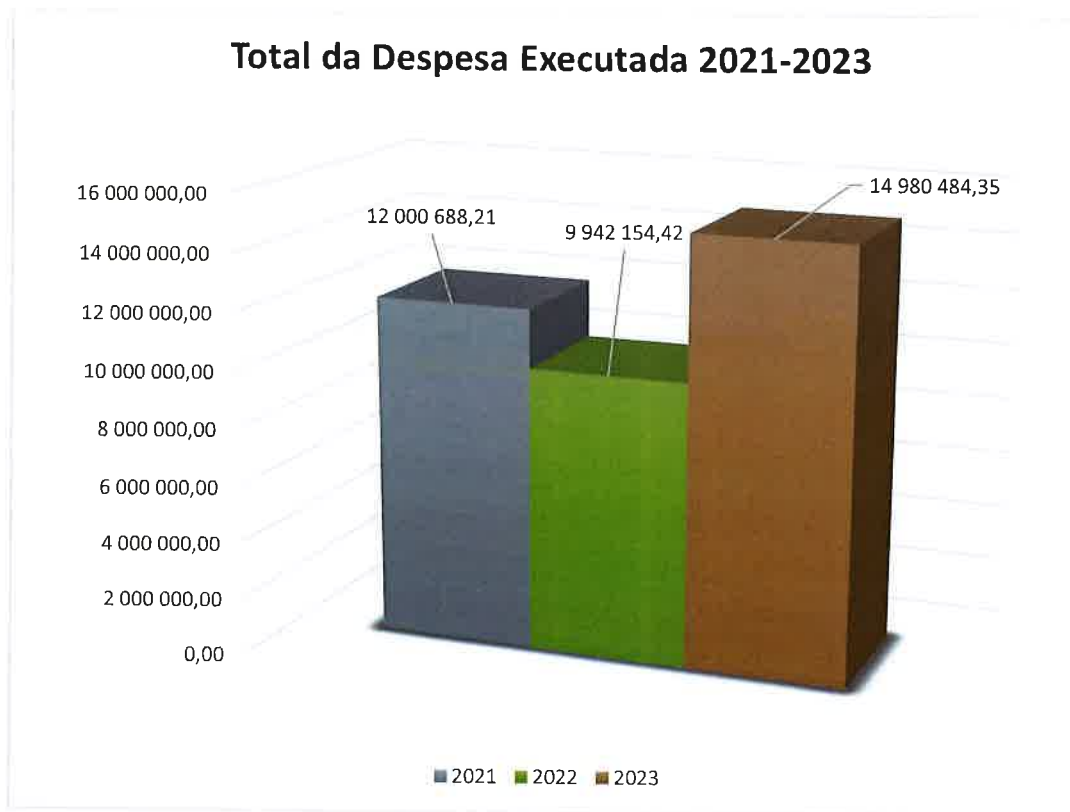


FIGURA 3 - DESPESA TOTAL EXECUTADA 2021-2023

Em 2021 o valor executado para as despesas totais foi de 12.000.688,21€, em 2022 de 9.942.154,42€, e em 2023 o montante de 14.980.484,35€, resultando num acréscimo de despesa no montante de 5.038.329,93€, perfazendo em termos percentuais 50,68% face a 2022.

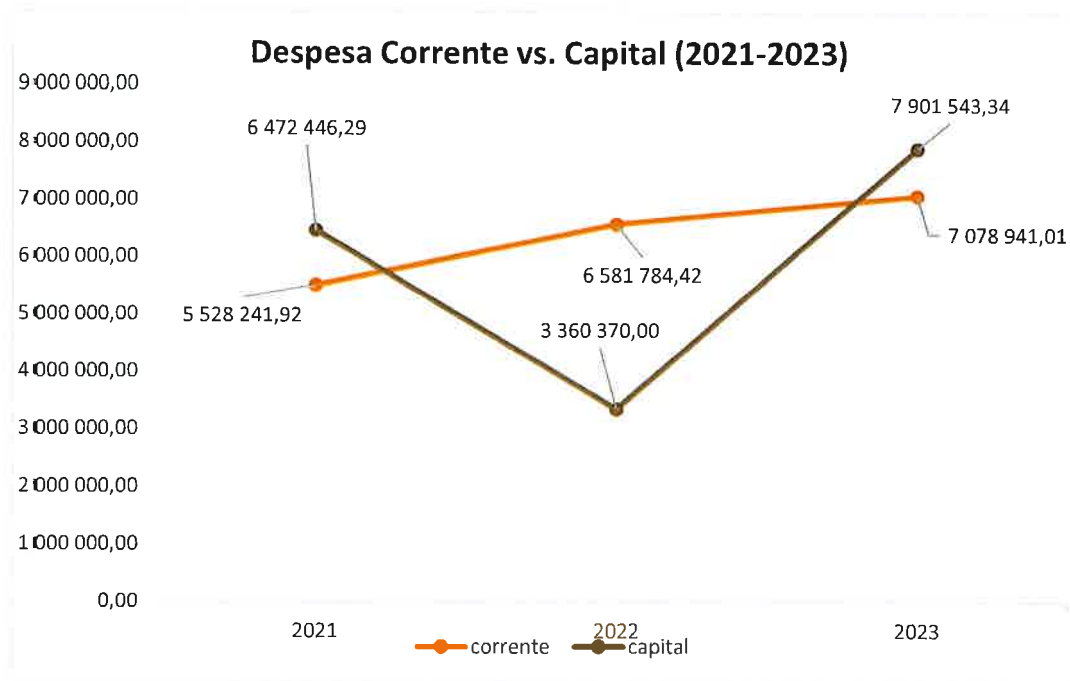


FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL VS. CORRENTES 2021-2023

No gráfico anterior (**figura n.º 4**), verifica-se que ao longo dos últimos três anos, o total das “despesas correntes” tem tido um comportamento crescente, sendo que no último ano perfizeram um total de 7.078.941,01€, que correspondeu a um acréscimo na ordem dos 7,55% relativamente ao ano anterior.

Quanto às “despesas de capital” a evolução sofreu uma variação positiva em relação ao ano transacto. Ao observar o gráfico, verifica-se um aumento em 2023 face a 2022, na ordem dos 4.541.173,34€. Este diferencial entre 2022/2023, deve-se essencialmente a investimentos realizados pelo município em grandes obras no decorrer do ano de 2023.

3.1.2 COMPOSIÇÃO DA DESPESA

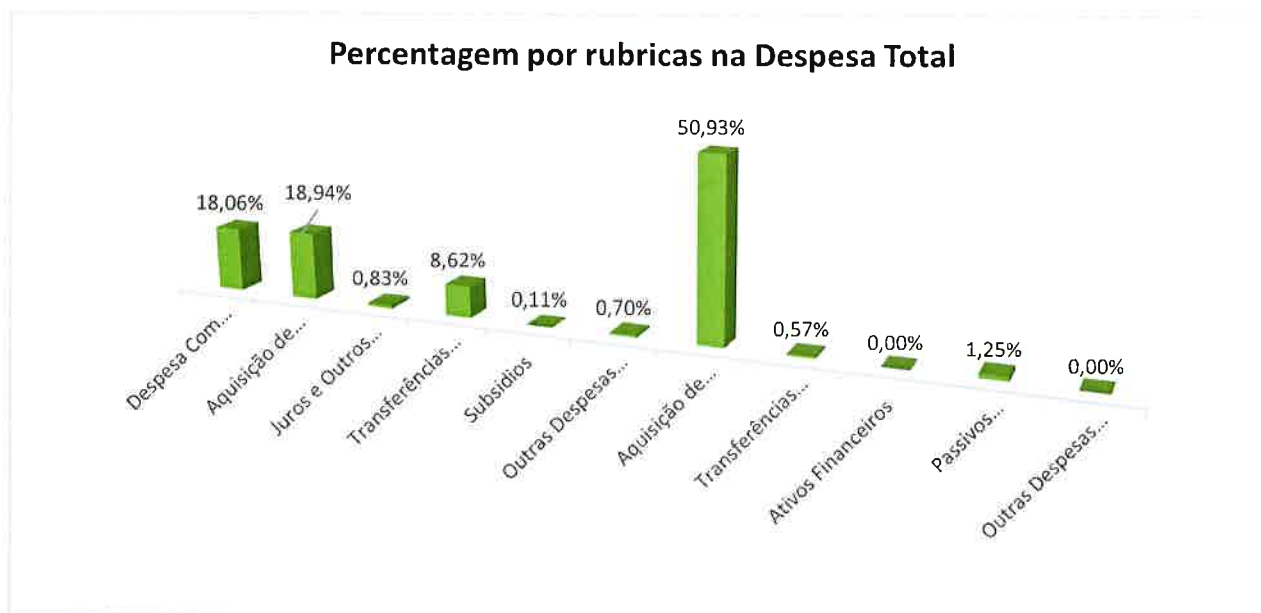


FIGURA 5 - DESPESA EXECUTADA POR RUBRICA NO TOTAL DA DESPESA 2023 (EM %)

Como se pode observar (**Tabela n.º 4**), o montante despendido em despesa de capital ou de investimento totaliza aproximadamente 52,75% da despesa total, enquanto as despesas correntes perfazem cerca de 47,25% da despesa total, deste modo, constatamos que em 2023, são as despesas capital que têm maior peso sobre o total da despesa do município.

Observando a **figura n.º 5** e a **tabela n.º 4**, podemos concluir o seguinte, relativamente à despesa executada do município:

- A rubrica com maior expressão no total das despesas correntes é a rubrica “D2 – Aquisição de Bens e Serviços” que corresponde a 18,94% do total da despesa;
- No que respeita a despesas de capital, a rubrica de “D7 – Aquisição de Bens de Capital” ocupa um lugar de relevo a nível global, correspondendo a 50,93% do total da despesa paga.

3.1.3 EVOLUÇÃO DA DESPESA

Como se pode observar no gráfico seguinte (**figura n.º 6**), e como já referido anteriormente, a rubrica com maior expressão no total da despesa corrente, em 2023, foi decididamente “Aquisição de Bens e Serviços”, seguindo-se a rubrica de “Despesa com Pessoal”, justificada pela contratação de colaboradores no decorrer do ano e pela atualização de remunerações fruto da inflação.

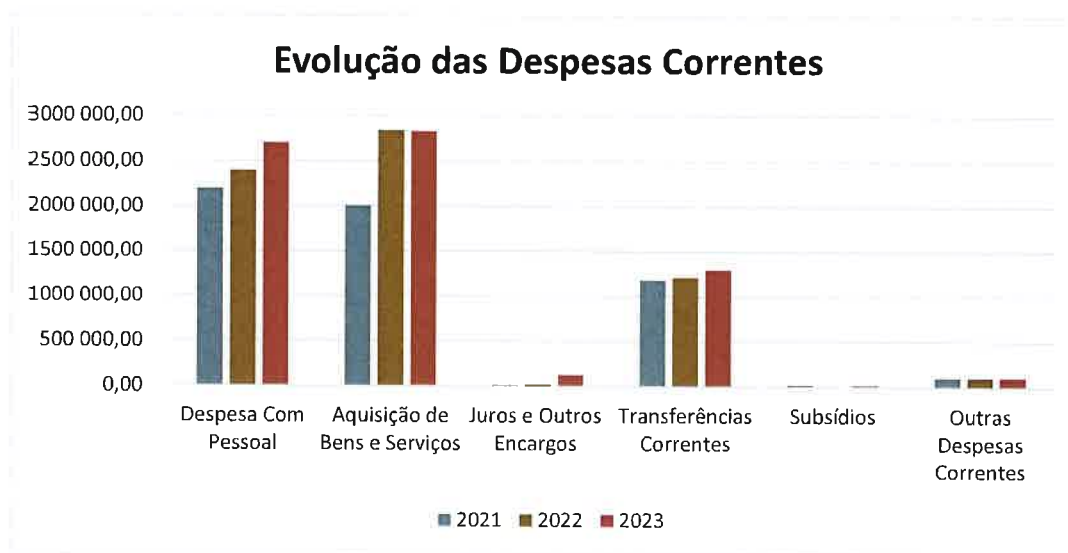


FIGURA 6 - TOTAL DA DESPESA CORRENTE EXECUTADA ENTRE 2021-2023

Verificamos que no geral, não houve grande discrepância entre a rubricas da despesa entre 2021 a 2023, onde se observa uma pequena tendência crescente, à exceção da rubrica “Despesas com Pessoal” com uma variação positiva no valor de 308.252,88€. Esta variação é justificada pelo aumento salarial, as progressões na carreira e a valorizações remuneratórias decorridas no ano de 2023. A despesa com rubrica “Aquisição de Bens e Serviços” é decrementada no ano 2023, no montante de 9.063,54€.

Ainda no que concerne às despesas correntes, há a salientar o aumento das “transferências correntes”. No ano de 2023, esta rubrica ascende o montante de 1.291.225,72€, contabilizando o montante transferido para as juntas de freguesia ; as transferências para “Instituições sem fins lucrativos” (ver ponto 2.8 deste relatório); e as transferências a “Famílias”.



Relatório de Gestão Financeira

Concluimos que no ano de 2023, a rubrica de transferência correntes aumentou em cerca de 81.197,63€ em relação ano anterior, mais 6,71% do que em 2022, reforçando o empenho desta autarquia no apoio às famílias e instituições sem fins lucrativos.

Ainda, no que confere aos apoios atribuídos, verificamos um grande apoio às famílias através da atribuição de materiais escolares (totalizando o montante de 26.120,00€), da participação com creches e jardins de infância (75.796,54€ gastos em 2023), do cartão de idoso (participação nas despesas totalizaram o montante de 25.675,00€) e da recuperação de habitações degradadas (no montante de 44.407,37€ em 2023), conforme podemos observar na **tabela n.º 5**.

Transferências concedidas	2022	2023
Protocolos Juntas de freguesia	100 000,00	124 999,00
Protocolos IPSS e Associativismo	250 000,00	262 500,00
Protoloco Bombeiros	180 000,00	216 138,30
Apoio ao Emprego	152 878,00	102 327,66
Bolsas de Estudo	176 280,00	188 320,00
Apoio às Creches e Jardins de Infância	75 869,00	75 796,54
Manuais escolares	73 458,00	2 511,50
Materiais escolares	29 800,00	26 120,00
Cartão de Idoso	25 675,00	24 104,32
Recuperação e Beneficiação de Habitações Degradadas	51 333,00	44 407,37
Outros apoios atribuídos	94 734,79	252 769,86
TOTAL	1 210 366,39	1 319 994,25

TABELA 5 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS 2022-2023

O Gráfico seguinte (**figura n.º 7**) apresenta a composição da despesa de capital entre 2021 e 2023.

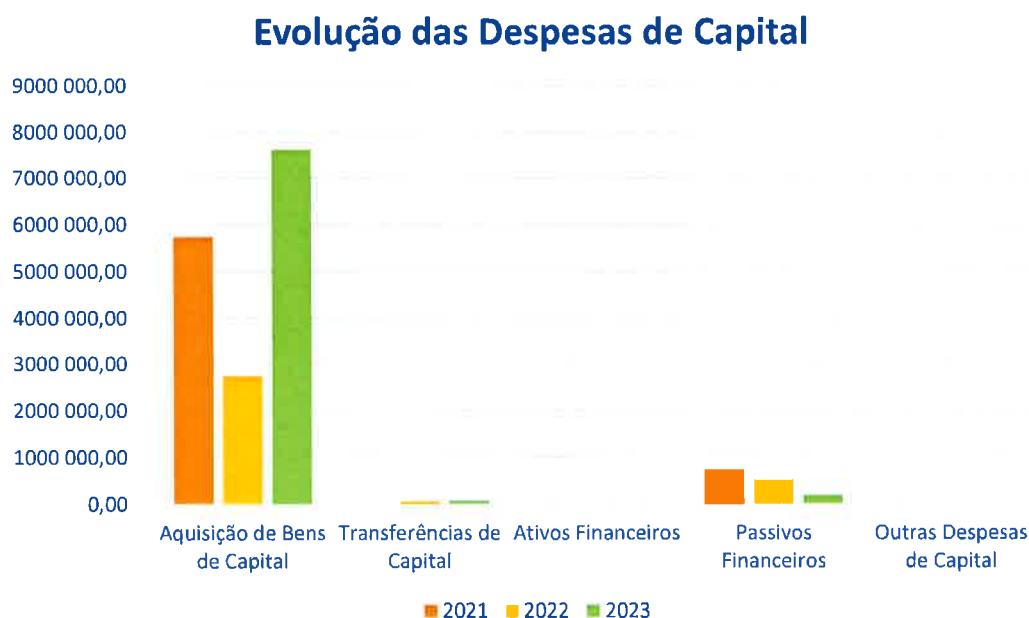


FIGURA 7 - TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL EXECUTADAS ENTRE 2021-2023

Em relação às despesas de capital, aquela rubrica com maior variação foi a de aquisição de bens de capital, tendo verificado em 2023, o montante de 7.629.314,84€, com uma variação de 4.881.228,72€ face a 2022. Este diferencial entre 2022/2023, deve-se essencialmente ao investimento em grandes obras no ano 2023 através do procedimento de contratação pública para a empreitada de “Regeneração Urbana da Vila da Ribeira Brava – Zona compreendida entre a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e o Pavilhão da Ribeira Brava”.

Ainda no que concerne às despesas de capital, ao observar o quadro anterior (**figura n.º 7**), verifica-se uma alteração em relação ao ano de 2022 na rubrica D8 e económica de Investimento (8), transferências de capital, no montante de 85.359,94€. Esta variação na despesa deve-se essencialmente ao protocolo assinado, no ano 2022, entre a autarquia e as juntas de freguesia do concelho com apoio orçamentado no valor de 100.000,00€, para investimento em obras.



FIGURA 8 - DETALHE DOS INVESTIMENTOS ENTRE 2021 E 2023

No que se refere na **figura n.º 8**, na rubrica orçamental 0701 de Investimento, verificou-se no último ano um aumento, alterando a dinamização e desenvolvimento das infraestruturas do nosso município.

Há ainda a salientar que a rubrica “D10, económica 10 - passivos financeiros” sofreu uma diminuição entre o ano 2022 e 2023. O valor nesta rubrica, refere-se ao pagamento da amortização do capital dos empréstimos de médio e longo prazo.

No ano 2023 observa-se que o valor das despesas com o passivo, em relação aos últimos anos, teve um decréscimo na ordem dos 336.893,08€ justificado pela liquidação empréstimos contraídos. Neste sentido, o valor gasto em pagamento do empréstimo no ano de 2023, foi de 186.868,56€.



FIGURA 9 – DETALHE DO VALOR DOS EMPRÉSTIMOS ENTRE 2021 E 2023

◊ valor gasto com “juros e outros encargos” teve um acréscimo no último ano, tendo aumentado para o valor de 123.405,15€ em 2023. Este aumento ficou a dever-se à contração de novos empréstimos para investimentos e ao aumento dos juros no decorrer de 2022, influenciado pelo início da guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022.

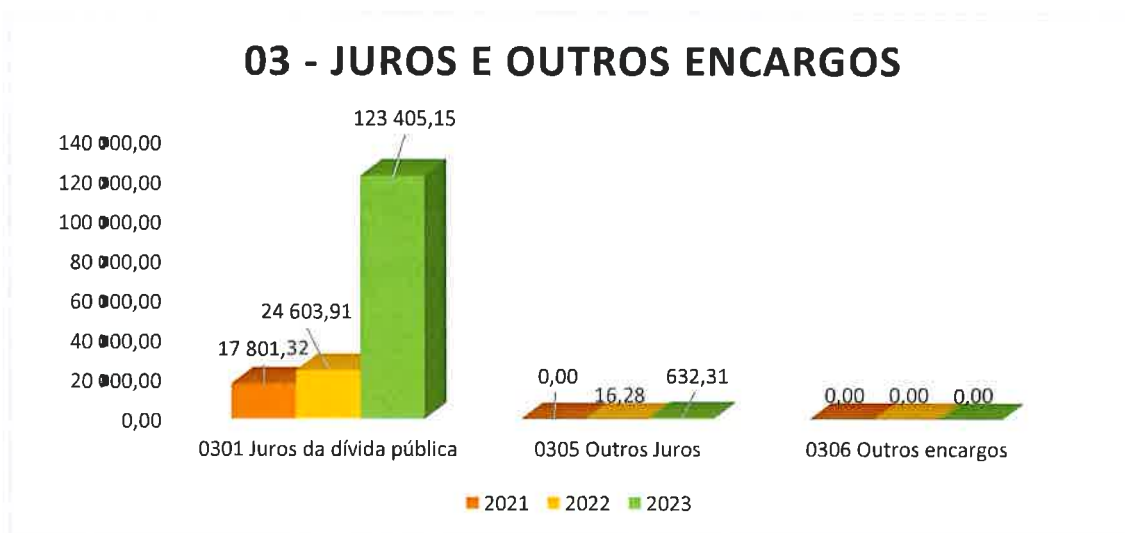


FIGURA 10 - DETALHE DOS JUROS E OUTROS ENCARGOS

3.1.4 ORÇAMENTADO VS. EXECUTADO

Em relação aos valores executados do total da despesa em comparação com os valores orçamentados, conforme o quadro seguinte, verificamos que em todos os anos existem discrepâncias. O grau de execução nos anos 2021, 2022 e 2023 foi de: 84,74%, 81,42% e 81,87%, respectivamente, conforme **tabela n.º 10**.

Despesa Total	2021	2022	2023
Executado	12.000.688,21	9.942.154,42	14.980.484,35
Orçamentado	14.161.727,63	12.211.039,74	18.298.299,06

Despesa Total Executada	2021	2022	2023
Despesa Corrente	5.528.241,92	6.581.784,42	7.078.941,01
Despesa de Capital	6.472.446,29	3.360.370,00	7.901.543,34
total	12.000.688,21	9.942.154,42	14.980.484,35
% de execução	84,74%	81,42%	81,87%

Ano 2023

Executado Vs. Orçamentado	Orçamentado	Executado
Despesas Correntes	7.905.260,00	7.079.941,01
Despesas Capital	10.393.039,06	7.901.543,34
	18.298.299,06	14.980.484,35

TABELA 6 – DETALHE DAS DESPESAS TOTAIS EXECUTADO VS. ORÇAMENTADO

Tal como se pode verificar na **tabela n.º 3** e **figura n.º 9**:

- O valor orçamentado para as despesas correntes em 2023 foi estimado/orçamentado em 7.905.260,00€ e o executado ficou-se nos 7.078.941,01€, que corresponde a um grau de execução de 89,55%.

- Podemos ainda verificar que em relação às despesas de capital, o valor de execução foi de 7.901.543,34€ e o valor estimado era de 10.393.039,06€ (corresponde a um grau de execução de 76,03%).



FIGURA 11 - GRAU DE EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL

No que concerne às despesas totais, a percentagem do valor executado face ao orçamentado é de 81,87%, sendo que o valor orçamentado foi condicionado pelas exigências previstas na proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2023, bem como pela Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, lei das Finanças Locais que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Inter Municipais.

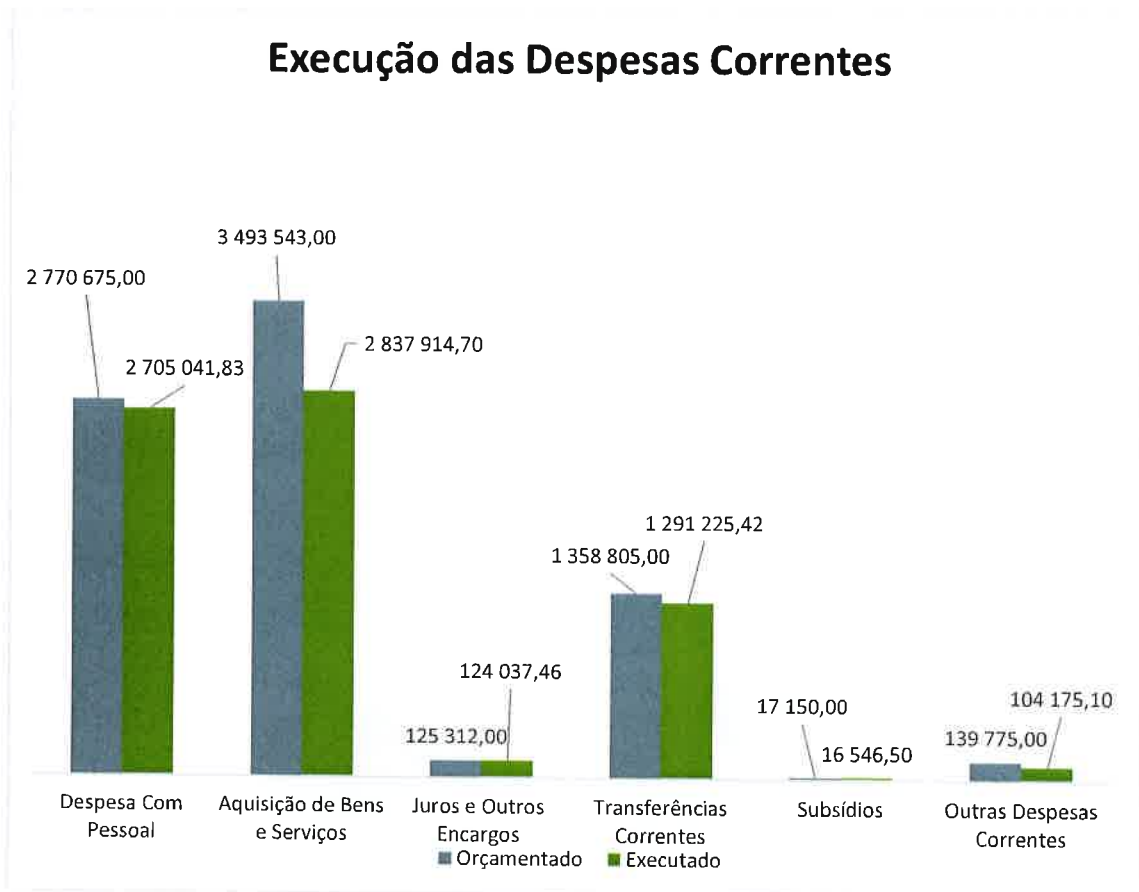


FIGURA 12 - GRAU DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

Se analisarmos o **figura n.º 12** da execução da despesa, verificamos que, em todas as rubricas existem pequenos desvios entre os montantes orçamentados e os executados.

Note-se que a maior discrepância a nível percentual existente entre o valor orçamentado e o executado diz respeito a rubrica “juros e outros encargos” devido à dotação da despesa para o novo empréstimo contraído para a operação “Regeneração Urbana da Vila da Ribeira Brava – Zona compreendida entre a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e o Pavilhão da Ribeira Brava”.

Salientamos para o facto, de que, ao longo dos anos, os desvios verificados entre o orçamentado e os montantes executados, serem reduzidos, fruto de orçamentos rigorosos e realistas.

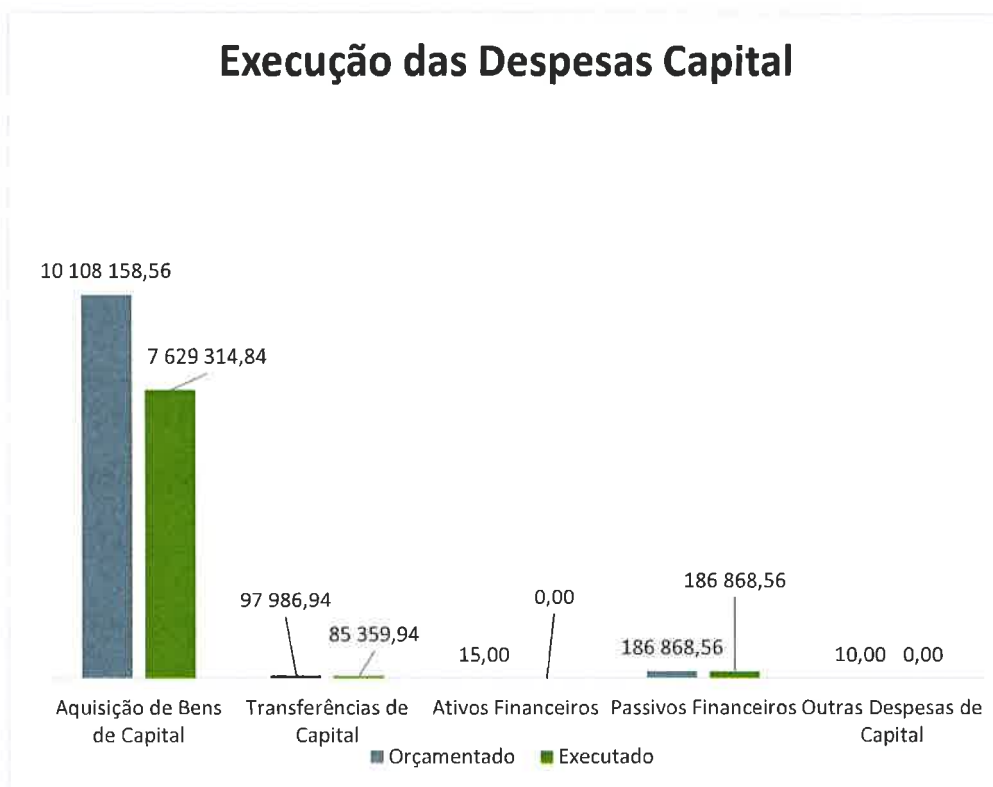


FIGURA 13 - GRAU DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL

Os dados referenciados na **figura n.º 13**, comparam o grau de execução das despesas de capital, sendo notório que as previsões exibidas foram de certo modo superiores aos valores efetivamente executados na aquisição de bens de capital.

No entanto, esse desvio justifica-se através de dotações cabimentadas e ainda por executar em procedimentos concursais em curso. Nesta rubrica de “aquisição de bens de capitais” verificamos taxa de execução de aproximadamente 75,5%.

3.1.5 INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de gestão, também designados por rácios económicos permitem analisar os principais aspetos do desempenho da entidade, nomeadamente;

- A evolução da atividade;
- A eficiência da gestão;
- O equilíbrio liquidez versus exigibilidade.

Indicadores Estrutura Despesa	2021	2022	2023
Despesa com Pessoal / Despesa Total	0,21	0,28	0,18
Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Despesa Paga	0,19	0,33	0,19
Serviço da Dívida (juros+amortização) / Despesa Paga	0,07	0,06	0,02
Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total	0,54	0,32	0,51

TABELA 7 - INDICADORES ESTRUTURA DESPESA (FONTE: GABINETE FINANCEIRO 2023)

Relativamente à **tabela n.º 7**, referente aos indicadores da estrutura da despesa podemos concluir o seguinte:

- **Rácio Despesa com Pessoal / Despesa Total** mede o peso da despesa com pessoal na despesa total. Este indicador atingiu 28% em 2022, face aos 18% verificados em 2023.
- **Rácio Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Despesa Paga** mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total paga. Este rácio em 2023 atingiu os 19%.
- **Rácio Serviço da Dívida / Despesa Paga** mede o peso da despesa com os gastos financeiros nomeadamente com juros e amortizações decorrentes de empréstimos bancários contraídos no total da despesa. Do montante total da despesa paga pelo município durante o ano de 2023, 2% foi para o pagamento de juros e amortizações do empréstimo bancário, sofrendo um decréscimo relativamente aos últimos dois anos.
- **Rácio Aquisição Bens Capital / Despesa Total** mede o peso da despesa com bens de capital ou investimento na despesa total do Município. Do total da despesa efetuada, 51% diz respeito a gastos com bens de Investimento. Este rácio sofreu uma alteração de 19% em relação ao ano anterior.

3.2 EXECUÇÃO E ESTRUTURA ORÇAMENTAL DA RECEITA

3.2.1 EXECUÇÃO DA RECEITA

No que concerne a receita arrecadada, o Município obteve um aumento no montante de 5.180.638,58€, um incremento de 49,84%, comparativamente ao exercício de 2022.

Rubrica	Receita Corrente		Orçamentado	Executado	%Execução	% Global
R1	C1	Impostos Diretos	1 992 508,00	2 108 720,25	105,83%	13,54%
R1	C2	Impostos Indiretos	5,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	C4	Taxas, Multas e Outras Penalidades	691 602,00	907 282,53	131,19%	5,83%
R4	C5	Rendimentos de Propriedade	16 297,00	3 256,32	19,98%	0,02%
R5	C6	Transferências Correntes	6 166 887,00	6 065 277,42	98,35%	38,94%
R6	C7	Venda de bens e serviços correntes	2 400 558,00	556 609,61	23,19%	3,57%
R7	C8	Outras Receitas Correntes	8 101,00	267,43	3,30%	0,00%
Total Receitas Correntes			11 275 958,00	9 641 413,56	85,50%	61,90%
Rubrica	Receitas de Capital		Orçamentado	Executado	%Execução	%Global
R8	C9	Vendas de bens de Investimento	4,00	0,00	0,00%	0,00%
R9	10	Transferências de Capital	3 381 040,00	2 953 847,08	87,37%	18,97%
R12	11	Ativos Financeiros	1,00	0,00	0,00%	0,00%
R13	12	Passivos Financeiros	2 980 570,00	2 977 863,43	99,91%	19,12%
Total Receitas de Capital			6 361 615,00	5 931 710,51	93,24%	38,08%
Rubrica	Outras Receitas		Orçamentado	Executado	%Execução	%Global



Relatório de Gestão Financeira

R11	14	Recursos Próprios	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R14	15	Reposição não abatida aos pagamentos	2 350,00	1 865,91	79,40%	0,01%
Total de outras Receitas			2 350,00	1 865,91	79,40%	0,01%
Total Geral - Receita			17 639 923,00	15 574 989,98	88,29%	100,0%

TABELA 8 – EXECUÇÃO DA RECEITA DO EXERCÍCIO

Tal como se pode verificar no quadro anterior (**tabela n.º 8 e na figura n.º 14**), relativo à execução da Receita, em 2023:

- A receita efetiva total do município no final do exercício de 2023 foi no montante de 15.574.989,98€, sendo que o grau de execução da receita foi de 88,29%, ou seja, a receita executada foi menor à orçamentada.
- Denota-se que a rubrica com maior execução orçamental foi os “impostos diretos” e as “taxas, multas e outras penalidades” cujo montante efetivamente recebido corresponde a 2.108.720,25€ e 907.282,53€, respetivamente, atingindo um grau de execução superior aos 100%.
- As rubricas que mais contribui para as receitas do município são: as transferências correntes (38,94% da receita total); as transferências de capital (18,97% da receita total) e os Passivos Financeiros (19,12% da receita total).

EXECUÇÃO DA RECEITA 2023(%)

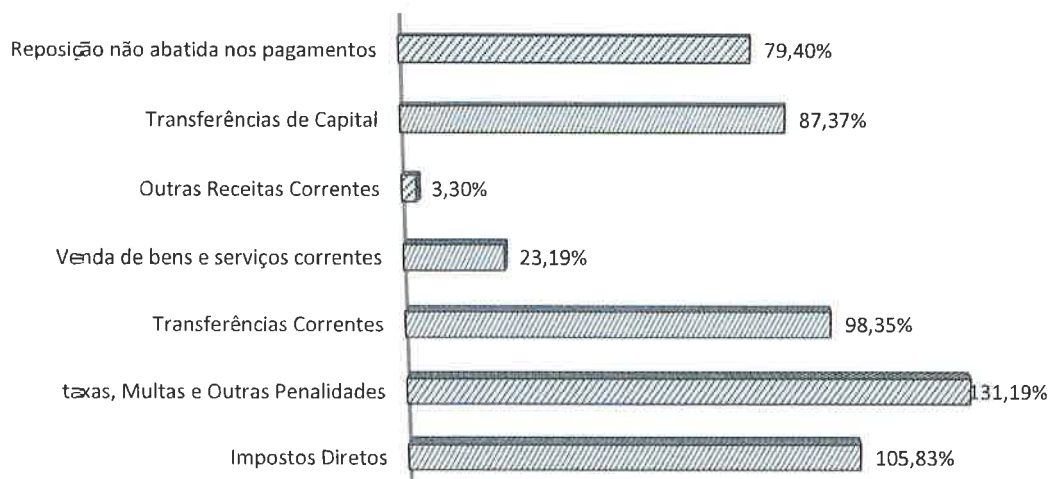


FIGURA 14 - GRAU DE EXECUÇÃO DA RECEITA (EM %)

- O grau de execução da receita total foi ligeiramente superior em 2023, situando-se nos 88,29%, face aos 86,58% verificados em 2022. Este acréscimo nos últimos anos, está aliado ao rigor da orçamentação, tornando as nossas taxas de execução cada vez maiores.
- Podemos observar que as componentes que obtiveram maior grau de execução no ano de 2023 foram as taxas, multas e outras penalidades com 131,19%, como já referido anteriormente; impostos diretos com 105,83%; passivos financeiros com 99,91%; e as transferências correntes com 94,32%.
- As reposições não abatidas nos pagamentos tiveram um grau de execução na ordem dos 79,40%.

Considerando a figura seguinte (**figura n.º 15**), relativo à execução da Receita Total no 2023:

- Denota-se que as receitas correntes são efetivamente as que sobressaem, com um valor que corresponde a 9.641.413,56€ no ano de 2023;
- Verifica-se que a receita corrente aumentou em cerca de 143.682,71€ entre 2022 e 2023, correspondendo a um aumento de 1,51%;
- O valor das receitas de capital em 2023 foi de 5.931.710,51€, observando-se um aumento acentuado em relação a 2022.
- Outra rubrica com impacto reduzido é as outras receitas, que correspondeu a um montante de 1.865,91€, menos 2.210,21€ comparativamente ao ano 2022;

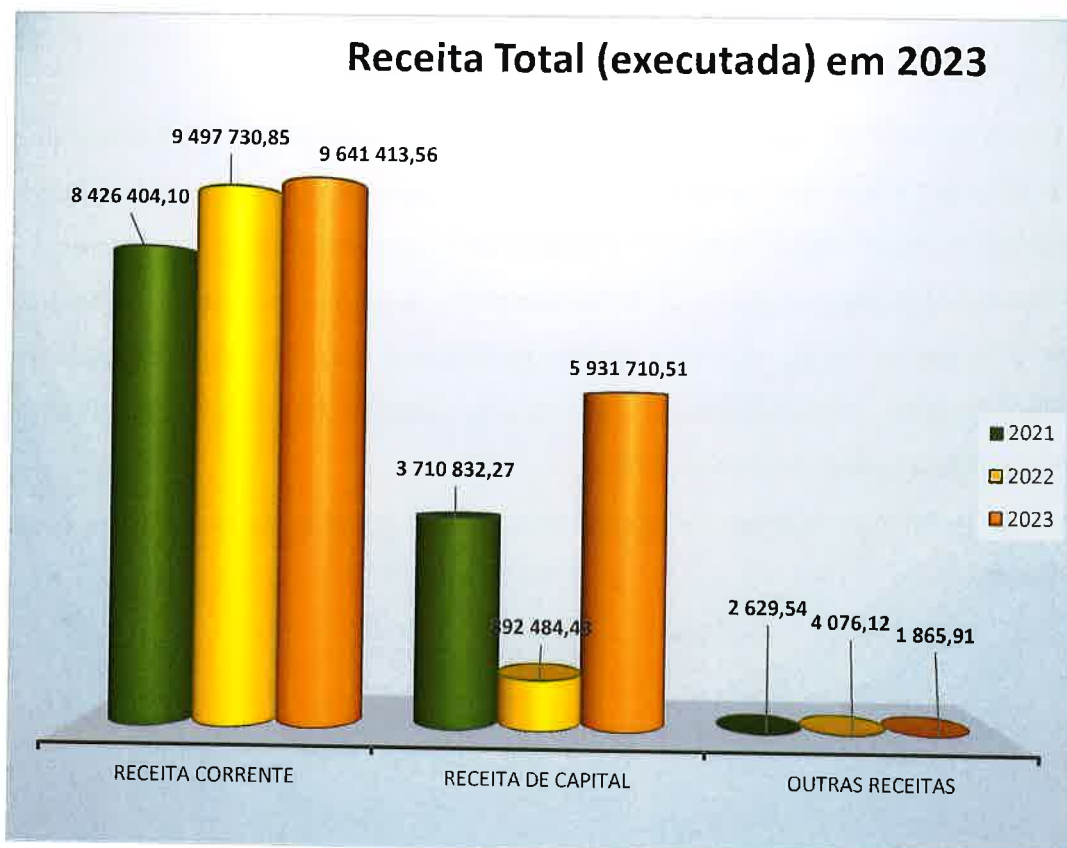


FIGURA 15 - RECEITA TOTAL EXECUTADA (ANO 2023)

3.2.2 COMPOSIÇÃO DA RECEITA

A receita é composta por receitas correntes, de capital e outras receitas. Quanto às receitas correntes as componentes mais importantes são as transferências correntes com 38,94% do total da receita e os impostos diretos (IUC, IMT e IMI) onde o município arrecada 13,54% do total da mesma.

Impostos diretos e indiretos 2023 (%)

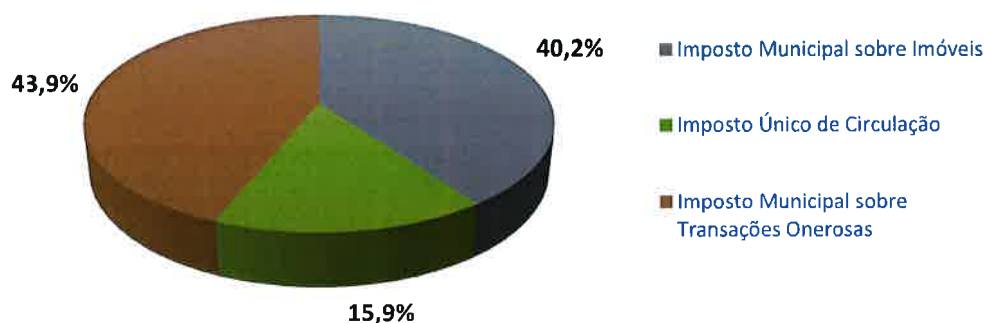


FIGURA 16 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA – IMPOSTOS DIRETOS E INDIRETOS

Tal como observamos na **tabela n.º 8** e na **figura n.º 16**:

- Os impostos diretos totalizaram uma arrecadação de 2.108.720,25€, e são compostos: pelo Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), pelo Imposto Único de Circulação (IUC) e pelo Imposto Municipal sobre Transações Onerosas (IMT).
- No ano de 2023, as receitas de IMI foram no montante de 847.518,17€ e corresponderam 40,2% do total dos impostos cobrados.
- Quanto ao IUC, arrecadamos no ano de 2023 o valor de 335.375,19€ que correspondeu a 15,9% do total de impostos cobrados;
- Em relação ao IMT, o valor recebido em 2023 totalizou o montante de 925.826,89€, e corresponde a 43,9% dos impostos arrecadados, sendo assim a rubrica com maior impacto para o município.



FIGURA 17 - ESTRUTURA DA RECEITA 2022

Se observarmos a **figura n.º 17**, constata-se que o Município não é autossustentável, ou seja, é fortemente dependente do exterior, nomeadamente das transferências do Orçamento de Estado (Administração Central).

Da receita total do município, 54,70% dizem respeito a verba atribuída pelo orçamento de Estado de 2023, tendo o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) um grande peso nessas verbas e 28,46% provêm das receitas próprias.

As receitas próprias arrecadadas pelo município perfazem o montante de 3.575.868,71€ em 2023, verificando um aumento de 46.287,44€ face a 2022.

No que respeita aos subsídios ao investimento estes atingem o montante de 2.115.892,08€, tendo um peso de 16,84% nas receitas do município.

3.2.3 EVOLUÇÃO DA RECEITA

O gráfico que se segue (**figura n.º 18**) equipara os valores obtidos entre 2021 e 2023, nomeadamente no que concerne as Receitas Próprias, Administração Central, e Subsídios ao Investimento.

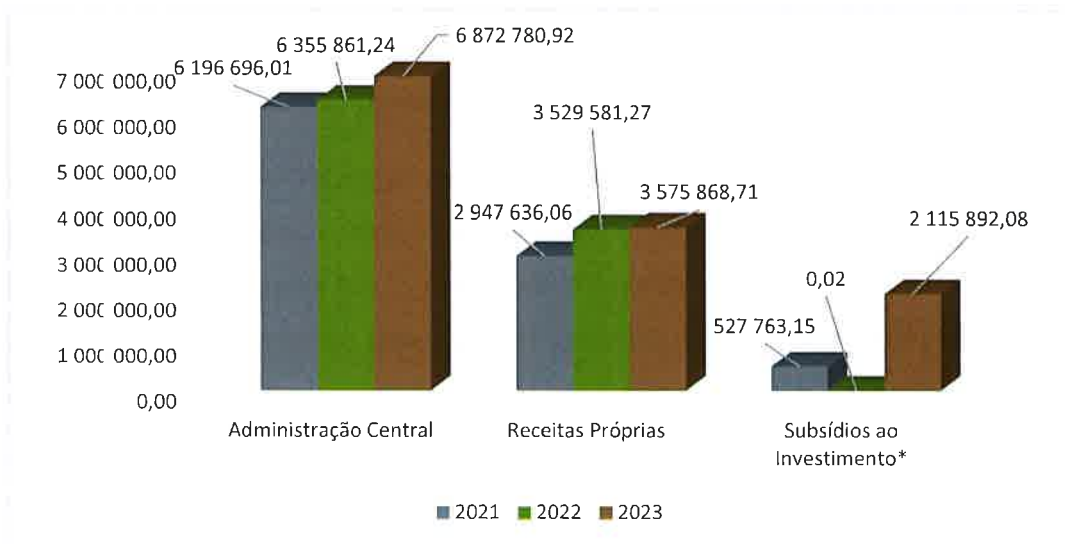


FIGURA 18 - ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS 2021-2023

(*MADEIRA 14-20 (IDR));** EXCLUINDO OS RECEBIMENTOS DA CPCJ)

Podemos observar que as transferências da Administração Central têm crescido ligeiramente nos últimos 3 anos, sendo que representou um aumento de aproximadamente 8,1%, entre 2022 e 2023.

Quanto às receitas próprias houve um acréscimo no valor de aproximadamente de 46.287,44€ entre 2022-2023, conforme podemos observar com mais detalhe na **tabela n.º 9**.

Descrição	2021	2022	2023
Impostos diretos	1 804 541,09	2 299 473,85	2 108 720,25
Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	677 477,28	707 013,07	907 282,53
Rendimentos de propriedade	0,00	6 650,32	3 256,32



Relatório de Gestão Financeira

Vendas de bens e serviços correntes	465 617,69	516 444,03	556 609,61
Total de receita própria	2 947 636,06	3 529 581,27	3 575 868,71

TABELA 9 - RECEITAS PRÓPRIAS (EXCLUINDO RECEBIMENTOS DA CPCJ)

Se observarmos a **tabela n.º 9**, podemos verificar que o valor das receitas próprias aumentou entre 2022 e 2023, em cerca de 46.287,44€, que correspondeu a um aumento na ordem dos 1,3%.

É de salientar que em 2023, o valor arrecadado na cobrança de Impostos Diretos diminuiu no montante dos 190.753,60€, particularmente, em sequência da redução da cobrança de IMT (Imposto Municipal sobre Transações Onerosas), que decresceu entre 2022 e 2023 cerca de 245.219,44€. No que toca ao IUC (Imposto Único de Circulação) verificou-se uma subida no valor de 27.048,38€. Por outro lado, no caso do IMI, o valor arrecado aumentou de 27.417,46€ quando comparado ao ano anterior.

Em 2016 foi introduzido um benefício fiscal, o IMI Familiar (artigo 112-A do Decreto-Lei n.º 287/2003 (Código do IMI), de 12 de novembro, que veio dar uma ajuda no equilíbrio do orçamento das famílias com filhos a cargo, deduzindo um valor fixo ao montante do imposto a pagar. Cada município define, a cada ano, os seus critérios específicos, cabendo-lhe atribuir ou não esta vantagem fiscal às famílias. Esta medida é aprovada anualmente e em 2022 a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi novamente aprovada em Assembleia Municipal onde se decidiu manter a taxa IMI em função do número de dependentes, conforme o disposto no CIMI, 20,00€ para famílias com um filho/ dependente, 40,00€ para famílias com dois filhos/dependentes, e 70,00€ para as famílias com três ou mais filhos, sendo que esta medida refletiu-se no valor cobrado em 2023.

Relativamente aos impostos indiretos, em 2023, não foi executado o valor referente aos direitos de passagem, uma vez que houve alteração na classificação através de nota técnica emitida pela DGAL, que passou duma económica 02- impostos indiretos, para uma económica 04-taxas, multas e outras penalidades, referentes à empresa de eletricidade da madeira.



FIGURA 19 - RECEITAS PRÓPRIAS 2023

Conforme a **figura n.º 19**, podemos observar o seguinte:

- A componente que mais contribui para as receitas próprias são os impostos diretos (58,97%), contrariamente, quem contribui menos para as receitas próprias são os rendimentos de propriedade (0,09%).
- A venda de bens e serviços ascedeu o montante de 556.609,61€, representando 15,57% das receitas próprias. Um aumento de cerca de 40.165,58€ em relação ao ano transato.
- No que respeita às taxas, multas e penalidades a autarquia arrecadou o montante de 907.282,53€ no ano 2023. Esta componente tem sofrido alterações crescentes nos últimos 2 anos, sendo que em 2021 ascedeu ao montante de 677.477,28€ e em 2022 o valor de 707.013,07€, mais 200.269,46€ comparativamente ao ano 2023.



Relatório de Gestão Financeira

3.2.5 INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de gestão relativo à receita permitem analisar os principais aspetos do desempenho da receita do município.

Indicadores Grau de Cobertura - Receita/Despesa	2021	2022	2023
Receitas Próprias / Despesa Total	0,25	0,36	0,24
Receita Corrente / Despesa Corrente	1,52	1,44	1,36
Receita de Capital / Despesa Capital	0,57	0,27	0,75

TABELA 10 - INDICADORES GRAU DE COBERTURA – RECEITAS E DESPESAS

Relativamente à **tabela n.º 10**, referente aos indicadores da estrutura da receita Vs. despesa pode concluir o seguinte:

- O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RP/DT)** mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias, controladas diretamente pela autarquia. Ou seja, do total da despesa do Município, apenas 36% é compensado através de receitas próprias.

Significa que, o Município esta fortemente dependente de outras entidades externas, nomeadamente Estado, através das verbas atribuídas pelo Orçamento Estado, tal como já referido anteriormente.

- O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RC/DC)** mede a capacidade de as receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas. Como o rácio é de 1,36, isso significa que as receitas correntes cobradas pelo Município são suficientes para cobrirem todas as despesas correntes pagas.
- O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RC/DC)** mede a capacidade de as receitas de capital cobrirem as despesas de capital. Sendo que as mesmas, cobrem 75% das despesas de capital pagas em 2023.

Indicadores Estrutura Receita	2021	2022	2023
Recitas Próprias / Receita Total	0,24	0,34	0,23
Impostos Diretos / Receita Total	0,15	0,22	0,14
Venda de Bens e Prestação de Serviços / Receita Total	0,04	0,05	0,04

TABELA 11 – INDICADORES ESTRUTURA DE RECEITA

Em relação à **tabela n.º 15**, concluímos o seguinte:

- O rácio **Estrutura Receita (RP/RT)** mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas. Em 2023 apenas 23% das receitas totais, são receitas próprias que não dependem de terceiros. Ou seja, o Município está fortemente dependente face a receitas provenientes de terceiros (nomeadamente do OE).
- O rácio **Estrutura Receita (ID/RT)** mede o peso das receitas provenientes de impostos diretos nas receitas totais. No último ano, este rácio diminuiu para 14%.
- O rácio **Estrutura Receita (VB e PS/RT)** mede o peso da receita proveniente da venda de bens e da prestação de serviços na receita total. Verificamos que nos últimos três anos, este rácio tem tido uma conduta ligeiramente variável, diminuindo 1% de 2022 para 2023.

3.2.6 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro define a regra do equilíbrio orçamental. Esta regra estabelece que, para além das receitas terem de cobrir todas as despesas, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No entanto no apuramento do equilíbrio deve ser excluído o efeito da aplicação do saldo de gerência, mediante o n.º 5 do artigo 40.º da Lei 73/2013.

As amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo do Município da Ribeira Brava ascendem a 186.868,56€, o que significa que a receita corrente do município deve ser, pelo menos superior a despesas corrente, naquele montante.



Relatório de Gestão Financeira

Descrição	2023
Receita Corrente	9 641 416,56
Despesa Corrente	7 078 941,01
Amortizações médias empréstimos MLP	186 868,56
Poupança Corrente	2 375 606,99

TABELA 12 - EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O valor da média dos empréstimos MLP corresponde ao valor que consta no mapa da execução da despesa, mas precisamente na classificação orçamental “10 - passivos financeiros”, conforme mapa de execução da despesa, SNC-AP.

Conforme a **tabela n.º 12**, os valores das despesas correntes adicionados às amortizações médias do MLP totalizam o valor de 7.265.809,57€, são inferiores ao valor da receita corrente que totalizou o valor de 9.641.416,56€, dando uma margem de 2.375.606,99€.

3.3 ANÁLISE PATRIMONIAL

3.3.1 BALANÇO

Verifica-se que ao longo dos últimos dois anos, um aumento no Ativo Líquido do Município, em cerca de 2.963.790,23€, ou seja, mais 3,17% quando comparado com 2022. Este aumento deveu-se ao crescimento dos Ativos Fixos Tangíveis na ordem dos 2.449.766,63€.

Ativo não Corrente	Ano 2022	Ano 2023	Varição 2022/2023
Ativos Fixos Tangíveis	91 217 667,96	93 667 434,59	2 449 766,63
Ativos Intangíveis	17 190,74	9 546,83	-7 641,91
Participações Financeiras	327 916,50	327 914,50	0,00
Total ativo não corrente	91 562 775,20	94 004 897,92	2 442 122,72
Ativo Corrente	Ano 2022	Ano 2023	Varição 2022/2023
Estoques	42 949,51	18 260,20	-24 689,31
Devedores por transferência e subsídios não reembolsáveis	3 460,00	0,00	-3 460,00
Clientes, contribuintes e utentes	89 219,22	10 537,83	-78 681,39
Outras contas a receber	1 168 586,34	1 140 280,41	-28 305,93
Diferimentos	13 254,25	3 618,18	-9 636,07
Caixa e depósitos	658 829,00	1 325 269,21	666 440,21
Total ativo corrente	1 976 298,32	2 497 965,83	521 667,51
Ativo Total	93 539 073,52	96 502 863,75	2 963 790,23

TABELA 13 - BALANÇO (COMPONENTES DO ATIVO)

Se observarmos a **tabela n.º 13** e a **figura n.º 21**, a estrutura do Ativo Líquido não se alterou significativamente neste exercício como se tem vindo a verificar comparativamente a exercícios anteriores.

No que concerne ao **ativo não corrente**, a rubrica com maior peso é dos Ativos Fixos Tangíveis, essencialmente composta por bens de domínio público (*Reclassificação dos bens de domínio público em AFT, Reclassificação e Revisão da vida útil de Ativos Fixos Tangíveis e intangíveis*). Anteriormente esta rubrica estava separada dos “Imobilizados corpóreos” sendo que passou a integrar os AFT. No

ano de 2023, a mesma totalizou o valor de 93.667.434,59€, representando assim cerca de 97,06% do Ativo do Município. Relativamente ao Ativo Intangível, o montante em 2023 ascendeu a 9.546,83€.

Quanto ao **ativo corrente**, a rubrica com maior peso é a de “caixa e depósitos” que totaliza 0,70% do total do ativo e ascendeu ao montante de 1 325 269,21€ no ano de 2023. Outra rubrica com peso no ativo corrente é a conta “outras contas a receber” que está composta por especializações do exercício e correspondeu a 1.140.280,41€ em 2023, e tem um peso de 1,18% sobre o total do ativo.

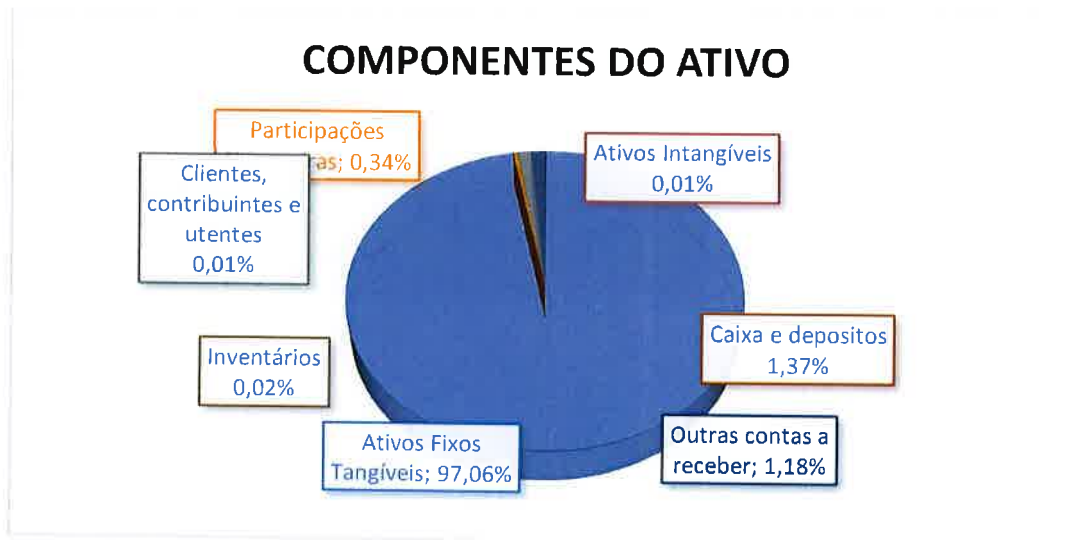


FIGURA 20 - TOTAL DO ATIVO (EM PORCENTAGEM)

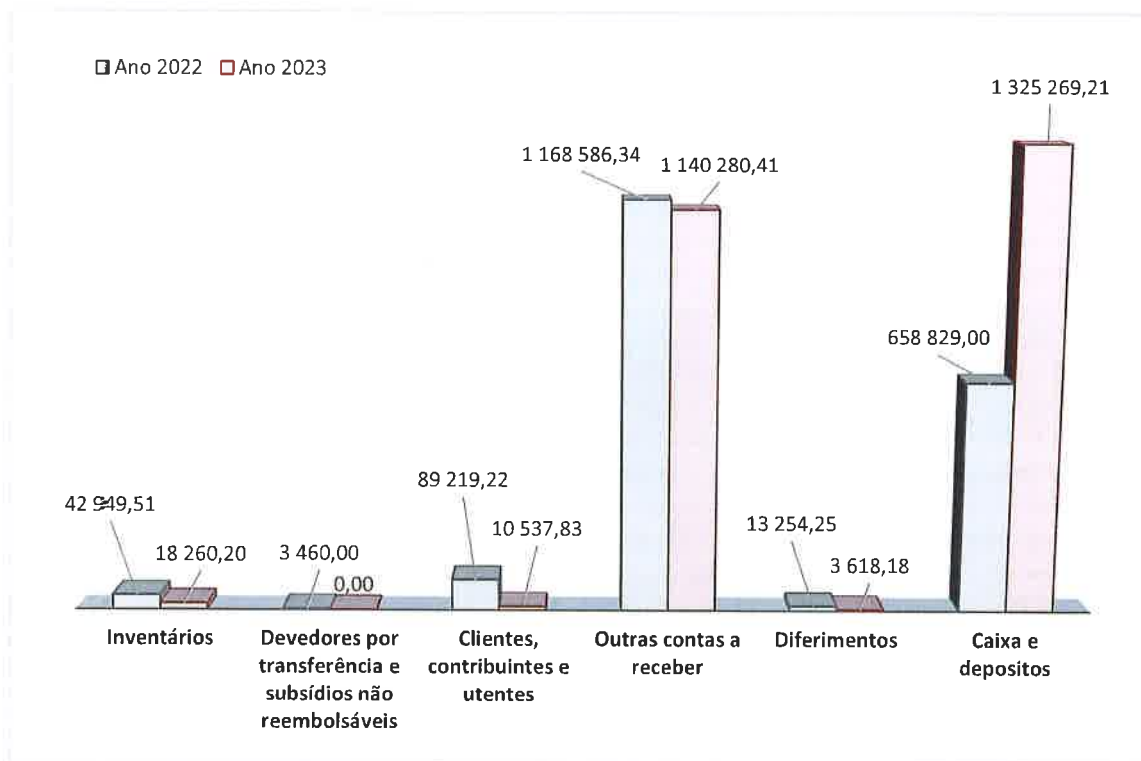


FIGURA 21 - ESTRUTURA DO ATIVO CORRENTE (EM EUROS)

Conforme a **figura n.º 21**, salientamos o seguinte:

- A caixa e depósitos, sofreu um aumento de cerca de 666.440,21€, relativamente a 2022, representando mais 101,16%.
- As Dívidas de clientes, contribuintes e utentes diminuíram em cerca de 78.681,39€ relativamente a 2022;
- Os inventários diminuíram 24.689,31€, representando 0,02% do total do ativo.

Passivo não Corrente	Ano 2022	Ano 2023	Varição 2022/2023
Provisões	0,00	78 124,18	78 124,18
Financiamentos obtidos	2 250 843,03	5 041 839,50	2 790 996,47
Diferimentos	866 401,07	2 971 029,43	2 104 628,36
Outras contas a pagar	88 215,95	159 983,60	71 767,65
Total passivo não corrente	3 205 460,05	8 250 976,71	4 967 392,48
Passivo Corrente	Ano 2022	Ano 2023	Varição 2022/2023
Estado e Outros Entes Públicos	48 640,37	45 964,39	-2 675,98
Financiamentos obtidos	186 869,76	186 868,16	-1,60
Fornecedores de investimentos	0,00	50 738,73	50 738,73
Outras contas a pagar	614 900,83	793 452,57	178 551,74
Diferimentos	50 716,16	52 014,63	1 298,47
Total passivo corrente	907 127,12	1 129 038,48	227 911,36
Passivo Total	4 106 587,17	9 380 015,19	5 273 428,02

TABELA 14 - BALANÇO (COMPONENTES DO PASSIVO)

No que respeita à Estrutura do Passivo, e segundo a **tabela n.º 14** e a **figura n.º 21**, no ano 2023, o mesmo totalizou o montante de 9.380.015,19€, mais 5.273.428,02€ do que no ano anterior.

O Total do **passivo não corrente** no ano de 2023 foi de 8.250.976,71€. Os financiamentos obtidos a MLP corresponderam a um aumento de 2.790.996,47€, e corresponderam a 5.041.839,50€ no final de 2023. Relativamente aos “Diferimentos” a MLP estes ascenderam a 2.971.029,43€ em 2023, e corresponde a “investimentos em curso” bem como a especializações do exercício”.

Em relação ao **passivo corrente**, este totalizou em 2023 o montante de 1.129.038,48€ e corresponde a 25,29% do total do passivo.

No que respeita à Estrutura do passivo a Curto Prazo (CP), salientamos o seguinte:

- No caso dos fornecedores (fornecedores c/c, fornecedores em receção e conferência) o município encerrou o ano sem dívidas a fornecedores à semelhança do ano 2022.
- Estado e Outros Entes Públicos totalizou o montante 45.964,39€ e representou uma diminuição em cerca de 5,50%, no montante de 2.675,98€ relativamente a 2022;
- Quanto aos empréstimos bancários exigíveis a CP, entre 2022 e 2023 manteve-se, totalizando um total de 186.868,16€;
- A conta “outras contas a pagar” ascenderam em 793.452,57€ em 2023, e dizem respeito a dívidas a outros credores, nomeadamente os Sindicatos, acordos de pagamento de CP, acréscimos de gastos e ao SEF.

As rubricas com maior impacto no passivo não corrente são: os financiamentos obtidos que corresponde a 53,75% do total do passivo, e os diferimentos que correspondem a 31,67% do total do passivo; do passivo corrente são: as outras contas a pagar que correspondem a 8,46% do total do passivo.

Denota-se, que à semelhança do que tem sido a prática deste executivo, o Município de Ribeira Brava tem cumprido imperativamente com os compromissos assumidos no que concerne aos empréstimos bancários.



FIGURA 22 – ESTRUTURA DO PASSIVO 2023

3.3.2 ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO

Segundo o disposto no art.º 52 da Lei n.º 73 de 03 setembro 2013 (estabelece o regime financeiro das autarquias locais), descreve o limite da dívida total da autarquia para o corrente ano, como sendo a dívida total das operações orçamentais do município, não podendo ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três exercícios anteriores.

3.3.3 LIMITES AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

O valor em dívida à Banca em 1 janeiro de 2023 era de 2.437.712,79€ e no final do exercício era de 5.228.707,66€ havendo um aumento no valor de 2.790.994,87€. No mesmo ano foram amortizados empréstimos na ordem dos 186.868,56€, em conformidade com o disposto no art.º 52 da Lei n.º 73 de 03 setembro 2013.

APURAMENTO DO LIMITE DA "DÍVIDA TOTAL" PARA DE 2023		
Total da receita cobrada nos últimos 3 anos		
1.1.	Receita corrente cobrada em 2020	7 386 432,36
1.2.	Receita corrente cobrada em 2021	8 426 404,10
1.3.	Receita corrente cobrada em 2022	9 497 730,85
Média da receita		8 436 855,77
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos		12 655 283,66
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL		
4.1.	22.1 - Fornecedores Conta Corrente	0,00
4.2.	25.1 - Financiamentos Obtidos	5 228 707,66
4.3.	27.1 - Fornecedores de Investimento	50 738,73
4.4.	27.8 - Outros Devedores e Credores	106 247,12
4.5.	24.2 – Retenção de impostos sobre rendimentos	8 492,00

4.6.	24.3 - IVA (Imposto de Valor Acrescentado)	18 019,62
4.7.	24.5 – Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	19 452,77
TOTAL DA DÍVIDA A TERCEIROS		5 431 657,90
Dívida total a 31/12/2023 excluindo operações orçamentais		5 431 657,90
APURAMENTO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO		
Limite da dívida total da Autarquia calculado a 31/12/2023		12 655 283,66
Montante da dívida total em 31/12/2023 (excluindo operações orçamentais)		5 431 657,90
Margem absoluta		7 223 625,76
Margem utilizável (40%)		2 889 450,30
Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida		427 706,08

TABELA 15 - ENDIVIDAMENTO

3.3.4 INDICADORES DE GESTÃO

Tendo em conta, as particularidades e limitações duma estrutura pública, no caso particular dos Municípios, cujo objetivo primordial é a satisfação das necessidades dos utentes, não é fácil encontrar rácios apropriados para analisar as contas, contudo apresentamos de seguida alguns rácios.

Rácios		2021	2022	2023
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Líquido	0,95	0,96	0,90
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	17,61	21,78	9,29
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	0,85	2,19	2,21
Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários/Passivo corrente	0,83	2,15	2,20
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo corrente	0,15	0,73	1,17
Dependência MLP	Passivo não corrente/Ativo Total	0,04	0,03	0,09
Endividamento	Passivo corrente /Património líquido + Passivo Total	0,02	0,01	0,01



Relatório de Gestão Financeira

TABELA 16 – RÁCIOS FINANCEIROS

Em relação à **tabela n.º 16**, concluímos o seguinte:

- O rácio da **Autonomia Financeira**, este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo património líquido, ou seja, compara o património do município com a aplicação no ativo. Quanto maior for este rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que dará maior autonomia. Podemos observar que este rácio diminuiu 6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Isto significa que 90% do valor do património serve para cobrir o total do ativo.
- O rácio de **Solvabilidade** mede a capacidade financeira global do município poder cumprir os seus compromissos, isto é, evidencia se o seu património é ou não suficiente para solver as dívidas (de curto e médio e longo prazo). Quanto maior for este rácio, maior será a capacidade de solver compromissos.
- O rácio de **Liquidez Geral** mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo corrente. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos previstos. Verifica-se no ano de 2023 que o município sofreu uma diminuição devido aos grandes investimentos, mas o seu Ativo Corrente continua a cobrir o total do Passivo Corrente.
- O rácio de **Liquidez Reduzida** mede a capacidade das disponibilidades (dinheiro em caixa e nos depósitos à ordem) e inventários fazerem face às dívidas de curto prazo (passivo corrente).
- O rácio de **Liquidez Imediata** mede o grau em que dos passivos de curto prazo serem cobertos pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos à ordem). Podemos concluir que o município possui uma liquidez no imediato para fazer face aos seus compromissos aumentando o rácio em cerca de 4,4% no ano de 2023.
- O rácio de **dependência MLP** mede o grau de dependência do ativo total relativamente às dívidas de MLP (passivo não corrente). Em 2023 observa-se um desequilíbrio do ativo face aos passivos a MLP.

- O rácio de Endividamento CP refere que quanto maior o rácio, tanto maior o peso das dívidas de curto-prazo. Este tem sido constante ao longo dos últimos anos.

3.3.5 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Com o podemos observar na **tabela n.º 17**, o total dos rendimentos entre 2022 e 2023 tem vindo a diminuir gradualmente, por força da diminuição de várias rubricas, tendo diminuído entre 2022 e 2023 cerca de **-3,6%**, totalizando o montante de **12.231.144,24€**.

Rendimentos	Ano 2022	Ano 2023	Varição 2022/2023
Impostos, contribuições e taxas	3 018 034,04	2 991 972,84	-26 061,20
Prestações de serviços e concessões	494 601,14	496 792,95	2 191,81
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 964 765,14	6 034 164,88	69 399,74
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	29 124,42	0,00	-29 124,42
Imparidade de dívidas a receber	70 959,32	0,00	-70 959,32
Outros rendimentos e ganhos	3 102 343,11	2 704 957,25	-397 385,86
Juros e rendimentos similares obtidos	6 650,32	3 256,32	-3 394,00
Total de rendimentos	12 686 477,49	12 231 144,24	-455 333,25

TABELA 17 - EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS 2023

Relativamente à evolução dos rendimentos da autarquia, podemos referir o seguinte:

- Observa-se uma maior expressão na rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”, totalizando o montante de 6.034.164,88€, e que corresponde a 49,3% do total dos rendimentos. É nesta rubrica que estão contemplados os valores FEF corrente, FSM (fundo social municipal) e participação de IRS, verbas recebidas do Polo de emprego, IHRU, Eleições e C.P.C.J.;
- Verifica-se uma redução na rubrica “Impostos, contribuições e taxas” na ordem dos 0,9%, designadamente na cobrança de impostos diretos (IMI e IUC) e impostos indiretos (TDMP e MT), e de Taxas, multas e outras penalidades (loteamento e obras, ocupação da via pública, juros de mora e compensatórios, entre outros).



Relatório de Gestão Financeira

- No que se refere à “Prestações de serviços e concessões” ascendeu a 496.792,95€ em 2023, justificado pelo fim da concessão de exploração do parque de estacionamento da Ribeira Brava, pertencente à Ponta Oeste. Esta rubrica engloba, a cobrança de receita através dos parques de estacionamento/parquímetros, e correspondeu a mais 2.191,81€ do que em 2022;
- Na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” está contemplado o valor da imputação dos subsídios de investimento, sendo que o total da rubrica corresponde a 2.704.957,25€ em 2023, menos 12,8% do que o verificado em 2021.

Relativamente aos gastos totais de 2023, conforme observamos na **tabela n.º 15**, estes apresentaram um aumento de aproximadamente 11,1% face a 2022, totalizando um aumento no montante de **1.278.161,58€**.

Gastos	Ano 2022	Ano 2023	Varição 2022/2023
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	36 626,68	19 992,81	-16 633,87
Fornecimentos e serviços externos	2 417 130,66	2 899 528,85	482 398,19
Gastos com pessoal	2 303 104,93	2 763 171,31	460 066,38
Transferências e subsídios concedidos	1 312 885,51	1 371 354,27	58 468,76
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00	23 380,12	23 380,12
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	68 180,90	68 180,90
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	78 124,18	78 124,18
Outros gastos e perdas	112 722,71	264 650,46	151 927,75
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5 288 330,04	5 161 161,94	-127 168,10
Juros e gastos similares suportados	24 620,19	124 037,46	99 417,27
Total dos Gastos	11 495 420,72	12 773 582,30	1 278 161,58

TABELA 18 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

Os aumentos dos gastos totais são justificados pelo seguinte:

- Aumento do Fornecimentos de serviços externos que ascendeu ao montante de 2.899.528,85€ em 2023, correspondendo a mais 482.398,19€ do que no ano anterior;
- Queda com os gastos/reversões de depreciação e amortização que totalizaram o valor de 5.151.161,94€ em 2023, menos 127.168,10€ do que em 2022.
- Diminuição de custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no montante de 16.533,87€ face a 2022;
- Acréscimo nos fornecimentos e serviços externos, cujo montante em 2023 foi de 2.899.528,85€, mais 482.398,19€ do que em 2022.
- Aumento significativo nos Gastos com pessoal no montante de 460.066,38€, tendo esta rubrica ascendendo o valor de 2.763.171,31€.
- Aumento das Transferências e Subsídios Concedidos que ascendeu ao montante de 1.371.354,27€ em 2023, e correspondendo a um aumento de 4,5% face ao ano anterior;

3.3.6 OUTROS ASPETOS RELEVANTES

Durante o ano de 2023, o município da Ribeira Brava executou a Operação “Regeneração Urbana da Vila da Ribeira Brava – Zona compreendida entre a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e o Pavilhão da Ribeira Brava”. Este projeto conta com três formas de financiamento (Capitais Próprios – Orçamento Municipal; Capitais alheios – Financiamento bancário; e Financiamento comunitário – FEDER) e tem como objetivo melhorar a qualidade do espaço público da área de intervenção; aumentar o conforto e segurança das deslocações pedonais; dotar o espaço público de condições de acessibilidade universal, livre de obstáculos; melhorar a qualidade do ar com a colocação de árvores e zonas ajardinadas; Incrementar a atratividade da área de intervenção que compreende o centro histórico e a zona a montante desde até ao pavilhão da Ribeira brava.

Este é um investimento importante para o concelho porque, a zona a intervencionar, apresenta um vasto conjunto de situações que colocam em causa a segurança de quem usufrui dos espaços, já que se assume como importante zona da Vila da Ribeira Brava onde estão concentrados os meios de serviços e comércio, sendo seguramente um passo sólido na construção de um concelho melhor.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, tendo alterações consequentes dos grandes investimentos necessários no concelho.



Em 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, criando uma guerra convencional em espaço europeu sem precedentes desde a II Guerra Mundial. Esta invasão, embora sem intervenção militar direta de outros países, foi seguida de um conjunto de sanções contra o invasor pelos países democráticos do ocidente e de apoio económico e de material militar à Ucrânia, sendo unânime que o paradigma de globalização económica poderá estar seriamente afetado. À data, não é possível aferir o impacto que poderão ter as medidas de apoio à Ucrânia e de sanção à Federação Russa, bem como o fluxo de refugiados de guerra, sendo expectável, porém que exista impacto orçamental na despesa da autarquia e eventual diminuição da receita, mas tal não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade municipal.

3.4 CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre gastos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos decisores e dirigentes públicos na tomada de decisões, permitindo uma melhor avaliação da economia, eficácia e eficiência das políticas públicas, tornando-se num instrumento de gestão de extrema importância.

O Município iniciou uma reformulação geral do seu sistema de contabilidade de custos, devido a alteração da orgânica em 2021, tendo em vista uma melhor eficácia e eficiência do sistema, o plano de Bens e Serviços será profundamente revisto, não só a nível de Bens e Serviços como também de classificação funcional, contribuindo desta forma para uma maximização da fidedignidade da informação extraída, sempre com o objetivo de ir encontro das políticas e necessidades definidas pela Autarquia.

O presente relatório é elaborado nos termos da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 - Contabilidade de Gestão do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1-92 /IOLS de 11- de setembro, e a informação que se apresenta é o resultado resumido do tratamento de dados dos documentos de suporte estabelecidos no ponto 6 - Divulgações da NCP 27, e são eles:

3.4.1 CUSTOS POR FUNÇÕES

A contabilidade de custo por secção (ou por departamento) é uma técnica de contabilidade de custos que se concentra na alocação dos custos aos diferentes departamentos ou secções da empresa.

A ideia é que, ao atribuir custos diretamente a um departamento específico, a empresa possa ter uma visão mais clara dos custos associados a cada área de operação.

Este mapa destina-se ao registo dos materiais a incorporar em cada função, por bem ou serviço, apurando mensalmente o gasto dos mesmos à saída do armazém.

ANALITICA	DESCRIÇÃO	VALOR
91	Órgão Executivo	7 893 762,74
91.1.1	Custos Próprios	422 700,46
91.1.2	Custos Dos Centros Subordinados	7 450 410,57
91.1.3	Assembleia Municipal	20 651,71
92	Funções	850 454,75
92.1	Funções Gerais	206 316,00
92.2	Funções Sociais	390 760,23
92.3	Funções Económicas	253 378,52
93	Bens	430 421,78
93.1.2	Imobilizações corpóreas	430 384,95
93.1.4	Gabinete Técnico	36,83
96	Outros Não Especificados	6 752 502,39
	Outros Custos Diretos	6 752 502,39
	TOTAL	15 927 141,66

Relativamente às discriminações dos custos por secção, e conforme a figura 24, podemos referir o seguinte:

A secção do Órgão Executivo ocupa o lugar de destaque pois corresponde a 49,56% dos gastos totais, uma vez que o município gasta cerca de 7.893.762,74€ nesta secção, especialmente em custos dos Custos dos Centros Subordinados.

Quanto à Secção de Bens que corresponde a 2,70% dos gastos de 2023, os gastos imputados foram de 430.421,78 € subdividido pela categoria de imobilizações Corpóreas e pelo Gabinete técnico.



Relatório de Gestão Financeira

Outros Não Especificados, corresponde a 42,40% do valor dos gastos do período homólogo e ascendeu a 6.752.502,39 €.

A Função que corresponde ao funcionamento dos serviços, ascendeu ao montante de 850.454,75 € em 2023, subdividido em gastos com funções gerais e gastos com funções sociais e económicas, conforme podemos observar no quadro acima correspondendo a 5,34% do total dos gastos do período.

3.4.1.1 ANÁLISE DE CUSTOS POR ÓRGÃO EXECUTIVO

Vai ser revista também a tabela de Centros de Responsabilidade. Os centros de responsabilidade representam os segmentos organizacionais da CMRB, refletindo um organograma de gestão que sistematize a divisão de responsabilidade ao longo da cadeia hierárquica. Para estes centros terão de ser analisadas as bases de imputação mais adequadas, uma vez que nem sempre é possível definir uma unidade de obra. Como tal, estas bases de imputação podem advir de áreas tão distintas como a administrativa e a financeira.

Analitica	Descrição	Valor	%
91.1	ORGÃO EXECUTIVO		
91.1.1	CUSTOS PRÓPRIOS		
91.1.1.01.1	CUSTOS INCORPORÁVEIS	422 700,46	5,35%
91.1.2	CUSTOS DOS CENTROS SUBORDINADOS		
91.1.2.01	GAPOM-GAB. APOIO A PRESIDENCIA E ORGAOS MUNICIPAIS	248 644,72	3,15%
91.1.2.02	GAJNC-GAB. APOIO JURIDICO, NOTARIADO E CONTENCIOSO	210 738,33	2,67%
91.1.2.03	NI-NÚCLEO DE INFORMÁTICA	64 701,44	0,82%
91.1.2.05	GPC-GAB. DE PROTECCAO CIVIL	758,41	0,01%
91.1.2.06	GIRPT-GAB. INFORMACAO, RELACOES PUBLICAS	3 680,00	0,05%
91.1.2.07	DST-DEP. DOS SERVICOS TECNICOS	34,06	0,00%
91.1.2.08	DAF-DEP. ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	21 074,76	0,27%
91.1.2.09	DUPM-DIV. URBANISMO E PROJECTOS MUNICIPAIS	52 524,96	0,67%
91.1.2.10	DOMASU-DIV. OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SER. URB.	2 940 253,46	37,25%
91.1.2.11	SF-SECTOR DE FISCALIZACAO	71 704,47	0,91%
91.1.2.12	STC-SECTOR DE TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA	39 196,22	0,50%
91.1.2.13	SAA-SECCAO DE APOIO ADMINISTRATIVO	93 069,54	1,18%
91.1.2.14	DAGRH-DIV. ADMINISTRACAO GERAL E RECURSOS HUMANOS	324 060,05	4,11%
91.1.2.15	DFP-DIV. FINANCEIRA E PATRIMONIO	850 938,45	10,78%
91.1.2.16	DASECD-DIV. AC. SOCIAL EDUCACAO CULTURA E DESPORTO	193 766,81	2,45%
91.1.2.17	SAS-SECTOR DE ACCAO SOCIAL	342 508,30	4,34%
91.1.2.18	SE-SECTOR DE EDUCACAO	673 787,02	8,54%
91.1.2.19	CULTURA	518 873,86	6,57%
91.1.2.20	SD-SECTOR DO DESPORTO	252 225,49	3,20%
91.1.2.21	BANDEIRA AZUL	326,96	0,00%
91.1.2.22	PRAIA ACESSIVEL	69 953,17	0,89%
91.1.2.23	COVID-19	4 611,67	0,06%
91.1.2.24	INICIATIVA NACIONAL CIDADES CIRCULARES	12 978,42	0,16%
91.1.2.90	AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO - INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	460 000,00	5,83%
91.1.3	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		
91.1.3.01	CUSTOS PRÓPRIOS	20 651,71	0,26%
	TOTAL	7 893 762,74	100,00%

Da análise da figura 25, concluímos o seguinte:

Os custos totais do órgão executivo totalizaram o montante de 7.893.762,74€ no ano de 2023, subdivididos em custos Próprios, custos por centros subordinados e pela assembleia municipal.

Os custos próprios do órgão executivo correspondem a 5,35% dos custos totais e o montante ascende o montante de 422.700,46€.

No que respeita aos custos dos centros subordinados, estes ascendem o valor de 7.450.420,57€ e representam 94,38% do total dos custos. A Divisão de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanísticos (DOMASU) é aquela que tem maior dispêndio e corresponde a 37,25% sendo que o custo ascendeu a 2.940.253,46 €.

Asssembleia Municipal corresponde a 0,26% do valor dos gastos e ascendeu a 20.651,71€.

3.4.1.2 ANÁLISE DE CUSTOS POR FUNÇÕES

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL n.º 192/2015 de 11 de setembro e com base na NCP - Contabilidade de Gestão do SNC-AP. Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas áreas de intervenção que são as funções gerais e as funções sociais.

Relativamente às discriminações dos custos por funções, e conforme a figura 26, podemos referir o seguinte:

Analitica	Descrição	Valor	%
92	FUNÇÕES		
92.1	FUNÇÕES GERAIS		
92.1.2	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	206 316,00	24,26%
92.2	FUNÇÕES SOCIAIS		
92.2.2	SAÚDE	23 462,71	2,76%
92.2.3	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	33 019,97	3,88%
92.2.4	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	6 184,11	0,73%
92.2.5	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	328 093,44	38,58%
92.3.2	INDÚSTRIA E ENERGIA	253 378,52	29,79%
	TOTAL	850 454,75	100,00%

As funções gerais através dos Serviços Culturais Recreativos e Religiosos e Indústria e Energia ocupam um lugar de destaque pois correspondem a 68,37% dos gastos totais, uma vez que o município gasta cerca de 581.471,96€ nessas funções.

Quanto às Funções Gerais que correspondem a 24,26% dos gastos totais e ascendem o montante de 206.316,00€.

3.4.1.3 ANÁLISE DE CUSTOS POR BENS

Os serviços do município da Ribeira Brava organizam-se resumidamente segundo os custos por bens, conforme observado no quadro seguinte:

Analitica	Descrição	Valor	
93	BENS		
93.1.2	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		
93.1.2.03	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA OS EDIFÍCIOS ESCOLARE	1 729,31	0,40%
93.1.2.09	BENEF. RECUP. EDIFÍCIO ANTIGA CANTINA-ESCOLA SEDE	62 744,13	14,58%
93.1.2.10	MELHORAMENTO DA ZONA BALNEAR	32 602,55	7,57%
93.1.2.11	BENEFICIAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL	31 638,27	7,35%
93.1.2.34	PAVIM., REPARAÇÃO CONS. ESTRADAS E CAMINHOS MUN.	40 077,83	9,31%
93.1.2.38	CONST.DE ABRIGOS NAS PARAGENS DE AUTOCARROS	3 581,40	0,83%
93.1.2.49	AQUISIÇÃO DE SINAIS DE TRÂNSITO E OUTROS	2 195,19	0,51%
93.1.2.60	CONST E.M. ENTRE SÍTIOS FONTE PINHEIRO, MORENO E PI	163 337,54	37,95%
93.1.2.76	CONST. E.M. ENTRE SÍTIOS PEDRA NOSSA	161,87	0,04%
93.1.2.83	COLOCAÇÃO E MAN. PARQ. ARRUAMENTOS DA VILA DA RIB.	3 041,44	0,71%
93.1.2.85	CONST. E BENEFICIAÇÃO DE PARQUES E JARDINS	72 249,72	16,79%
93.1.2.88	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E MOBILIÁRIO PARA OS SERVIÇO	9 200,60	2,14%
93.1.2.89	AMPLIAÇÃO E REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CON	1 034,13	0,24%
93.1.2.90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO (HARDWARE)	3 749,98	0,87%
93.1.2.91	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO (SOFTWARE)	3 040,99	0,71%
93.1.4	GABINETE TECNICO		
93.1.4.01	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	36,83	0,01%
	TOTAL	430 421,78	100,00%

Da análise da figura 27, concluímos o seguinte:

A Imobilizações Corpóreas tem um grande peso aquando da análise de custos por bens. A Construção entre Sítios Fonte Pinheiro, Moreno corresponde a 37,95% do total dos custos por bens e ascendeu a 163.337,54€.

3 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Podemos observar através da **figura n.º 23**, o resultado líquido do exercício, no ano de 2023 sofreu uma redução. Esta deve-se essencialmente ao aumento dos gastos e à diminuição da receita.

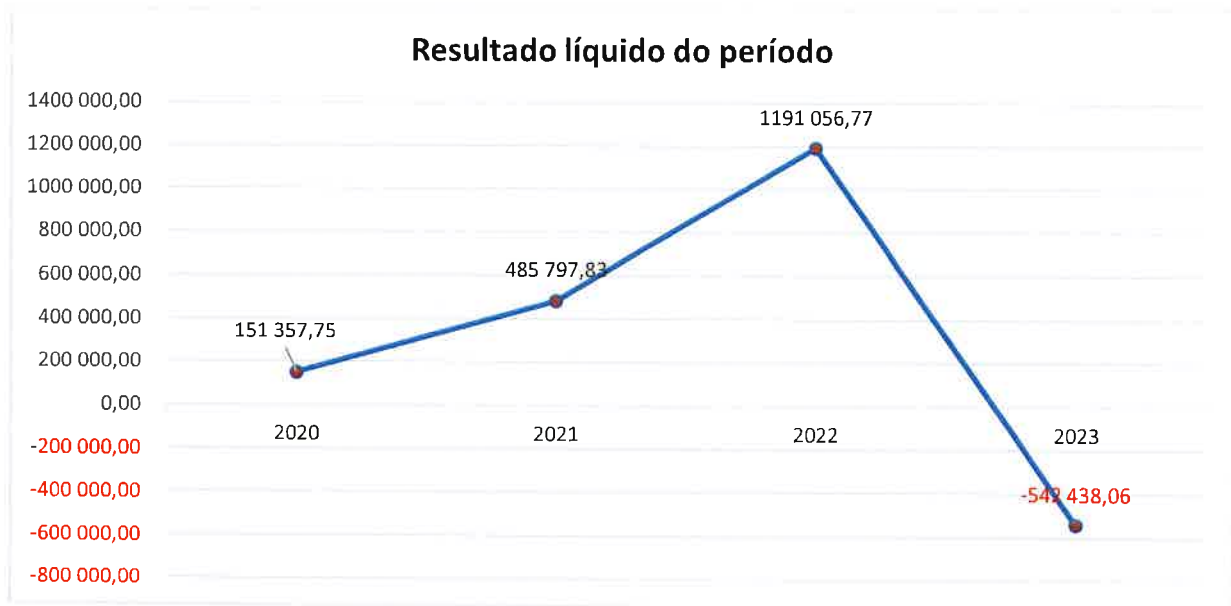


FIGURA 23 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

No ano de 2023 o resultado alcançado foi negativo, tendo ascendido ao montante de -542.438,06€. Este resultado pode ser justificado basicamente por pelo aumento significativo nos gastos e pela diminuição nos Rendimentos.

O aumento dos Gastos pode ser justificado por estas rubricas: aumento do FSE em cerca de 20%; aumento com gastos com pessoal em cerca de 20%; e ao aumento de juros e gastos similares em cerca de 403,8%.

Por outro lado, a diminuição dos rendimentos pode ser justificada pela diminuição de Impostos, contribuições e taxas em cerca de 0,9%; pela redução em cerca de 12,8% em outros rendimentos e ganhos.

4 APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Face ao resultado líquido negativo do exercício no montante de **542.438,06€** (quinhentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito euros e seis cêntimos) apurado no ano de 2023, propõe-se que tenha a seguinte aplicação:



Relatório de Gestão Financeira

- Seja transferido para a conta 56 – resultados transitados

Órgão Executivo

Aprovado por unanimidade
Subm. à Assmbl. Municip.

Em 22 de abril de 2024

[Assinatura]

Órgão Deliberativo

Aprovado por unanimidade

Em 23 de abril de 2024

[Assinatura]



Prestação de Contas 2023

Cerificação Legal das Contas



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município da Ribeira Brava**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 96 502 863,75 euros e um total de património líquido de 87 122 848,56 euros, incluindo um resultado líquido de negativo de 542 438,06 euros),, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias reportadas na secção “Base para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Câmara Municipal da Ribeira Brava em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Os Ativos Fixos Tangíveis do Município da Ribeira Brava (Bens de domínio público e privado) têm sofrido diversas regularizações, ao longo dos anos. Apesar do extenso trabalho já desenvolvido, o processo de inventariação e de adaptação ao SNC-AP, ainda não se encontra concluído e a informação atualmente existente não constitui uma garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, constituindo uma limitação de âmbito.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 16.233.366,04 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 14.980.484,35 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Montijo, 23 de abril de 2024

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António Fortunato', written over a horizontal line.

António Fortunato & Leiria Duarte, SROC, Lda.
Representada por António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato - R.O.C. N.º 887



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA
BRAVA**

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal da Ribeira Brava reportados a 31 de dezembro de 2023, as quais compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, bem como o mapa de desempenho orçamental, demonstração da execução orçamental da receita e demonstração de execução orçamental da despesa.
2. Com base nos trabalhos efetuados elaborámos a Certificação Legal das Contas da Câmara Municipal da Ribeira Brava.
3. Com suporte na secção “Bases para opinião com reservas” da Certificação Legal das Contas, somos de Parecer que aprovem os Documentos de Prestação de Contas a 31 de dezembro de 2023.

Montijo, 23 de abril de 2024

António Fortunato & Leiria Duarte, S.R.O.C., Lda.

Representada por António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato - R.O.C. N.º 887